BRASILEIROS
NOS ESTADOS UNIDOS

Meio século (re)fazendo a América
(1960 – 2010)

Ministério das Relações Exteriores

Ministro de Estado — Aloysio Nunes Ferreira
Secretário-Geral — Embaixador Marcos Bezerra Abbott Galvão

Fundação Alexandre de Gusmão

Presidente — Embaixador Sérgio Eduardo Moreira Lima

Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais

Diretor — Ministro Paulo Roberto de Almeida

Centro de História e Documentação Diplomática

Diretor — Embaixador Gelson Fonseca Junior

Conselho Editorial da Fundação Alexandre de Gusmão

Presidente — Embaixador Sérgio Eduardo Moreira Lima

Membros — Embaixador Ronaldo Mota Sardenberg
Embaixador Jorio Dauster Magalhães
Embaixador Gelson Fonseca Junior
Embaixador José Estanislau do Amaral Souza
Embaixador Eduardo Paes Saboia
Ministro Paulo Roberto de Almeida
Ministro Paulo Elias Martins de Moraes
Professor Francisco Fernando Monteoliva Doratioto
Professor José Flávio Sombra Saraiva
Professor Eiiti Sato

A Fundação Alexandre de Gusmão, instituída em 1971, é uma fundação pública vinculada ao Ministério das Relações Exteriores e tem a finalidade de levar à sociedade civil informações sobre a realidade internacional e sobre aspectos da pauta diplomática brasileira. Sua missão é promover a sensibilização da opinião pública para os temas de relações internacionais e para a política externa brasileira.

Álvaro Eduardo de Castro e Lima
Alanni de Lacerda Barbosa de Castro

BRASILEIROS
NOS ESTADOS UNIDOS

Meio século (re)fazendo a América
(1960 – 2010)

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO

Brasília - 2017

Direitos de publicação reservados à
Fundação Alexandre de Gusmão
Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, Bloco H
Anexo II, Térreo
70170-900 Brasília–DF
Telefones: (61) 2030-6033/6034
Fax: (61) 2030-9125
Site: www.funag.gov.br
E-mail: funag@funag.gov.br

Equipe Técnica:

Eliane Miranda Paiva
André Luiz Ventura Ferreira
Fernanda Antunes Siqueira
Gabriela Del Rio de Rezende
Luiz Antônio Gusmão

Projeto Gráfico e Capa:

Ruggeli Otoni de Almeida

Programação Visual e Diagramação:

Gráfica e Editora Ideal

Impresso no Brasil 2017

L732 Lima, Álvaro Eduardo de Castro e.

Brasileiros nos Estados Unidos : meio século (re)fazendo a América (1960-2010) / Álvaro Eduardo de Castro e Lima, Alanni de Lacerda Barbosa de Castro - Brasília : FUNAG, 2017.

143 p. : il.

ISBN 978-85-7631-677-0

1. Emigração - aspectos históricos - Brasil - Estados Unidos. 2. Emigração - aspectos sociais - Brasil. 3. Emigração - aspectos econômicos - Brasil. 4. Trabalhador migrante - Estados Unidos. 5. Política de migração - Brasil. I. Castro, Alanni de Lacerda Barbosa de. II. Título.

CDU 314.74(81:73)

Depósito Legal na Fundação Biblioteca Nacional conforme Lei n° 10.994, de 14/12/2004.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a todas as pessoas que nos incentivaram a escrever este balanço sobre a imigração brasileira nos Estados Unidos.

Agradecemos, também, ao Professor Everton Vargas da Costa, do Departamento de Línguas Românicas e Literatura da Universidade de Harvard, pela revisão ortográfica do texto, à Professora Liliane de Oliveira Guimarães, do Programa de Pós-graduação Stricto Senso da PUC Minas e à Embaixadora Glivânia Maria de Oliveira, Cônsul-Geral do Brasil em Boston, pela leitura e sugestões. Aos pesquisadores Kevin M. Kang, Phillip Granberry e Christina Kim do Boston Planning and Development Agency (BPDA), por todo o apoio durante a pesquisa para este trabalho.

À Luiza Lopes da Silva, Diretora do Departamento Consular e de Brasileiros no Exterior do Ministério das Relações Exteriores – MRE, pelo prefácio deste livro, pelo apoio e pelo incentivo, que foram fundamentais para o sucesso deste projeto, nossa gratidão.

À Fundação Alexandre Gusmão – FUNAG, nossos agradecimentos e respeito pelo profissionalismo e cuidado com os quais trataram o livro *Brasileiros nos Estados Unidos – Meio Século (re) fazendo a América*.

Dedicamos este livro às nossas famílias, pelo incentivo incondicional e pelo tempo do qual os furtamos, para que pudéssemos concluir este trabalho.

SUMÁRIO

Prefácio 11

Introdução 13

CAPÍTULO 1.
Fatores Motivadores da Migração e a Influência
das Redes de Relacionamento 17

CAPÍTULO 2.
O Caráter Transnacional da Migração, Vivendo
Aqui e Lá 23

CAPÍTULO 3.
A Imigração Brasileira no Mundo 37

CAPÍTULO 4.
Brasileiros nos Estados Unidos,
Meio Século (re)fazendo a América 49

4.1 A partida: de onde viemos? 49
4.2 A chegada: quantos somos e onde vivemos? 52
4.3 A estadia: quem somos e o que fazemos? 57

CAPÍTULO 5.
Impactos Sociais e Econômicos nas Regiões de Origem 91

CAPÍTULO 6.
Retorno - A Viagem de Volta 105

Conclusões 111

Referências 119

Anexos 130

PREFÁCIO

A busca por melhores condições de vida constitui uma motivação intrínseca à natureza humana. Com esse intuito, compatriotas nossos vêm há meio século, sobretudo nos períodos mais difíceis para o Brasil, emigrando em grande número para destinos que prometem – ou que parecem prometer – aquelas condições. Entre os muitos destinos no globo, os EUA mostram-se como um dos polos de maior atração. Em pesquisa que reflete a densa bagagem acadêmica e profissional de ambos, Álvaro Lima e Alanni Barbosa analisam a evolução da situação das centenas de milhares de compatriotas que se dirigiram para aquele país a partir dos anos 1960, carregando na bagagem seus sonhos e esperanças. Mostram com grande clareza, em cifras, estatísticas e gráficos, a evolução numérica dessas comunidades, do seu perfil demográfico e acadêmico, do espraiamento territorial e dos nichos econômicos gradualmente ocupados ao longo do tempo.

Trazendo a reflexão para os anos mais recentes, apontam para a transnacionalidade da situação das comunidades imigrantes brasileiras, resultante das facilidades de comunicação via redes sociais que interconectam grupos familiares e de amigos, empreendimentos comerciais, projetos acadêmicos e outras atividades, e que possibilitam desse modo que os imigrantes consigam manter uma vida nos dois países ao mesmo tempo, com um pé cá e outro lá. Lançam o intrigante conceito de "remessas sociais" que, possivelmente mais do que as remessas de dinheiro, constituem rica polinização intercultural nos países de origem e destino dos imigrantes. Não por acaso, o trabalho destes dois profissionais é resultado de uma

parceria à distância (Álvaro Lima trabalha em Boston e Alanni Barbosa, em Belo Horizonte) e exemplifica as amplas potencialidades da transnacionalidade acima mencionada.

Para o MRE e sua Rede Consular, as informações, análises e reflexões inéditas deste estudo em muito contribuirão para o aperfeiçoamento de políticas públicas em benefício das comunidades brasileiras nos EUA. Dados minuciosamente dissecados de escolaridade e ocupação econômica das comunidades brasileiras nos EUA, por exemplo, obtidos a partir de metodologias científicas e pesquisas sólidas, darão maior embasamento a uma série de ações em benefício daquele grupo. Ajudarão, por exemplo, no desenvolvimento de projetos específicos de fomento às diversas vertentes de educação continuada de jovens e adultos, iniciado em 2016 sob a forma de feiras de educação, e de apoio à expansão e crescente profissionalização do micro e pequeno empreendedorismo brasileiro no exterior – ações aqui singularizadas por terem emanado da 5ª Conferência Brasileiros no Mundo.

Por seu conteúdo e densidade, "Meio século (re)fazendo a América" vem preencher uma lacuna na literatura acadêmica sobre a comunidade brasileira nos EUA e tende a tornar-se bibliografia de referência sobre o assunto. Trata-se de um acréscimo valioso e muito bem-vindo ao estudo desse importante segmento da comunidade brasileira.

Luiza Lopes da Silva[1]
Brasília, novembro de 2016.

1 Diretora do Departamento Consular e de Brasileiros no Exterior. Anteriormente, foi chefe do Setor Consular da Embaixada do Brasil em Washington/ EUA.

INTRODUÇÃO

Quando vim, se é que vim
De algum para outro lugar,
O mundo girava alheio
À minha baça pessoa,
E no seu giro entrevi
Que não se vai nem se volta
De sítio algum a nenhum.

Carlos Drummond de Andrade

Historicamente, o Brasil pode ser considerado um país receptor de população. Ao longo da sua história acolheu imigrantes de vários países do mundo. De 1822 a 1949, o país recebeu cerca de cinco milhões de imigrantes, sobretudo italianos, portugueses e espanhóis, além de alemães, japoneses, poloneses e sírio-libaneses. Pode-se identificar esse fluxo em três grandes correntes migratórias em quatro diferentes períodos. O primeiro de 1880 a 1903, quando entraram no país cerca de 1,9 milhão de europeus, sobretudo portugueses, espanhóis e alemães. O segundo, de 1904 a 1930, com entrada de outros 2,1 milhões, destacando-se, entre eles, a presença de italianos, poloneses, russos e romenos. Por fim, o terceiro período que foi de 1932 a 1935, quando vieram os imigrantes japoneses.

Após essa fase, entre 1953 e 1960, registrou-se uma imigração significativa de espanhóis, gregos e sírio-libaneses. Depois desses grandes fluxos migratórios o país "fechou-se", mantendo um fluxo líquido próximo a zero no período entre o pós-guerra e os anos 1980. Após um longo período de estabilidade migratória, na década

de 1980[2], o Brasil experimentou, pela primeira vez, uma mudança negativa, passando desde então, de um país majoritariamente receptor a um país expulsor de população[3]. Isto não quer dizer, no entanto, que o país tenha deixado de receber imigrantes. A partir dos anos 90, principalmente, verificou-se a entrada de muitos imigrantes coreanos e hispano-americanos[4]. Ao comparar os dados dos censos brasileiros de 2000 e 2010, percebe-se que o número de imigrantes internacionais não nascidos no Brasil, em 2010, era de 93.889, quase o dobro do apurado em 2000, quando esse segmento totalizou 55.758 estrangeiros. Esse fluxo mais recente foi formado, sobretudo, por bolivianos, haitianos, angolanos, senegaleses, ganeses, portugueses e espanhóis.

O processo de emigração brasileira se inicia na década de 1970 e sofre um crescimento abrupto ao longo da década de 1980. A década de 1990 representa um momento de estabilização relativa dos estoques, com um declínio nos fluxos de saída. Esse processo retoma seu crescimento a partir de 2000. De acordo com o Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Universidade Federal de Minas Gerais, mais de 2,5 milhões de brasileiros viviam fora do país em 1995. O Ministério das Relações Exteriores do Brasil estima que, em 2014, havia cerca de 3,1 milhões de imigrantes brasileiros espalhados por todos os continentes.

Ao contrário de vários outros grupos, os imigrantes brasileiros nos Estados Unidos e em outros países não estão fugindo de condições de pobreza absoluta ou de guerras civis. Assim como

2 Firmeza, George Torquato, (2007). Brasileiros no Exterior. Brasília: FUNAG.

3 A emigração brasileira é, no entanto, muito pequena quando comparada à população residente. A população emigrante brasileira representa somente 0,53% da população residente fazendo o Brasil ocupar o *rank* 195 entre os duzentos países com saldo migratório negativo à frente somente da Líbia, *rank* 196 (0,49%); China, rank 197 (0,43%); Bahamas, *rank* 198 (0,36%); República Centro Africana, *rank* 199 (0,17%); e Coreia do Norte, *rank* 200 (0,16%). (Dorling, 2009).

4 Na América Latina, o Brasil figurava até os anos 70 como uma área de evasão populacional para os países vizinhos, em especial o Paraguai e a Argentina. A partir dos anos 80 o país passa a se configurar como uma das áreas de recepção migratória de latino-americanos (Baeninger, 2005).

não são também refugiados políticos à procura de asilo[5]. A maioria deles é oriunda de zonas urbanas e das classes médias e médias baixas, sendo que muitos possuem educação universitária[6]. A exceção corresponde somente aos trabalhadores agrícolas e aos garimpeiros que partiram para as regiões fronteiriças do Brasil.

Os imigrantes brasileiros, particularmente aqueles que emigraram na década de 80, fugiam principalmente da crise econômica que assolou o país, tornando impossível para a classe média manter seu padrão de vida.

Esse período, denominado a "década perdida", além de conhecer hiperinflação, foi marcado por profundo desemprego, baixos salários, alto custo de vida, e recessão econômica. Essa situação econômica drástica pode ser exemplificada pelo fato de que o Brasil conheceu, nesse período, quatro moedas, cinco congelamentos de salários e preços, e nove programas de estabilização econômica[7].

Buscando contribuir para a compreensão desse fluxo migratório, este livro compila vários dados produzidos nas cinco décadas passadas sobre a emigração brasileira para os Estados Unidos, suas motivações, sua composição, sua distribuição geográfica, suas contribuições para o país receptor e para as regiões de origem.

5 Margolis, M.L., (1994). Little Brazil: An Ethnography of Brazilian Immigrants in Nova York City. Princeton, NJ: Princeton University.

6 Sales, T., (1998). Brasileiros Longe de Casa. São Paulo, Editora Cortez.

7 Brooke, James, (1993). "Brazil Wild Ways to Counter Wild Inflation". New York: The New York Times.

CAPÍTULO 1
FATORES MOTIVADORES DA MIGRAÇÃO E A INFLUÊNCIA DAS REDES DE RELACIONAMENTO

A migração internacional está presente desde os primórdios dos registros históricos. Brozowski (2012) apresenta os primeiros movimentos populacionais como sendo os relatados na Bíblia e em outras fontes históricas da antiguidade. Como exemplo, são citados o êxodo dos judeus do antigo Egito (aproximadamente 1200 a.C.) e a migração dos gregos na região mediterrânea (desde 800 a.C.).

Esse movimento foi se intensificando em nível mundial e, no século XIX, houve um aumento dessa dinâmica populacional. Entre os anos de 1815 e 1930, aproximadamente 52 milhões de europeus emigraram para ambas as Américas, incluindo o Brasil. Ressalta-se, entretanto, os Estados Unidos da América, como o principal destino registrado.

Na virada do milênio (1999-2000), a Organisation for Economic Cooperation and Development (OCDE) registrou cerca de 82 milhões de imigrantes em seus países-membros[8]. O fluxo migratório manteve-se elevado desde então e a OCDE estima em 191 milhões de migrantes e pessoas deslocadas nesse período. Para essa organização, desse número, entre 30 e 40 milhões de migrantes são

8 Austrália, Áustria, Bélgica, Canadá, República Tcheca, Dinamarca, Finlândia, França, Alemanha, Grécia, Hungria, Islândia, Irlanda, Itália, Japão, Coreia, Luxemburgo, México, Holanda, Nova Zelândia, Noruega, Polônia, Portugal, Eslováquia, Espanha, Suécia, Suíça, Turquia, o Reino Unido e os Estados Unidos da América.

indocumentados, ou seja, não autorizados juridicamente no país em que residem.

Estimativas do Ministério das Relações Exteriores (MRE) indicam que em 2014 cerca de 3,1 milhões de brasileiros viviam no exterior, sendo 1,3 milhão nos Estados Unidos. Esses números, como reconhece o MRE, não traduzem exatamente a realidade. A não oficialidade dos números de brasileiros no exterior, tem como um dos motivos aparentes o receio de apresentar a própria situação, por parte dos emigrantes que vivem de forma irregular em outro país. Além disso, também foi demonstrado que esse receio é comum, em certa medida, entre familiares e amigos que permaneceram no Brasil. Esse cenário evidencia a complexidade, não apenas para o recenseamento de indivíduos, mas sobretudo, para o aprofundamento da compreensão das inúmeras variáveis envoltas no tema migração.

Os fatores determinantes da migração e suas implicações nos locais de origem e de destino são complexos e, ainda hoje, compõem um campo de estudo pertinente e salutar, sobretudo no atual cenário econômico e social mundial. Taylor (1999) avalia que a interação entre migração, remessas financeiras e desenvolvimento tem sido um tópico esquecido em diversas pesquisas para formuladores de políticas públicas. Por outro lado, as diversas regiões de grande fluxo emigratório no Brasil ainda são carentes de pesquisas estruturadas, tanto para a compreensão numérica desse fenômeno e seus impactos, quanto para proposições práticas nos temas que o envolvem.

A história de cinco décadas da imigração brasileira para os Estados Unidos demonstra que são muitos e complexos os motivos que justificam a decisão de emigrar. Estas motivações vão além do simples objetivo financeiro. Além das motivações econômicas que levam tantas pessoas à decisão de viverem em outro país, há também fatores psicológicos, culturais e questões relacionadas às suas redes pessoais de relacionamentos. De acordo com Soares, Martes & Fleischer (2003), as relações de parentesco e de amizade contribuem para intensificar o fluxo migratório e manter o vínculo entre locais de origem e de destino. Portanto, as redes sociais são um

fator importante para a compreensão das migrações internacionais, incluindo as que se destinam aos Estados Unidos.

A existência das redes sociais de imigrantes pode ser analisada, por exemplo, quando observados os laços de relacionamentos que parte da população da cidade mineira de Governador Valadares manteve com pessoas norte-americanas a partir da década de 1940, criando um histórico de emigração para os Estados Unidos. Nesse contexto, iniciou-se um fluxo emigratório na década de 60, que se intensificou na década de 70 e que foi consolidando, no imaginário coletivo e na cultura daquela região, o fenômeno migratório. O movimento de saída dos brasileiros, incluindo o dos mineiros daquela região para os Estados Unidos, apresentou variações na intensidade do fluxo ao longo do tempo e, nos tempos atuais, voltou a se mostrar forte.

A relação entre laços sociais e migração tem recebido a atenção de diversos autores como, por exemplo, Boyd (1989), Soares (2002), Wimmer & Schiller (2003) e Assis & Siqueira (2009). Há ainda, estudos mais antigos, como o do sociólogo da Universidade de Chicago, Robert E. Park (1928), que já considerava que as influências "para a migração" e "da migração" não eram limitadas às mudanças culturais. Para ele, as migrações populacionais moldaram características étnicas ao longo da história humana, assim como alteraram comportamentos coletivos, que propiciaram mudanças culturais.

Os estudos de Boyd (1989) demonstram que a análise de redes sociais é comum nas pesquisas sobre migração. Assis e Siqueira (2009) corroboram apresentando evidências de que, nos anos de 1970, vários pesquisadores investigavam os papéis de membros das redes sociais de emigrantes, buscando compreender como se localizavam membros da família, amigos e outros atributos da rede.

Mesmo hoje, no século XXI, as causas e consequências desse fenômeno ainda podem ser consideradas complexas. Pode-se constatar, entretanto, que enquanto as redes em nível macro influenciam movimentos sociais, as redes sociais dos indivíduos exercem influência nos comportamentos individuais. Observa-se

a influência dos laços, ou seja, das redes sociais para a decisão de emigrar, para conseguir o primeiro trabalho e para adquirir moradia inicial no país estrangeiro. A rede social do imigrante também está presente na sua decisão de empreender e, não raras as vezes, na decisão do retorno. Isso se reforça pelos relatos de muitos imigrantes que afirmam decidir por determinado país e localidade em função da existência de conhecidos naquele destino. Ter um amigo ou parente, ou mesmo um laço relacional não muito próximo no país estrangeiro, gera mais confiança para a acolhida e para a aquisição do primeiro trabalho.

As dimensões emocional, familiar e afetiva, associadas à busca de melhores condições de vida, também contribuem para a decisão migratória. No mesmo sentido, as redes sociais de imigrantes, configuradas por suas relações de parentesco e de amizade, contribuem para solidificar as motivações e impulsionar a decisão de emigrar. Se, por um lado, os laços mantidos com o país de origem intensificam a manutenção do fluxo migratório de diferentes regiões do Brasil ao longo do tempo, por outro, o vínculo entre os locais de origem e de destino favorece o transnacionalismo.

Esse vínculo, mantido entre imigrantes e seus países de origem, foi fortalecido e facilitado nos últimos anos por ferramentas virtuais como a internet. Muitas vezes, esse vínculo se materializa, também, por meio de empresas criadas por imigrantes que dividem seu tempo entre os seus países de destino e origem, tendo em seus laços relacionais (rede social) apoio para a criação e condução dos negócios.

Juntas, as redes de relacionamentos existentes nas regiões de origem e de destino influenciam a decisão de "para onde ir", assim como garantem a densidade da cultura migratória nos diferentes países de destino e nas diferentes regiões emissoras de brasileiros. Porém, enquanto essas redes sociais contribuem para o fortalecimento e renovação dos movimentos migratórios, outras variáveis impactantes à qualidade de vida nos locais de origem compõem os principais fatores que motivam a migração internacional.

A decisão de emigrar é individual e composta de uma construção social e coletiva que permeia a ideia de que, no outro país, são maiores as possibilidades de conseguir o que se busca. Contudo, o fator propulsor da saída para a quase totalidade das pessoas, é a busca por melhores condições de vida.

Nesse sentido, diversas pesquisas corroboram que, para a maioria das populações migrantes, as motivações para viverem em outro país orbitam em torno da busca por uma vida melhor para si e para a suas famílias. Esse foi o motivo mais expressivo, por exemplo, para 48% dos imigrantes brasileiros nos Estados Unidos pesquisados em 2008 pela Synovate Brasil, seguido da "busca por um salário maior" (20%). Outras respostas foram a "busca por um emprego" (8%); "para estudar" (7%); "foi como turista e decidiu ficar" (6%); e "ficar junto da família" (5%). Nessa pesquisa[9] somente 1% dos respondentes afirmou ter imigrado "para educação dos filhos". Entretanto, ressalta-se que outros estudos apontam esse motivo (educação dos filhos) como um dos fatores pelos quais imigrantes brasileiros nos Estados Unidos passam a ficar mais tempo do que o inicialmente planejado.

Percebe-se, entretanto, que o novo fluxo de emigração brasileira com destino aos Estados Unidos e a outros países, mais fortemente identificado a partir de 2015, tem retomado motivações antigas. Esse novo fluxo migratório tem apresentado, novamente, a incerteza sobre as perspectivas econômicas e sociais no Brasil, como fatores significativos para a emigração brasileira. A esse fator, atrelam-se, também, questões ligadas aos índices de violência urbana, atualmente crescentes no Brasil.

9 Synovate Brasil, (2008). Estudo Projeto BRA 55/027.

CAPÍTULO 2
O CARÁTER TRANSNACIONAL DA MIGRAÇÃO, *VIVENDO AQUI E LÁ*

A migração assume cada vez mais um caráter transnacional, isto é, os imigrantes mantêm relações econômicas, sociais e políticas cada vez mais robustas com os seus países de origem e entre si em diferentes países, aumentando assim, a sua complexidade e impacto. Essas relações podem ser certificadas não somente no caso econômico, pelas remessas de dinheiro (*remittances*), mas também pelas remessas sociais (*social remittances*) como ideias, comportamentos e valores que, da mesma forma que as remessas econômicas, num constante vai e vem, desafiam noções de fronteiras e de culturas nacionais rígidas[10].

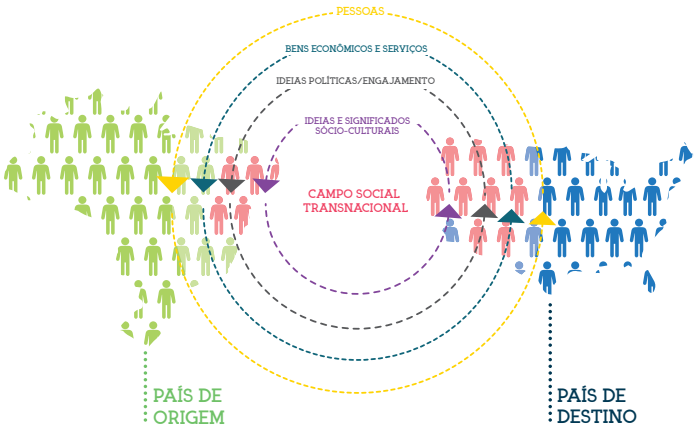
Uma pesquisa realizada em 2007[11] revelou que, entre os brasileiros vivendo em Massachusetts, as remessas eram somente a ponta do *iceberg* transnacional. Quase dois terços dos respondentes indicaram que, além de remessas mensais para as suas famílias, esses lhes telefonavam de duas a três vezes por semana. A maioria assistia televisão ou programas de rádios produzidos no Brasil e cerca de três em cada quatro enviavam e recebiam e-mails de seus familiares, sócios e amigos. Quase metade consumia produtos

10 Segundo Peggy Levitt, "the assumption that people live their lives in one place, according to one set of national and cultural norms, in countries with impermeable national borders, no longer holds". Levitt P., (2001). The Transnational Villagers. Los Angeles and Berkley: University of California Press.

11 Lima, Alvaro e Pete Plastrik. A Profile of Brazilian Remitters in Massachusetts. Boston, Massachusetts (2007).

importados do Brasil, mais de um quarto tinha conta de poupança no Brasil e cerca de 7% tinham empréstimos imobiliários. Além disso, um terço dos respondentes afirmou enviar dinheiro às suas famílias para pagamento de empréstimos imobiliários, estudantis, pensões ou outros investimentos. Essas relações transnacionais não ocorrem unicamente com os brasileiros de classe média e alta. Nesse sentido, o estudo demonstrou que quase dois terços dos brasileiros entrevistados ganhavam menos de US$ 35.000 ao ano[12].

Enquanto transnacionais, os imigrantes envolvem-se em atividades além-fronteiras, construindo assim "campos sociais" – relativamente estáveis, duráveis, e densamente interligados – que conectam os seus países de origem àqueles onde vivem. Essas conexões são estruturadas por meio da circulação de ideias, informações, produtos e dinheiro, adicionado ao movimento de pessoas. A qualquer momento os imigrantes estão firmemente assentados num lugar particular – Boston ou Londres, por exemplo – mas suas vidas diárias estão comumente ligadas, interligadas e dependentes de pessoas e recursos localizados em outros lugares.



Fonte: Lima, Alvaro (2010). Living Here and There: How Immigrants are Creating Transnational Social Spaces that Transform Communities and Nations[13].

12 A renda média domiciliar em Boston era de US$ 58.263 em 2015, sendo a linha de pobreza, para uma família com quatro pessoas, estimada em US$ 24.250.

13 Disponível em: <http://www.slideshare.net/alvaroelima/living-here-and-there1>.

A força propulsora do transnacionalismo tem sido o desenvolvimento de tecnologias que tornaram o transporte e a comunicação infinitamente mais acessíveis, mudando radicalmente a relação entre tempo e espaço. É possível hoje, como nunca antes, a manutenção de relações frequentes e contato mais próximo entre os imigrantes e suas sociedades de origem via ferramentas e aplicativos como Skype, WhatsApp e Facebook, assim como pelos meios de transporte, cada vez mais rápidos e baratos[14].

O transnacionalismo é uma tendência crescente na vida global. E, à medida que essa tendência cresce e se espalha, lança novas dinâmicas que desafiam o ideal de "assimilação" do imigrante. Da mesma forma, anula o pensamento político restrito de um estado-nação homogêneo e monocultural e reforça a horizontalidade da economia mundial.

Fonte: Lima, Alvaro (2010). Living Here and There: How Immigrants are Creating Transnational Social Spaces that Transform Communities and Nations[15].

14 Ibid.

15 Disponível em: <http://www.slideshare.net/alvarolima/living-here-and-there1>.

A remessa de dinheiro é o comportamento transnacional mais bem documentado. Imigrantes espalhados mundo afora enviaram, em 2015, cerca de 435 bilhões de dólares para as suas famílias nos seus países de origem[16]. Esse não é um comportamento novo, pois os imigrantes dos últimos séculos também enviavam dinheiro para as suas famílias. Mas, o que era um pingo, virou uma enxurrada capaz de impactar economias em desenvolvimento. Essa realidade transnacional está também transbordando para o âmbito político. Imigrantes, mais do que nunca, são autorizados a votar em eleições em seus países de origem, candidatarem-se a cargos políticos e contribuírem para campanhas políticas. Em reconhecimento a essa realidade, políticos dos países de origem e destino competem por tal apoio.

O transnacionalismo penetra da mesma forma o mundo econômico. O Council on Competitiveness[17] dos Estados Unidos, em 2007, relatou que imigrantes residentes nos Estados Unidos são proprietários de 25% de todas as empresas públicas financiadas com capital de risco (*venture capital*); 47% de todas as empresas financiadas com esse tipo de capital e mais da metade das *startups* do Vale do Silício. Várias destas empresas, diferentemente dos pequenos negócios tradicionais dos imigrantes, operam nos mercados nacional e global, incluindo os países de origem dos seus donos. Além disto, um número cada vez maior de imigrantes tem empresas ou investem em empresas nos seus países de origem. Por exemplo, 39% das empresas alojadas no parque industrial de Hsinchu, nas proximidades de Tapei, foram fundadas por engenheiros taiwaneses educados nos Estados Unidos e com experiência profissional no Vale do Silício. Das 289 empresas do parque, 70 mantêm escritórios no

16 The World Bank, (2015). World Bank Forecasts a Slowdown in Migrant Remittances in 2015. Washington.

17 Organização não partidária e não governamental formada pelos principais líderes dos setores público e privado para promover a prosperidade dos Estados Unidos da América e enfrentar os desafios de competitividade de longo prazo. O Council on Competitiveness (<www.compete.org>) busca gerar soluções inovadoras em políticas públicas analisando o desempenho dos EUA frente ao mercado global.

Vale do Silício para contratar profissionais, obter tecnologia, capital e explorar oportunidades de negócios.

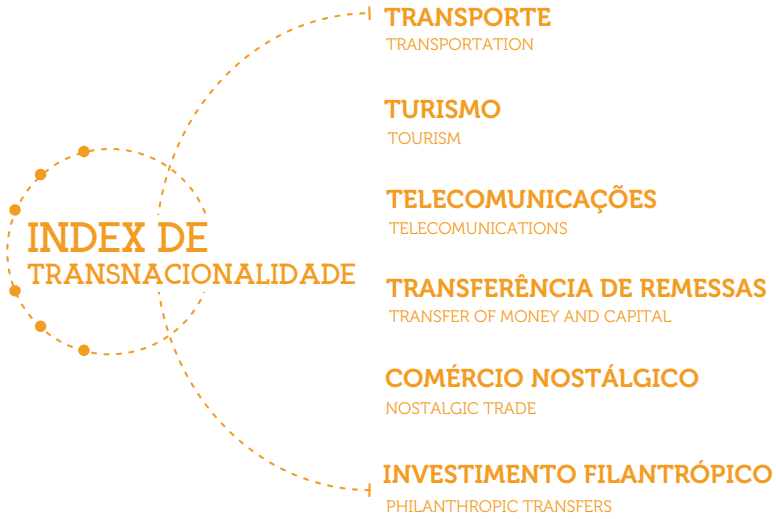
Os imigrantes brasileiros não estão à parte de tal fenômeno. Eles também têm participado da economia dos Estados Unidos como empreendedores. Somente em Massachusetts, há cerca de 1.750 proprietários brasileiros de pequenas empresas formais. Nos Estados Unidos esse número é de, aproximadamente, 15.400 proprietários[18].

Utilizando o framework dos "5 Ts" desenvolvido por Manuel Orozco (2005), pesquisas realizadas pelo mesmo autor com imigrantes latino americanos e caribenhos, e dados da pesquisa com imigrantes brasileiros de Lima e Plastrik (2007), um índex de transnacionalidade, isto é, de engajamento em atividades transnacionais, foi construído de forma a medir e comparar a transnacionalidade entre esses grupos[19].

O framework dos "5 Ts" mede a participação dos imigrantes em cinco atividades transnacionais: (1) *Transportation* – viagens aéreas como forma de comunicação entre os imigrantes e suas famílias; (2) *Tourism* – atividades econômicas dos imigrantes quando nos seus países de origem; (3) *Telecommunications* – telefonemas dos imigrantes para as suas famílias, amigos e associados nos seus países de origem; (4) *Transfer of Money and Capital* – atividades econômicas que tomam formas via as remessas de dinheiro e (5) *Nostalgic Trade* – produtos oriundos dos países de origem fornecidos aos imigrantes por empresas locais. Além desses cinco aspectos, também foram considerados os recursos enviados pelos imigrantes para associações, na maioria dos casos filantrópicas, nas suas cidades de origem (*Philanthropic Transfers*).

18 Não existem dados sobre o número de empresas de propriedade de imigrantes. Utilizamos proxy dados do American Community Survey (ACS 2010 e ACS 2006-2010) sobre os donos de pequenos negócios definidos aqui como indivíduos donos de uma empresa incorporada cuja ocupação principal é a administração deste negócio.

19 Lima, Alvaro; Garcia-Zanello, Eugenia e Orozco, Manuel, (2008). Brazilians in the United States: A Look at Migrants and Transnationalism. Disponível em: <http://www.slideshare.net/alvaroelima/brazilians-in-the-united-states-a-look-at-migrants-and-transnationalism-55224207>.



Fonte: Orozco, Manuel (2003). Transnational Engagement, Remittances and their Relationship to Development in Latin America and the Caribbean, Institute for the Study of International Migration, Georgetown University, Manuel Orozco, Principal Investigator.

Os imigrantes brasileiros demonstram um nível de transnacionalismo um pouco inferior ao dos outros imigrantes latinos e caribenhos. Enquanto 15,8% desses últimos tinham um *score* de 1, numa escala de engajamento de 1 a 4[20], a maioria dos brasileiros (54,4%) tinham esse *score*, indicando um baixo grau de envolvimento em atividades transnacionais. Por outro lado, 13,6% dos outros imigrantes pesquisados participavam em todas as atividades transnacionais referidas anteriormente (*score* 4), enquanto que somente 0,4% dos brasileiros registravam este nível de participação.

Essa diferença entre os brasileiros e os outros imigrantes latinos e caribenhos pode ser explicada pelo número maior de imigrantes indocumentados entre os brasileiros, o que dificulta os deslocamentos ao país de origem (*Transportation and Tourism*). Porém, constata-se que os *scores* referentes a *Telecommunications*,

20 Um *score* de 0 (zero) corresponde a participação em nenhuma destas atividades enquanto um *score* de 4 indica a participação em todas as atividades.

Tr*ansfer of Money and Capital*, *Nostalgic Trade* e *Philanthropic Transfers* dos imigrantes brasileiros se equiparam ou, em alguns casos, ultrapassam aos dos outros imigrantes.

Por fim, vale salientar o envolvimento dos governos reforçando essas relações transnacionais. O papel dos governos e instituições não governamentais no que diz respeito às questões relacionadas à migração transnacional passa pela criação de políticas públicas que promovam sociedades mais includentes. A criação de alternativas econômicas e sociais para aqueles que emigraram ou retornaram geram bem-estar coletivo e, a longo prazo, reduzem os ônus da reemigração.

Segundo o United Nations Regional Information Centre (UNRIC), entre 1990 e 2005, foram criados, pelo menos, 35 projetos para alteração dos estatutos de imigrantes, de forma a tornar regulares aqueles que se encontravam em situação irregular nos respectivos países de destino. Naquele período, em função dessas iniciativas, aproximadamente 5,3 milhões de imigrantes puderam regularizar sua situação, tanto em países desenvolvidos, quanto em países em desenvolvimento.

Com relação à população emigrante, o governo brasileiro, por meio de parcerias institucionais, fomentou alguns projetos. Com o objetivo de capacitar emigrantes brasileiros e beneficiários de remessas monetárias por eles enviadas, algumas iniciativas foram empreendidas no Brasil e em países receptores por instituições governamentais e mistas, e por organismos multilaterais.

Inicialmente o Japão, posteriormente os Estados Unidos e, mais recentemente, a Europa, receberam projetos de treinamento gerencial e empreendedor destinados aos brasileiros residentes nessas regiões. No Japão, os estados brasileiros mais envolvidos foram Paraná e São Paulo; nos Estados Unidos, Minas Gerais e Goiás; e na Espanha e na Bélgica, Goiás foi o estado foco.

A primeira das iniciativas acima descritas, foi o Projeto Dekassegui[21]. Com foco em capacitação empreendedora, o Projeto

21 A palavra dekassegui (em japonês 出稼ぎ) é formada pela união das palavras na língua japonesa 出る (deru, sair) e 稼ぐ (kasegu, para trabalhar, ganhar

Dekassegui para brasileiros residentes no Japão, foi desenvolvido pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O objetivo principal do projeto foi levar informações e conhecimento para que os imigrantes brasileiros empregados no Japão pudessem se tornar empresários bem-sucedidos no Brasil ou naquele país, se assim o desejassem.

O Projeto Dekassegui foi realizado de 2004 a 2008, sendo o Paraná, o estado sede no Brasil. Incluiu ações destinadas a São Paulo e a brasileiros de outros estados que emigrassem para o Japão. Nesse projeto, além das ações no Brasil, que contemplaram uma estrutura para suporte à distância na sede do SEBRAE-PR, foi dado grande foco às capacitações empreendedoras para brasileiros que se encontravam no Japão.

A segunda iniciativa para levar informações e conhecimento aos imigrantes brasileiros no exterior foi o Programa Remessas. Criado pela parceria entre Caixa Econômica Federal, SEBRAE e BID, o Programa Remessas e Capacitação de Emigrantes Brasileiros e seus Beneficiários no Brasil foi planejado e executado entre 2006 e 2014. O objetivo geral do Programa foi promover o desenvolvimento de atividades produtivas a partir da melhor aplicação das remessas, por meio da educação financeira, empreendedora e gerencial de brasileiros residentes no estado de Massachusetts e de seus beneficiários no Brasil (Minas Gerais). A escolha dos locais (origem e destino) se deu pelo histórico de alto fluxo migratório entre as duas regiões.

Partindo do perfil do público-alvo, verificado em pesquisa realizada com 400 pessoas nos dois extremos do Programa (Estados Unidos e Brasil)[22], o Remessas atuou em dois focos: educação financeira e capacitação empreendedora e gerencial. Essas duas áreas

dinheiro trabalhando), tendo como significado literário "trabalhando distante de casa" e designando qualquer pessoa que deixa sua terra natal para trabalhar temporariamente em outra região ou país.

22 Synovate Brasil (2008). Remetentes e Beneficiários – Massachusetts e Microrregião de Governador Valadares.

temáticas foram priorizadas, sobretudo, buscando-se aumentar as chances de sucesso de empreendimentos oriundos de remessas ou de propriedade de imigrantes retornados. Considerando que empreender é um dos desejos da maioria dos imigrantes brasileiros, o Programa Remessas buscou capacitar e sensibilizar os imigrantes e os beneficiários de suas remessas quanto à importância do planejamento e gestão.

A estrutura do Programa se concentrou em palestras, cursos, oficinas e consultorias. Nessas ações, o Remessas levou informações e capacitação aos participantes, a fim de que aprendessem a planejar e gerenciar uma empresa, assim como para lidar de forma equilibrada com as finanças pessoais e familiares. Juntos, o SEBRAE-MG e a Caixa capacitaram, durante o Projeto Remessas, 3,2 mil pessoas em ações presenciais em Minas Gerais, 742 nos Estados Unidos e mais de 43 mil pessoas em cursos à distância. Para 119 empresas em Governador Valadares e municípios do seu entorno, as consultorias recebidas geraram melhorias, principalmente na gestão financeira. Verificou-se que 71% dessas empresas conseguiram separar as finanças do negócio das finanças da família, após as consultorias do SEBRAE-MG[23].

Nos Estados Unidos, a estrutura das ações se concentrou em palestras sobre os temas empreendedorismo, gestão e educação financeira, e em atendimentos individuais realizados pela Caixa e pelo SEBRAE-MG. Os benefícios para os imigrantes, tanto para os que já haviam empreendido, quanto para os que ainda não possuíam um negócio, foi, sobretudo, o conhecimento adquirido naquelas áreas. Além do conhecimento adquirido, de grande importância foi também, a sensibilização sobre a necessidade do planejamento, fosse esse para as finanças pessoais, para criar uma empresa ou para viver em um país estrangeiro.

O Programa Remessas foi concluído em 2014, sendo suas experiências e resultados relatados no livro "Remessas", lançado

23 Castro, Alanni de Lacerda Barbosa de (2015). Remessas. Belo Horizonte: SEBRAE Minas. Brasil.

em 2015. As instituições brasileiras envolvidas – Caixa e SEBRAE – tiveram, a partir desse programa, aprendizados para um olhar e uma atuação mais cuidadosos para o público de emigrantes e imigrantes, que demandam informações e atendimentos customizados.

Em Goiás, o Projeto Andorinhas é a terceira iniciativa estruturada entre instituições governamentais e privadas para apoio aos seus emigrantes, retornados, imigrantes nos países de destino e beneficiários de remessas. Inspirado no Programa Remessas, o Andorinhas foi criado em 2013 por uma parceria entre o governo do Estado, SEBRAE-GO e outros parceiros, como por exemplo, o Banco do Brasil. As organizações envolvidas definiram duas regiões para receberem as ações, considerando o alto número de residentes goianos. A primeira delas foi a Europa e a segunda, cidades do Sul e Sudoeste dos Estados Unidos. Receberam ações na primeira fase do projeto (2014 e 2015) as cidades de Madri (Espanha), Bruxelas (Bélgica), e Atlanta, Austin, Dallas e São Francisco (Estados Unidos).

No Brasil, além da capital do estado de Goiás, sete municípios sediaram as ações em 2016 (segunda fase) por apresentarem concentração de emigrantes. Outras instituições governamentais como o MRE e a Agência de Fomento de Goiás aderiram ao Projeto.

O objetivo principal do Andorinhas é oferecer orientações aos trabalhadores goianos que vivem no exterior, para que possam aplicar suas economias de forma correta e, assim, planejar seu futuro. Essas orientações passam pelo planejamento da sua vida financeira, informações e serviços para emissão de documentos, financiamentos e cursos sobre gestão e abertura de empresas. As principais ações da primeira e da segunda fase concentram-se em palestras realizadas, no Brasil e no exterior, pelas instituições envolvidas.

A relevância do Projeto Andorinhas se pautou na cultura goiana de emigração e no fluxo de pessoas que saíram do estado para outro país. Segundo estimativas do MRE, em 2013, ano em que o Projeto foi elaborado, havia aproximadamente 300 mil goianos residindo no exterior, sendo destes, cerca de 200 mil nos Estados Unidos. Esse fato reforçou, para as instituições governamentais, a importância de investir em capacitação e informação deste público.

Até 2016, foram atendidas cerca de 400 pessoas por meio das ações do Andorinhas.

O Ministério do Trabalho[24], em parceria com o MRE e outros órgãos ligados ao governo federal e ao governo de Goiás, realizou em 2011/2012 edições da "Semanas do Trabalhador Brasileiro", nos EUA (Boston e entorno), Guiana Francesa, Suíça e Portugal. Os eventos foram orientados pelos objetivos de aumentar o conhecimento da comunidade local sobre a legislação trabalhista estrangeira daquele país, de modo a conhecerem melhor seus direitos e obrigações, prestar noções básicas de educação financeira com vistas à otimização dos ganhos e da aplicação das remessas no Brasil e informar a diáspora brasileira sobre as possibilidades de reinserção dos trabalhadores que, porventura, manifestassem interesse em retornar ao Brasil. Cabe mencionar que os eventos coincidiram com época de crise financeira naqueles principais países receptores das comunidades imigrantes brasileiras e que, nessas condições, as palestras concentraram-se, em grande medida, nas oportunidades de reinserção dos potenciais retornados no mercado de trabalho brasileiro. Restrições orçamentárias no Brasil, por sua vez, impediram que novas edições do evento fossem realizadas nos anos subsequentes e aguarda-se momento propício para retomar a iniciativa, com as adaptações que se fizerem necessárias.

Outra iniciativa do MRE destinada aos brasileiros no exterior desejosos de retornar ao país foi o "Portal do Retorno". Criado em 2013, em meio à crise que atingia os principais países de residência das comunidades brasileiras emigradas, esse sítio eletrônico se propõe a ajudar aqueles que pretendem voltar ao Brasil. No Portal do Retorno, estão reunidas informações como, por exemplo, assistências oferecidas pelo MRE ao brasileiro retornado ou àquele que pretende retornar, além de instruções para acessar o conteúdo do site e os cursos à distância oferecidos pelo SEBRAE. Essa e outras informações de interesse de quem deseja retornar ao Brasil após

24 Na época, denominado Ministério do Trabalho e do Emprego.

sua jornada no exterior, estão disponíveis no endereço eletrônico (<retorno.itamaraty.gov.br>).

Por fim, a transnacionalização incluiu também o estabelecimento de um canal institucionalizado de diálogo do governo brasileiro (concentrado na área consular do MRE) com as lideranças brasileiras no exterior, e destas últimas entre si. Esse canal de diálogo foi o Conselho de Representantes de Brasileiros no Exterior (CRBE), originalmente criado pelo Decreto 7.214/2010. Após a experiência adquirida com seus dois primeiros anos de funcionamento e as avaliações realizadas em consultas públicas em 39 cidades no exterior com concentração de brasileiros, foi reformulado pelo Decreto 7.987, de 17 de abril de 2013. Em sua forma atual, o CRBE é composto pelos cerca de 55 Conselhos Locais (de Cidadania quando são eleitos e de Cidadãos quando são escolhidos de formas alternativas) criados junto aos postos consulares das respectivas jurisdições. O CRBE é, portanto, um grupo colegiado, que nomeia de forma soberana um de seus membros para a função de porta-voz para fazer a interlocução com o MRE e os demais Conselhos de Cidadãos/Cidadania e para representá-lo nas Conferências Brasileiros no Mundo e outros eventos presenciais e virtuais. Está permanentemente aberto a novas adesões, que são oficializadas por ocasião das Conferências Brasileiros no Mundo.

Essa estrutura permite troca fluida de ideias e informações e acompanhamento periódico da implementação de ações em benefício das comunidades brasileiras emigradas. Seu formato de confederação de Conselhos Locais aumenta a representatividade e capilaridade necessárias ao esforço associativista.

O acompanhamento formal dos trabalhos é feito por meio da "Ata Consolidada de Reivindicações das Comunidades Brasileiras no Exterior". Essa Ata estabeleceu-se, desde a I Conferência "Brasileiros no Mundo" (2008), como o principal documento da política do governo brasileiro para a diáspora e foi elaborada de forma a permitir o acompanhamento das iniciativas tomadas e do status de cada demanda. A versão online disponível no Portal Brasileiros no Mundo é atualizada periodicamente, de modo a incorporar as

iniciativas recentes adotadas pelo MRE e demais órgãos parceiros, no cumprimento das cerca de 200 ações aprovadas ao longo das Conferências.

Tão importante quanto as ações governamentais adotadas é a oportunidade que as lideranças brasileiras mundo afora têm hoje de dialogar regularmente entre si. O canal horizontal de diálogo dentro do CRBE, hoje facilitado pelas mídias e redes sociais, tem sido crescentemente utilizado para troca de experiências, compartilhamento de boas práticas, discussão de temas de interesse comum e amadurecimento de ideias, nas mais diversas áreas. Em termos formais, os membros do CRBE e as centenas de associações de brasileiros envolvidas no processo estão organizados em grupos regionais e temáticos (assuntos culturais, educacionais, sociais, referentes a empreendedorismo, trabalho e muitos outros). Nestes aspectos, são acompanhados um processo dinâmico e em permanente aperfeiçoamento.

Com o objetivo de reunir os representantes do CRBE e promover discussões sobre as principais demandas dos brasileiros residentes no exterior e possíveis soluções, a Conferência reúne, além dos conselheiros eleitos, órgãos governamentais e instituições parceiras. A última Conferência Brasileiros no Mundo foi realizada em maio de 2015, em Salvador/BA. Os principais temas discutidos durante as Conferências e seus encaminhamentos são reunidos nos documentos publicados no Portal Brasileiros no Mundo, mantido pelo MRE, por meio do Itamaraty (<www.brasileirosnomundo.itamaraty.gov.br>).

Percebe-se que a pertinência de se promover o conhecimento para a população imigrante e seus beneficiários no país de origem se reforça na medida em que os fenômenos migratórios se renovam. O sucesso ou o insucesso da jornada durante o período da imigração, ou do empreendimento gerado pelos recursos financeiros desse processo, implicarão em ônus ou bônus, social e econômico, tanto para o local de origem, quanto para o de destino. Embora a condição de emigrante, imigrante ou de retornado possibilite aprendizados diversos àqueles que decidem viver um período no exterior, não

necessariamente confere a eles conhecimentos e habilidades suficientes para garantir o sucesso do negócio. Nos casos de insucesso, reemigrar é, para a maioria, novamente a alternativa mais realista.

Os motivos descritos neste capítulo estão entre os principais e mais complexos pelos quais se justificam a importância de iniciativas governamentais e não governamentais para apoio à população migrante.

CAPÍTULO 3
A IMIGRAÇÃO BRASILEIRA NO MUNDO

A década de 1960 foi para o Brasil um período de incertezas políticas e oscilações econômicas. Se, por um lado, os militares assumiam a condução do país em 1964, por outro, esse período vivenciou altos índices de crescimento. De 1962 a 1967 o Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil cresceu 3,2%; 10% de 1967 a 1970; 12,4% de 1970 a 1973 e, de 1973 a 1976, o PIB brasileiro cresceu 8,3% (menor em nove anos)[25]. O rápido crescimento do PIB, sobretudo em função do setor industrial, foi acompanhado de grandes transformações econômico-sociais.

A partir de 1979, a economia brasileira começou a sentir o impacto do aumento da taxa de juros internacionais e do segundo choque do petróleo. Ocorreu, então, a maxidesvalorização de 1979, causando um aumento da taxa de inflação, que ultrapassou 50% ao ano, chegando ao final de 1979 a superar a casa dos três dígitos. No começo dos anos 1980 o país passou por uma forte recessão econômica marcada por altas taxas de desemprego que se estenderam até o final da década[26]. Durante esse período e o início dos anos 90, verificou-se uma grande redução de postos de trabalho na economia brasileira e o crescimento do trabalho informal. Acoplado a esse cenário de desemprego e precarização do trabalho, em 1990, viveu-se novamente um processo inflacionário, atingindo 1.795% ao ano.

25 Desenvolvimento Capitalista no Brasil. Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo e Renata Coutinho (Org.). 4 ed. Campinas: UNICAMP. IE. 1998, v. 1.

26 Em 1981 por exemplo, o desemprego aberto atingiu a taxa de 10% (Pastore, 1979).

Por fim, as reformas econômicas do Presidente Fernando Collor de Mello trouxeram mais desencanto do que resultados, principalmente para a classe média[27].

A crise, juntamente com o impacto da reestruturação da economia mundial afetaram o mercado de trabalho brasileiro nos anos 90 e provocaram uma queda na mobilidade social no Brasil[28]. Entre os anos de 1990 e 1992, verificou-se uma redução de 19% no nível de emprego assalariado formal e uma elevação do trabalho por conta própria e do trabalho doméstico[29]. Assim, conforme salienta Patarra e Baeninger (1995), a migração interna, que foi sempre um elemento de absorção do excesso de mão de obra de várias regiões do país, não mais garantiu a mobilidade social. Este contexto induziu uma parcela significativa da classe média, principalmente a mais jovem, a buscar novas oportunidades na emigração para os Estados Unidos, Europa e Japão.

A recuperação econômica dos anos 1993-1995 foi insuficiente para alterar esse quadro econômico. No final da década, juros altos, aumento do desemprego e a diminuição na produtividade mantiveram a situação de crise[30]. Por fim, não se pode minimizar a importância de fatores como a violência urbana, a corrupção e a desorganização social como motivos que influenciaram a decisão de emigrar. Em várias pesquisas realizadas nos Estados Unidos, assim como em outros países, os imigrantes brasileiros apontam como

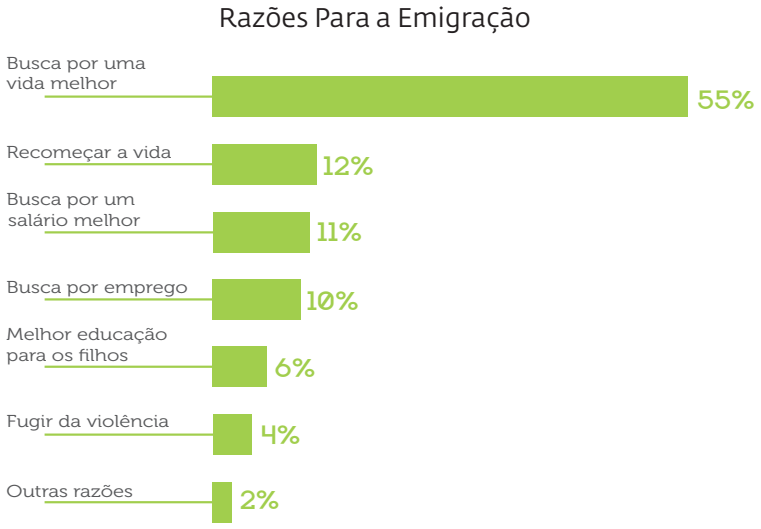
27 Foi instituído o Plano Collor, que agravou mais ainda a situação, causando revolta na população, não só pelas medidas econômicas, mas pelo esquema de corrupção que lhe atribuíam. Essas insatisfações deram origem a uma mobilização inédita dos "caras-pintadas" que culminou no impeachment do Presidente.

28 Brito, Fausto, (1995). "Os Povos em Movimento – As Migrações Internacionais no Desenvolvimento do Capitalismo", em Neide Patarra, (coord.), Emigração e Imigração Internacionais no Brasil Contemporâneo. Campinas: FNUAP.

29 Martes, Ana Cristina Braga, (1999). Brasileiros nos Estados Unidos – Um Estudo sobre Imigrantes em Massachusetts. São Paulo: Paz e Terra.

30 O período do governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso (1994-2001), foi marcado por muitas mudanças na esfera internacional, tais como o fim da guerra fria, a intensificação do fenômeno da globalização, além de um quadro financeiro internacional instável – crises mexicanas, asiática, russa e argentina – que abalaram a economia brasileira.

causa importante da emigração, a qualidade de vida. Em pesquisa realizada pela empresa Synovate em 2007[31], 77% dos imigrantes brasileiros entrevistados apontaram como razão da emigração, aspectos ligados ao mesmo motivo. Enquanto 55% responderam que emigraram à "procura de uma vida melhor"; 12% afirmaram ter emigrado para "recomeçar a vida"; 6% atrás de "melhor educação para os filhos" e 4% "para fugir da violência". Somente 24% emigraram por questões relacionadas a emprego. Destes, uma parte respondeu que foi em "busca de um salário maior" (11%); e outra em "busca de emprego" (10%). Um ano depois, a mesma empresa realizou pesquisa para a Caixa Econômica Federal confirmando as mesmas razões para a emigração[32].



Fonte: Synovate Brasil (2007). Imigrantes Brasileiros Residentes nos Estados Unidos.

Complementando os estudos acerca das razões da emigração, pesquisa realizada por Lima e Plastrik (2008) indicou que, para 48% dos brasileiros residentes em Massachusetts, a razão para emigração foi a "busca de uma vida melhor". Outros 5% "juntaram-se às suas

31 Synovate Brasil (2007). Imigrantes Brasileiros Residentes nos Estados Unidos.

32 Synovate Brasil (2008). Remetentes e Beneficiários – Massachusetts e Microrregião de Governador Valadares.

famílias já nos Estados Unidos"; 8% vieram "começar a vida"; ou dar uma melhor "educação aos seus filhos" (1%). Para 28% as razões da emigração foram relacionadas a trabalho, sendo que 20% emigraram "por um salário melhor" e 8% emigraram em "busca de emprego".

É necessário também ressaltar que, por outro lado, houve uma reestruturação no sistema produtivo das economias avançadas que provocou um aumento, como explica Piore (1980), da demanda por trabalhadores altamente qualificados e bem pagos. Ao mesmo tempo, houve uma crescente procura por trabalhadores manuais de baixa qualificação e remuneração. Ocorreu, dessa forma, uma bifurcação na estrutura do emprego das economias avançadas quanto ao salário, condições de trabalho, segurança e estabilidade.

É nesse quadro, via a emigração, que se opera a troca do trabalho que dá prestígio no Brasil, pelo trabalho que paga bem no exterior. Os imigrantes brasileiros, ainda que inseridos no mercado de trabalho informal dos países de destino, conseguem rendimentos cerca de três a quatro vezes superiores aos que alcançariam no Brasil. Como afirmou Teresa Sales (1998), essa é uma ascensão truncada, pois geralmente significa a troca de status pela maior possibilidade de consumo.

Na década de 1980, o fluxo de saída era oriundo principalmente das regiões Sudeste e Sul do Brasil, representando aproximadamente 90% de todo este fluxo. Na década de 90, ele caiu para aproximadamente 79%. Esse declínio se deu em função do aumento significativo da emigração da região Norte para a Guiana Francesa, Venezuela, Bolívia, Guiana e Suriname e do aumento, também significativo, da emigração da região Nordeste para a Europa e para os Estados Unidos. Além disto, a emigração para os Estados Unidos se tornou mais diversificada, incluindo novas regiões de origem, como Goiás e vários estados do Nordeste.

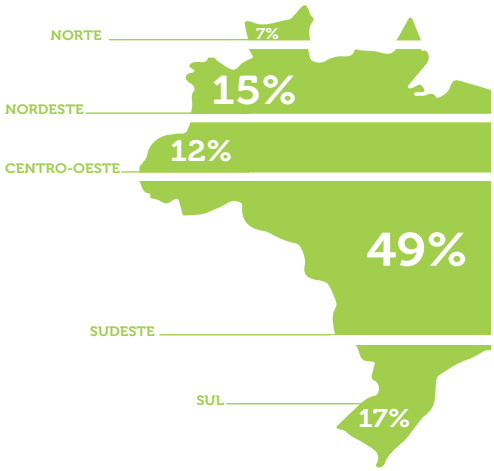
Finalmente, na metade da década de 1990, o fluxo de São Paulo para o Japão aumentou, com a emigração dos dekasseguis.

A partir de 1990, inverteu-se a direção do movimento populacional entre Brasil e aquele país. O fluxo em novo sentido

foi fortalecido por mudanças na legislação nipônica, que passou a facilitar a concessão de vistos de residência para filhos e netos de japoneses. Os vistos eram concedidos por períodos de 3 a 5 anos renováveis, com o intuito de atrair trabalhadores que pudessem suprir a carência de mão de obra na crescente indústria japonesa. Graças à forte atratividade que o mercado de trabalho japonês exercia entre os descendentes, em 2008, os brasileiros chegaram a compor a terceira maior comunidade estrangeira no Japão, com 330 mil pessoas. A crise de 2008 e a catástrofe de 2011 incentivaram o retorno de quase 160 mil brasileiros. Segundo estatísticas do Ministério da Justiça do Japão, mais de 110 mil dos cerca de 170 mil brasileiros hoje residentes no país têm status de permanentes.

Recentemente quase todas as unidades da federação participam no fluxo migratório. Segundo o Censo brasileiro de 2010, a região Sudeste contribuiu com 49% desse fluxo, seguida pela região Sul com cerca de 17%, pela região Nordeste com 15% e pelas regiões Centro-Oeste e Norte com 12% e 7%, respectivamente. Somados, São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Goiás, Rio de Janeiro e Bahia representam 67% do fluxo migratório brasileiro.

Emigração por Região do País (Brasil)



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE (2010). Censo Brasileiro Demográfico de 2010.

Em 2010, dos 193 países de residência dos brasileiros, os primeiros 25 concentraram 94% do total. Os principais países de destino desse fluxo são os Estados Unidos (24%) – cujo fluxo é oriundo de Minas Gerais (43%), Rio de Janeiro (31%), Goiás (23%), São Paulo (20%) e Paraná (17%) – seguidos de Portugal (13%), segunda opção para os emigrantes oriundos de Minas Gerais (21%) e do Rio de Janeiro (9%). A seguir, a Espanha (9%), Japão (7%), Itália (7%) e Inglaterra (6%) representam os outros países de maior concentração de imigrantes brasileiros. A Espanha é a segunda opção de destino para os goianos (20%), enquanto o Japão continua recebendo, na sua maioria, emigrantes oriundos de São Paulo e Paraná, respectivamente 20% e 15%. Finalmente, os países vizinhos, Guiana Francesa, Venezuela e Bolívia recebem emigrados do Amapá, Roraima e Acre, enquanto os países das fronteiras centro-sul (Argentina, Paraguai e Bolívia) são destinos para emigrantes do Paraná, Rio Grande do Sul e Mato Grosso.

Segundo estimativas do MRE, na América do Norte, os Estados Unidos têm a maior concentração de imigrantes brasileiros, representando cerca de 42% do total dos imigrantes brasileiros e 96% da população brasileira no continente. O Canadá e o México seguem à distância com 3% e 1%, respectivamente.

A evolução do número de brasileiros nos países da América Latina[33] indica, principalmente a partir de 1980, uma nova situação do Brasil no contexto regional. O Paraguai tornou-se o país da região com a maior concentração de imigrantes brasileiros (62%), seguido da Argentina (8%), Guiana Francesa (7%), Bolívia (5%), Venezuela, Uruguai e o Suriname (3%), e o México (2%).

33 Exclui o México.

Distribuição da População Brasileira por Continente

Fonte: Dados do Ministério das Relações Exteriores – MRE (2014). Brasileiros no Mundo – Estimativas.

A emigração brasileira para a Europa tem se intensificado nos últimos 20 anos. Portugal (19%), Espanha (15%), Reino Unido (14%), Alemanha (13%), Suíça (9%), França (8%) e Itália (8%) abrigam os maiores contingentes populacionais brasileiros no continente.

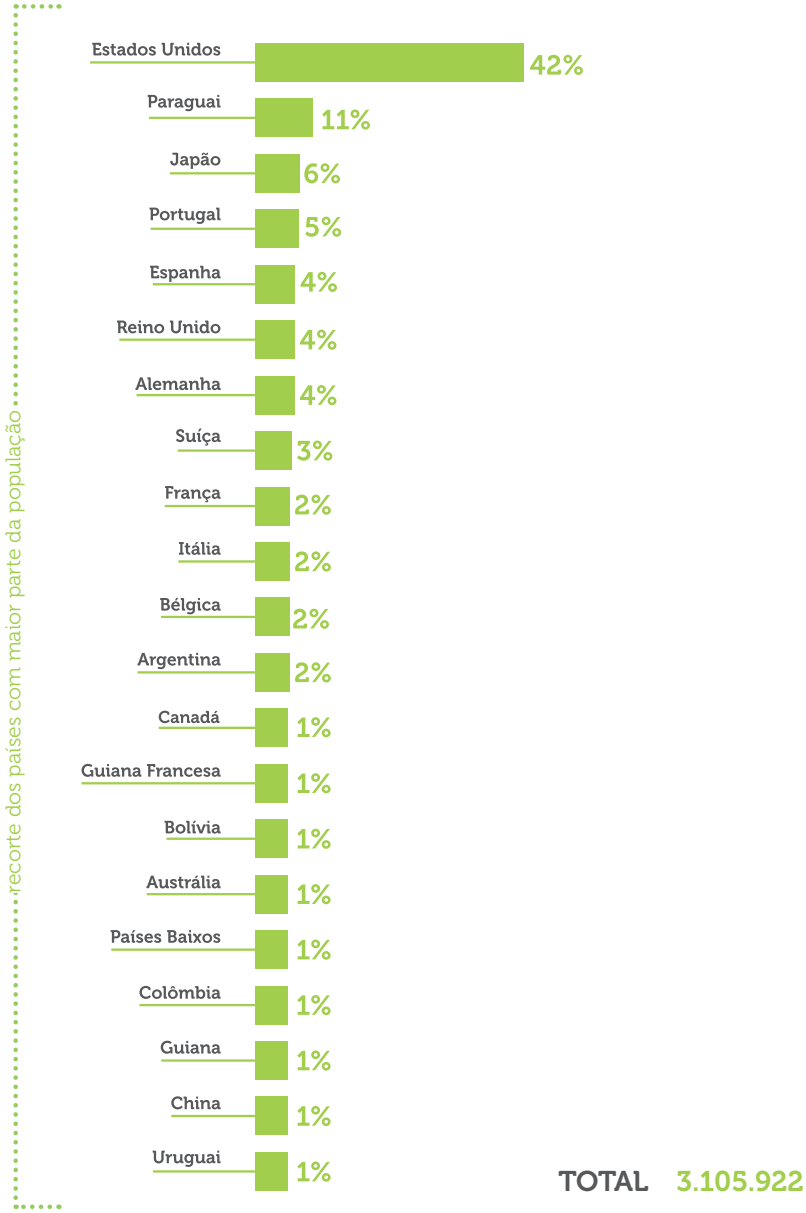
Na Ásia, o Japão é o país com quase a totalidade da população brasileira residente no continente (89%), constituindo a terceira maior comunidade imigrante nesse país.

As populações de brasileiros na África, no Oriente Médio e na Oceania são bastante pequenas e concentradas em poucos países. Na África, está presente em Angola 60% da população brasileira do continente. O Líbano (35%), Israel (23%) e os Emirados Árabes Unidos (21%) acolhem a maioria da população brasileira do Oriente Médio. E na Oceania, 83% dos imigrantes brasileiros vivem na Austrália e os outros 17% na Nova Zelândia.

Aqui, é importante fazer referência à questão da estimativa do número de brasileiros residentes no exterior. Como apontado anteriormente, o MRE estima que, em 2014, havia cerca de 3,1 milhões de imigrantes brasileiros[34]. Essas estimativas, como explica o MRE, "buscam levar em conta vários fatores, como: dados oficiais fornecidos por autoridades migratórias locais; censos oficiais; número de eleitores registrados na jurisdição; número de matriculados nos consulados; sondagens junto à comunidade; solicitações de passaportes e outros documentos por brasileiros; movimento geral da repartição e de consulados itinerantes; dados disponíveis sobre saída do país e retorno de brasileiros; percentuais de redução de remessas; publicações da Organização Internacional para as Migrações (OIM); estudos da OCDE; trabalhos acadêmicos e artigos na imprensa [além da] compilação das respostas à pergunta específica que constou do último censo oficial do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2010, sobre o número de familiares residentes em outros países".

34 Ver Anexo I - Distribuição da População Brasileira por País.

Distribuição da População Brasileira por País



Fonte: Ministério das Relações Exteriores – MRE (2014). Brasileiros no Mundo – Estimativas.

Deve-se ressaltar, no entanto, que o Censo Brasileiro Demográfico de 2010 incluiu um bloco de perguntas visando conhecer de forma mais detalhada o fenômeno da emigração brasileira. O IBGE estima que 491.645 brasileiros vivem no exterior, reconhecendo que esse número sub enumera essa população. Entre outros fatores para tal subenumeração, o IBGE cita (1) a possibilidade de todas as pessoas que residiam em determinado domicílio terem emigrado, (2) aquelas que ficaram no território brasileiro tenham vindo a falecer, ou (3) aqueles que há muito tempo encontram-se no exterior sejam desconsiderados.

Finalmente, a Organização Internacional para as Migrações (OIM), no seu Perfil Migratório do Brasil de 2009, estima que há entre 2,5 e 4 milhões de brasileiros vivendo fora do país, na sua maioria nos Estados Unidos, Paraguai, Japão, Reino Unido e Portugal.

Como pode ser inferido, a base de estimativa da população brasileira emigrante é bastante precária, variando de fonte a fonte em escala bastante apartada[35]. O mesmo se aplica ao volume de remessas recebidas nos locais de origem dos imigrantes, cujas informações oficiais são frágeis e inconclusivas.

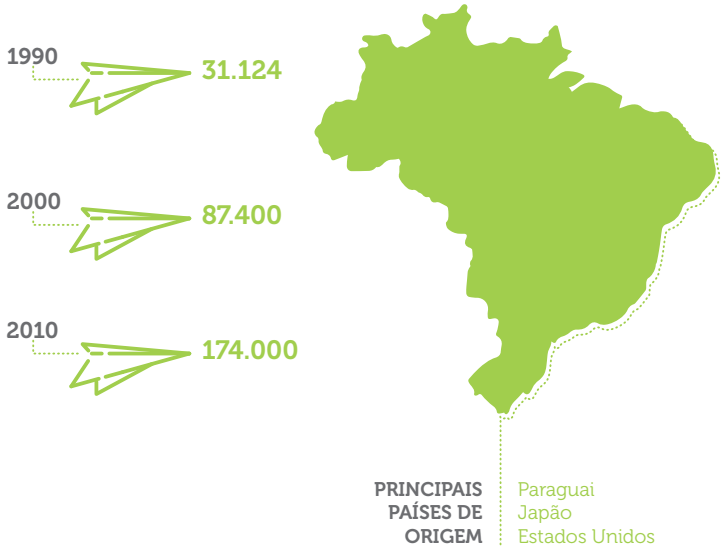
O processo emigratório, no entanto, envolve não somente aqueles que deixam o país para viver no exterior, mas também aqueles que, terminadas as suas jornadas em outras terras, voltam ao país de origem – os chamados retornados. Atrelada aos fatores que sustentam o processo migratório ao longo de décadas, está a cultura da emigração presente em diversas regiões do Brasil. Essa cultura fortalece as razões e transforma a possibilidade de viver em outro país como a alternativa mais provável para se ter melhor qualidade de vida para si e para a família. Desta forma, em regiões específicas, as redes de relacionamentos, sejam elas familiares ou sociais, sustentam,

35 A mensuração dos imigrantes brasileiros um determinado período é muito difícil porque: (1) os registros sobre as saídas de brasileiros são muito precários; (2) poucos são os países que têm estatísticas confiáveis sobre o número de imigrantes em seu território, já que muitos estão no país irregularmente e (3) o tipo de informação obtida refere-se ao estoque, isto é, ao volume acumulado de imigrantes internacionais residentes no país na data do censo.

além do transnacionalismo, a renovação da cultura de emigrar e o apoio ao retornado.

O retorno dos brasileiros do exterior pode ser aferido pelo número daqueles que, na data dos Censos Demográficos de 1990, 2000 e 2010, residiam no Brasil, mas que retornaram ao país cinco anos antes do Censo. Entre os Censos de 1990 e 2000, verificou-se um incremento de 182% neste contingente, ou seja, em 1991, 31.124 pessoas declararam um país estrangeiro de residência cinco anos antes da data de referência do Censo, enquanto que em 2000, esse número era de 87.400. Segundo Wilson Fusco e Sylvain Souchaud, o fluxo de retornados brasileiros desse período, ainda que bastante diversificado, concentra-se em três países – Paraguai, Japão, e Estados Unidos[36].

Fluxo de Brasileiros Retornados ao Brasil



36 Segundo estes autores, estes três países são responsáveis por cerca de 60% desse fluxo.

A recente crise econômica internacional e as políticas restritivas dos países de destino voltaram a contribuir de forma crescente para o fluxo de retorno. Segundo o Censo brasileiro de 2010, mais de 174.000 mil imigrantes brasileiros retornaram ao país. Esse é um número bem maior do que o apontado pelo Censo de 2000 (87,4 mil), passando de 61% para 66% o percentual de brasileiros contados entre os imigrantes internacionais chegados ao Brasil[37].

37 Dos 51.933 imigrantes provenientes dos Estados Unidos, 84% eram brasileiros. Entre os 41.417 imigrantes provenientes do Japão, 89% eram brasileiros. Este percentual chega a 77% para aqueles oriundos de Portugal. (Censo Demográfico 2010, IBGE).

CAPÍTULO 4
BRASILEIROS NOS ESTADOS UNIDOS
MEIO SÉCULO (RE)FAZENDO A AMÉRICA

4.1. A partida: de onde viemos?

A imigração brasileira na América[38] é parte da longa história dos processos migratórios para este país. O fluxo migratório brasileiro para os Estados Unidos é o principal fluxo de saída do Brasil e formou-se, de início, com a saída de brasileiros da região Sudeste para o Nordeste Americano (Massachusetts, Nova Jersey e Nova York) e, mais tarde, para o Sul (Flórida) e Oeste (Califórnia).

Segundo Maxine Margolis (2009), os primeiros imigrantes brasileiros chegados aos Estados Unidos vieram da cidade mineira de Governador Valadares. Essa ligação entre Governador Valadares e os Estados Unidos – em particular com o estado de Massachusetts – começa durante a segunda guerra mundial, quando o Brasil se tornou um dos maiores produtores de mica que, na época, era material de alto valor estratégico, usado para isolamento em produtos militares e na produção de rádios, uma novidade naqueles anos. A mica era minerada por empresas americanas nas jazidas existentes na região de Governador Valadares. O minério bruto era tirado do solo e depois de separado das impurezas, exportado para os Estados Unidos.

38 Forma pela qual os norte-americanos e grande parte dos brasileiros residentes nos Estados Unidos se referem ao país.

Após o final da guerra, essa indústria entrou em crise, mas os vínculos entre Governador Valadares e os Estados Unidos continuaram, pois engenheiros e outros profissionais americanos, no retorno, "levaram" consigo alguns dos seus empregados brasileiros. Conta-se, ainda, que alguns brasileiros teriam sido treinados nos Estados Unidos durante a operação da empresa e, ao final, transferidos para aquele país.

Tal experiência com os americanos em Governador Valadares e as histórias sobre a vida nos Estados Unidos contada por esses brasileiros pioneiros inspiraram outros, anos depois, a empreenderem a mesma viagem. Naquela região do estado de Minas Gerais, de onde partiram os primeiros brasileiros para "fazer a América", foi se tornando comum ter o dólar americano no dia a dia de comerciantes e de outras parcelas da população. Rapidamente, Governador Valadares e diversas cidades do seu entorno assumiram a cultura da emigração e as remessas recebidas pelos familiares que ficaram movimentam fortemente a economia da região. Assim, os recursos enviados pelos imigrantes que viviam nos Estados Unidos e os relatos de que, naquele país, ter uma vida com mais qualidade era um sonho possível alimentaram o mesmo desejo em muitas gerações.

Durante a década de 80, os brasileiros entravam nos Estados Unidos portando visto de turista e permaneciam em situação irregular pelo não retorno e o trabalho não autorizado. Esse mecanismo cresceu em proporções, chegando a ser montada uma verdadeira "indústria" do turismo, com operadores oferecendo pacotes para a Disney World e Nova York várias vezes ao ano. Outros, principalmente aqueles vindos para a costa nordeste americana, trabalhavam durante o verão nas áreas balneárias dessa região e voltavam para o Brasil durante o inverno, alimentando assim um processo circular de migração.

Com o aumento da fiscalização dos aeroportos americanos (sobretudo após os atentados terroristas em setembro de 2001) e a dificuldade crescente para aquisição do visto de turista no Brasil, uma nova rota de entrada nos Estados Unidos foi estabelecida, a entrada pela fronteira do México. Essa rota é mais problemática não

só pelo custo que envolve, mas também pela distância e pelo risco maior da travessia. No entanto, ela cresceu em volume pelo fato de que os Estados Unidos não podem, uma vez apreendendo pessoas de origem não mexicana cruzando a fronteira com esse país, retorná--las para o México. Essas pessoas eram soltas e recebiam notificação para comparecer na corte de justiça (*notice to appear*). A maioria não comparecia para a audiência, mantendo-se no país ilegalmente.

Nesse período a região mineira de Governador Valadares utilizava de maneira recorrente a prática criada na década de 1960 – os serviços dos chamados "cônsules"[39]. Essas pessoas ofereciam as soluções para a entrada dos brasileiros nos Estados Unidos e em outros países, mesmo que de forma ilegal, arriscada e cara. Para os Estados Unidos, a rota mais comum oferecida, além da utilização do turismo, era ainda pelo México.

O controle da fronteira com o México se tornou cada vez mais acirrado, especialmente na metade da década de 90, causando uma redução momentânea desse fluxo migratório. Essa rota se tornou, também, cada vez mais difícil. O México, pressionado pelo governo norte-americano, começou a exigir visto de entrada para os brasileiros em setembro de 2005 (medida posteriormente afrouxada). Isto significou, na prática, que os brasileiros precisavam mostrar, entre outras coisas, prova de capacidade financeira semelhante àquela exigida pelas autoridades consulares americanas no Brasil.

No entanto, esse fluxo se readaptou e passou a usar o Canadá e, sobretudo, a Guatemala (via a fronteira sul do México) como pontos de entrada apoiados pelas redes sociais que se formaram. Assim, os fluxos de entrada clandestinos nos Estados Unidos voltaram a se intensificar, atingindo o seu pico na metade da década de 2000.

Essa trajetória pode ser confirmada utilizando três fontes que a corroboram. A primeira são os registros dos postos consulares quanto à demanda por seus serviços. Por exemplo, em Boston,

39 Castro, Alanni de Lacerda Barbosa de, (2015). Remessas. Minas Gerais. Brasil.

o consulado brasileiro detectou uma expansão da demanda de documentos entre 2000 e 2004[40].

A segunda fonte são os registros do Departamento de Segurança dos Estados Unidos (Department of Homeland Security – DHS), que apontam o Brasil como o país cujo número de indocumentados apresentou o maior crescimento: 70% entre 2000 e 2005, após o México e a Índia. Segundo a mesma fonte, em 2004, o Brasil teve o maior índice de crescimento da população de imigrantes indocumentados nos Estados Unidos, cerca de 78%, além de ocupar o quinto lugar entre os principais países de origem desses imigrantes.

A terceira fonte são os registros do U.S. Census Bureau. Segundo o American Community Survey (ACS), a população brasileira imigrante nos Estados Unidos cresceu 61% entre 2000 e 2006. Após esse período de crescimento, houve uma redução de 3% no estoque de imigrantes brasileiros durante o período de 2006--2008, que coincide com a crise econômica americana e as crescentes operações de deportação. Esse crescimento é retomado de forma tímida entre 2008-2009 (8,7%). Aqui, é interessante ressaltar dois aspectos: o primeiro é que 2009 é o ano de pico do estoque de brasileiros nos Estados Unidos; o segundo é que o crescimento da população brasileira nos Estados Unidos no período de mais de uma década (2000-2014) foi de cerca de 58%.

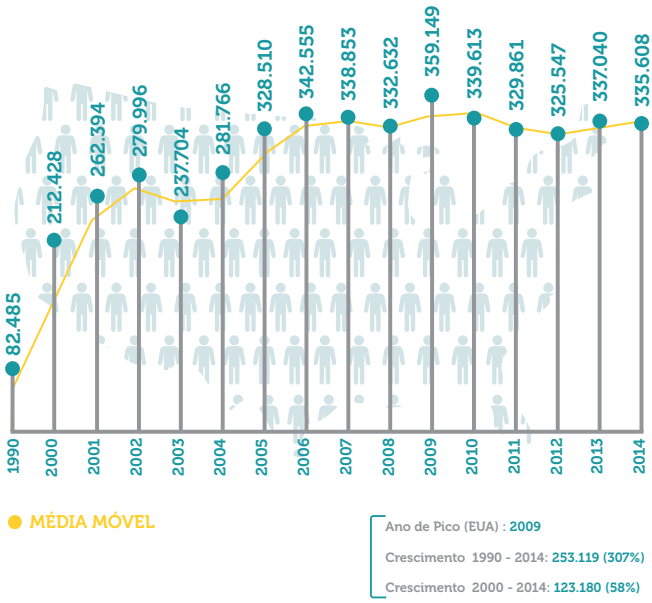
4.2. A chegada: quantos somos e onde vivemos?

O Censo americano de 2000 contou 212.428 brasileiros no país, representando 0,7% dos 31 milhões de imigrantes vivendo nos Estados Unidos. O American Community Survey (ACS) registrou, em 2014, 336.000 brasileiros, um aumento de 58% quando comparado com o censo de 2000, representando 0,8% dos 42,4 milhões de imigrantes no país[41].

40 Consulado do Brasil em Boston (2015). Boston.

41 Tecnicamente essa comparação não é exatamente correta, pois estamos comparando a enumeração do censo de 2000 com a amostra do American Community Survey de 2014.

População Brasileira nos Estados Unidos (1990 - 2014)



Fonte: 1990 e 2000 U.S. Census e o American Community Survey (ACS), 2001-2014.

No entanto, vários pesquisadores argumentam que tanto os censos decenais, quanto estimativas do ACS, subestimam o tamanho da população imigrante e, em particular, o tamanho das comunidades com grandes contingentes de pessoas indocumentadas[42]. No que diz respeito ao American Community Survey, fatores limitantes em quaisquer dados amostrais podem contribuir para a subestimação. Entre esses, destacam-se o tamanho da amostra e outros erros amostrais e de mensuração. Além disto, há o fato de que os imigrantes brasileiros, assim como qualquer outra população imigrante, não estão distribuídos espacialmente de forma aleatória entre a população, de forma que a amostragem desses, com precisão, se torna difícil. Por fim, o uso de amostragem se torna problemático em

42 Maxine Margolis, por exemplo, remarca que o Censo de 1990, que contou somente 94.087, brasileiros vivendo nos Estados Unidos subestima a população brasileira em pelo menos 80%.

casos em que uma determinada população constitui uma proporção muito pequena da população nacional.

O Censo brasileiro de 2010 contou cerca de 117.000 brasileiros vivendo nos Estados Unidos (IBGE, 2010). Esse número é resultado da tabulação da pergunta inserida no Censo de 2010 sobre "se alguma pessoa que residira anteriormente com algum morador do domicílio estaria vivendo no exterior". Segundo o próprio IBGE, "algumas limitações que surgem de imediato é o da possibilidade de todas as pessoas que residem em determinado domicílio terem emigrado ou que aquelas que ficaram em território brasileiro tenham vindo a falecer" ou, além disso, "pessoas que fizeram o movimento rumo ao exterior há muito tempo podem ser desconsideradas".

Outras estimativas, incluindo aquelas feitas pelo MRE (MRE, 2014), põem o número de brasileiros vivendo nos Estados Unidos entre 800.000 a 1,3 milhões de pessoas. Como explicado anteriormente, as estimativas do MRE têm como base consultas feitas por esse órgão junto às Embaixadas e aos Consulados do Brasil, além de outras considerações.

Estimativas feitas com base em dados referentes ao fluxo de remessas de dinheiro para o Brasil por brasileiros vivendo nos Estados Unidos computam a população brasileira vivendo nos Estados Unidos em 2007 entre 803.000 e 1,4 milhões de pessoas. As informações utilizadas para tal cálculo são as seguintes: (1) volume de remessas dos Estados Unidos para o Brasil – que de acordo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) – em 2007, somaram $2,7 bilhões de dólares; (2) o valor médio das remessas enviadas por brasileiros residentes nos Estados Unidos para o Brasil – entre $300 a $400 dólares mensais; (3) a frequência média dos envios de remessas por brasileiros dos Estados Unidos para o Brasil – entre 10 a 12 vezes por ano; e finalmente, (4) a proporção da população brasileira residente nos Estados Unidos que envia remessas para o Brasil – entre 60% a 70%. Essa estimativa depende, claro, da acuracidade do valor total enviado, dos valores médios das

remessas, da frequência média destas e da proporção da população que remete[43].

Finalmente, a empresa Synovate, em pesquisas realizadas para o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal – nos anos de 2003, 2007 e 2008 – utilizando o mesmo método indireto e dados de 2001 do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), estimou a população brasileira nos Estados Unidos em 967.000 pessoas. Para tal, a empresa utilizou o valor de $2,6 bilhões de dólares em remessas oriundas dos Estados Unidos para o Brasil (BID, 2001), sendo o valor médio das remessas de $250 dólares, enviadas de 10 a 12 vezes ao ano. Para o cálculo da proporção dos remetentes, a empresa assumiu um tamanho médio dos domicílios brasileiros de 2,59 pessoas[44].

Os brasileiros, como é comum à maioria dos imigrantes, residem principalmente nas grandes regiões metropolitanas, onde as oportunidades de trabalho são maiores. No entanto, o padrão de assentamento da população brasileira imigrante nos Estados Unidos mudou consideravelmente após 1980. Até então, Califórnia e Nova York eram os estados com as maiores populações de brasileiros – mais de um terço da população brasileira nos Estados Unidos. No mesmo ano, somente 12% dos imigrantes brasileiros viviam nos estados da Flórida e Massachusetts. Em 1990, essa distribuição começa a mudar em favor da Flórida e de Massachusetts (23%), enquanto que a parcela da população vivendo na Califórnia e Nova York diminuiu para 32%, uma tendência que iria acentuar-se nas décadas seguintes. A Flórida, com 21% da população brasileira, era o estado de destino mais popular para os brasileiros em 2000. Em 2014, a Flórida concentrava a maioria dos brasileiros (20%), seguida dos estados de Massachusetts (17%), Califórnia (10%), Nova Jersey (9%) e Nova York (7%). Juntos, esses cinco estados são os lugares de residência de 63% da população brasileira que vive nos Estados Unidos. Outro aspecto importante é a dispersão dos brasileiros pelo território americano, fenômeno esse

43 Lima, Álvaro, (2009). Brasileiros na América. Massachusetts. USA.

44 Estimativa da População Brasileira nos Estados Unidos, Synovate, Março 2003.

também comum aos outros imigrantes. Enquanto que em 2000, 30% dos brasileiros viviam em outros estados que não os cinco citados acima, em 2014, esta proporção era de 38%.

Os brasileiros, em 2000, eram a 28ª maior comunidade imigrante dos Estados Unidos (2000 U.S. Census), passando a ocupar o 19º lugar em 2014 (2014 ACS 1-*Year Estimate*).

A Flórida, com cerca de 260.000 brasileiros, de acordo com as estimativas do MRE e a distribuição do ACS por estado, é o destino mais popular entre os brasileiros. Uma análise da população brasileira por área censitária (*census tracts*) mostra que há duas áreas primárias de assentamento dos brasileiros na Flórida: Miami-Fort Lauderdale-West Palm Beach e Orlando.

Massachusetts é o estado com a segunda maior população de brasileiros imigrantes, cerca de 218.000, utilizando a mesma metodologia. Três áreas de concentração primária dos brasileiros se destacam no estado: Boston e a região da Costa Norte (North Shore), a região conhecida como Metro West e a região da Costa Sul do estado e suas ilhas de Martha's Vineyards e Nantucket (South Shore, Cape Cod & Islands).

A região Nova York–Nova Jersey é residência de cerca de 212.000 brasileiros. A maioria, cerca de 121.000, no estado de Nova Jersey, na cidade de Newark e em seus arredores.

Por fim, a Califórnia conta com 10% da população brasileira, ou seja, cerca de 125.000 brasileiros, na sua maioria, na área da baía de São Francisco e na região metropolitana de Los Angeles[45].

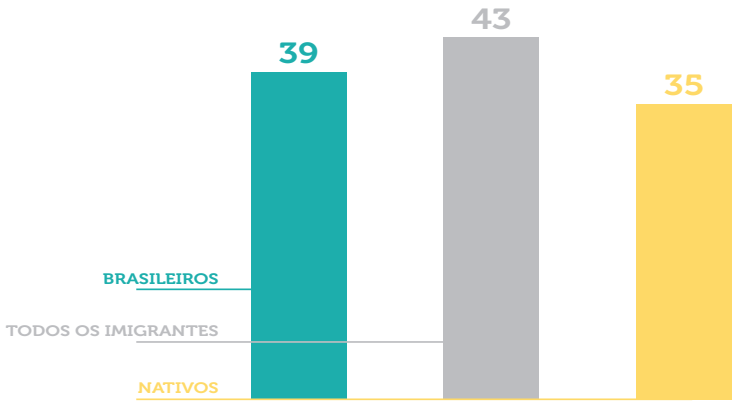
45 Anexo III – Brasileiros Proprietários de Pequenas Empresas e Trabalhadores Informais por Estado.

4.3. A estadia: quem somos e o que fazemos?

Idade, Gênero e Estado Civil

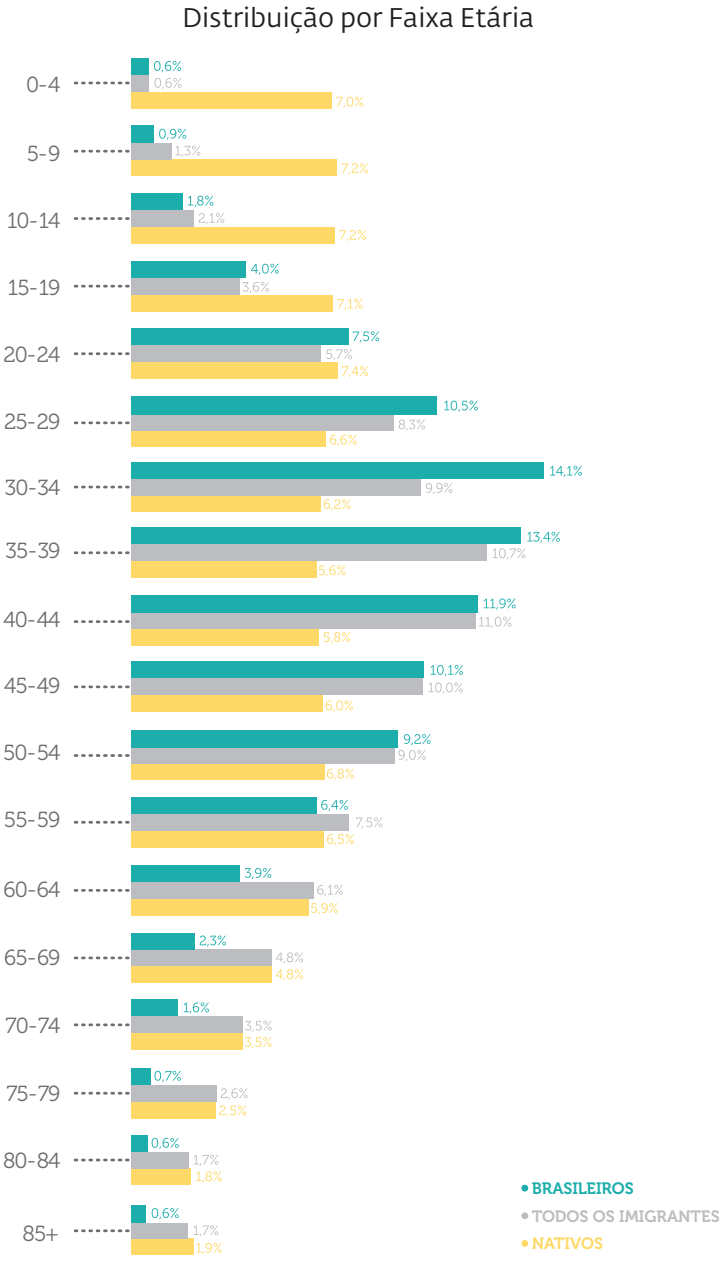
De acordo com o American Community Survey (ACS) de 2014, a idade média dos imigrantes brasileiros nos Estados Unidos é de 39 anos, quatro anos a mais do que a idade média da população nativa e inferior a esta de todos os outros imigrantes (43 anos), como ilustrado abaixo.

Idade Média da População Brasileira, de Todos os Imigrantes e da População Nativa



Fonte: American Community Survey - ACS (2014) PUMS.

No entanto, a distribuição etária dos brasileiros é mais parecida com a de todos os outros imigrantes do que com a dos nativos. Enquanto a grande maioria dos imigrantes, incluindo os brasileiros, estão na idade de trabalho e crianças e idosos são consideravelmente menos representados, a distribuição etária da população nativa é mais equilibrada. A seguir apresentamos graficamente essas proporções.

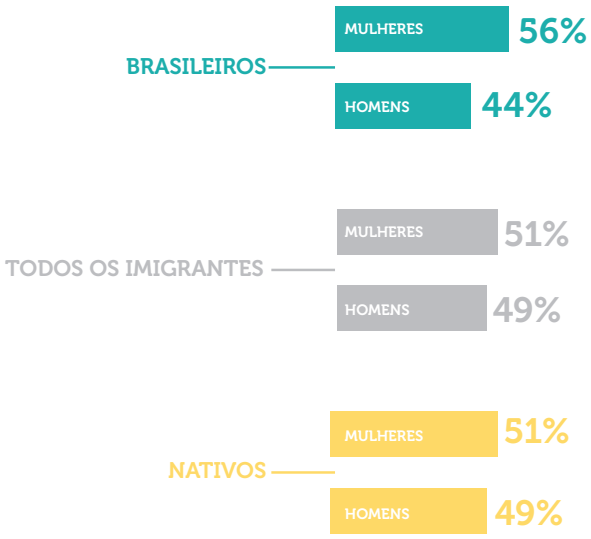


Fonte: American Community Survey - ACS (2014) PUMS.

Como apresentado, 87% dos brasileiros e 78% dos demais imigrantes encontram-se entre 20 e 64 anos de idade, estando, portanto, a maioria dos imigrantes brasileiros e de outras nacionalidades nessa faixa etária. Analisando a faixa etária característica, observa-se que apenas 7% dos imigrantes brasileiros e 8% de todos os imigrantes têm menos de 20 anos. Com 65 anos de idade ou mais, os brasileiros são 6% e os outros imigrantes 14%. Em contraste, a população nativa apresenta maior equilíbrio, sendo 57% das pessoas entre as idades de 20 e 64, 29% com menos de 20 anos e 14% com 65 anos ou mais anos de idade.

Quanto ao gênero, a distribuição varia entre a população brasileira e os outros dois grupos. Enquanto as mulheres representam 51% de todos os imigrantes e dos nativos, para a população brasileira, essa proporção é de 56%.

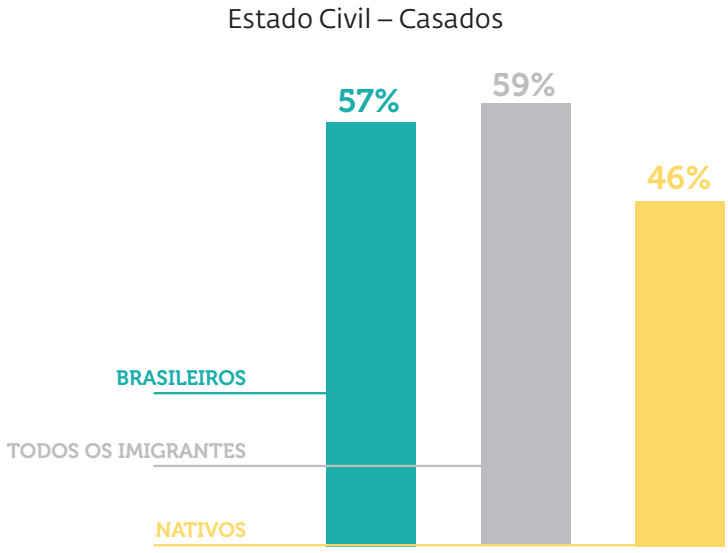
Distribuição por Gênero



Fonte: American Community Survey - ACS (2014) PUMS.

Os imigrantes brasileiros são mais propensos a se casar do que os nativos, mas menos do que os outros imigrantes: 57%

dos brasileiros são casados, em comparação com 59% de todos os imigrantes e 46% dos nativos.



Fonte: American Community Survey - ACS (2014) PUMS.

Na Flórida, a distribuição etária é diferente da população brasileira no país, o que também acontece com a distribuição por gênero (59% são mulheres comparado a 56% para a média da população brasileira no país). A idade média é de 44 anos e as duas faixas etárias mais comuns estão entre as idades de 20-34 (21%) e 35-64 anos (61%). A maioria dos brasileiros no estado são casados (62%).

A população brasileira de Massachusetts é um pouco mais jovem do que a população brasileira no país. A média de idade deles é de 37 anos e cerca de 70% estão entre as idades de 25 e 49 anos. Quase metade, 48%, são casados. As mulheres representam 55% da população brasileira do estado.

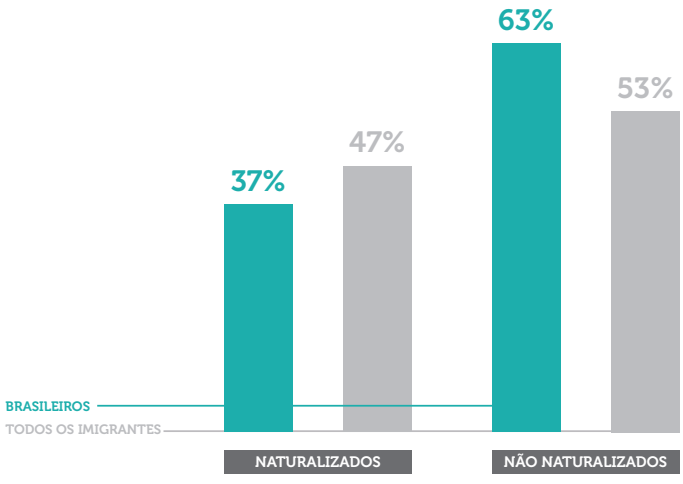
Na Califórnia, a idade média dos brasileiros é de 40 anos e, na sua maioria (63%), mulheres. Mais da metade dos brasileiros são casados (57%). Os dois grupos etários mais comuns são estes entre 20-34 e 35-64 anos com 28% e 60% respectivamente.

A composição de gênero na região de Nova York-Nova Jersey é similar a esta da média da população brasileira com as mulheres somando 56% da população brasileira residente nesses dois estados. A idade média da população é de 39 anos e mais da metade da população é casada (56%). As faixas etárias mais comuns são essas entre 20-34 anos representando 31% da população e a faixa entre 35-64 anos com 55%. Mais da metade (61%) dos brasileiros estão na faixa etária entre 25-49 anos.

Cidadania e Tempo de Residência

Os imigrantes brasileiros têm uma taxa de naturalização menor do que a da população imigrante em geral. Segundo estimativas do ACS, em 2014 somente 37% dos brasileiros eram cidadãos americanos, enquanto que 47% de todos os imigrantes eram naturalizados. Massachusetts é o estado com a menor proporção de brasileiros naturalizados (30%) seguido da região de Nova York-Nova Jersey (39%), Flórida (43%) e Califórnia com 50%.

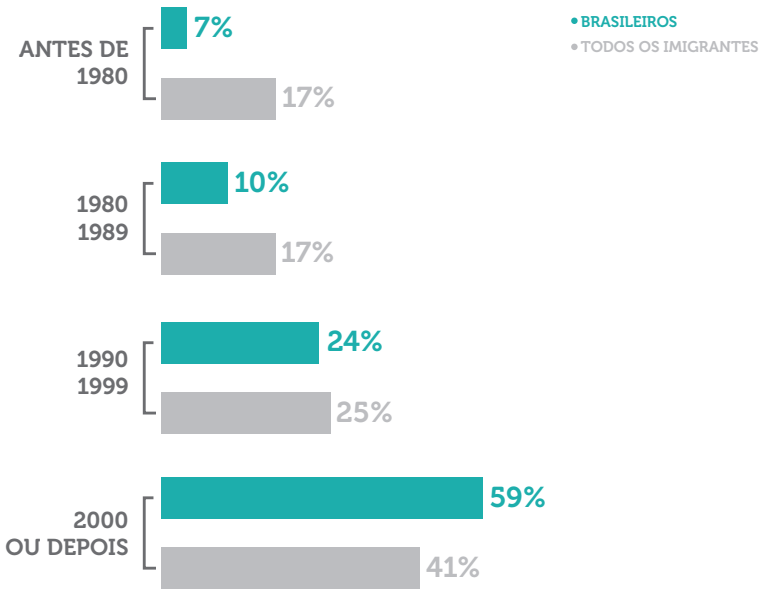
Taxa de Naturalização



Fonte: American Community Survey - ACS (2014) PUMS.

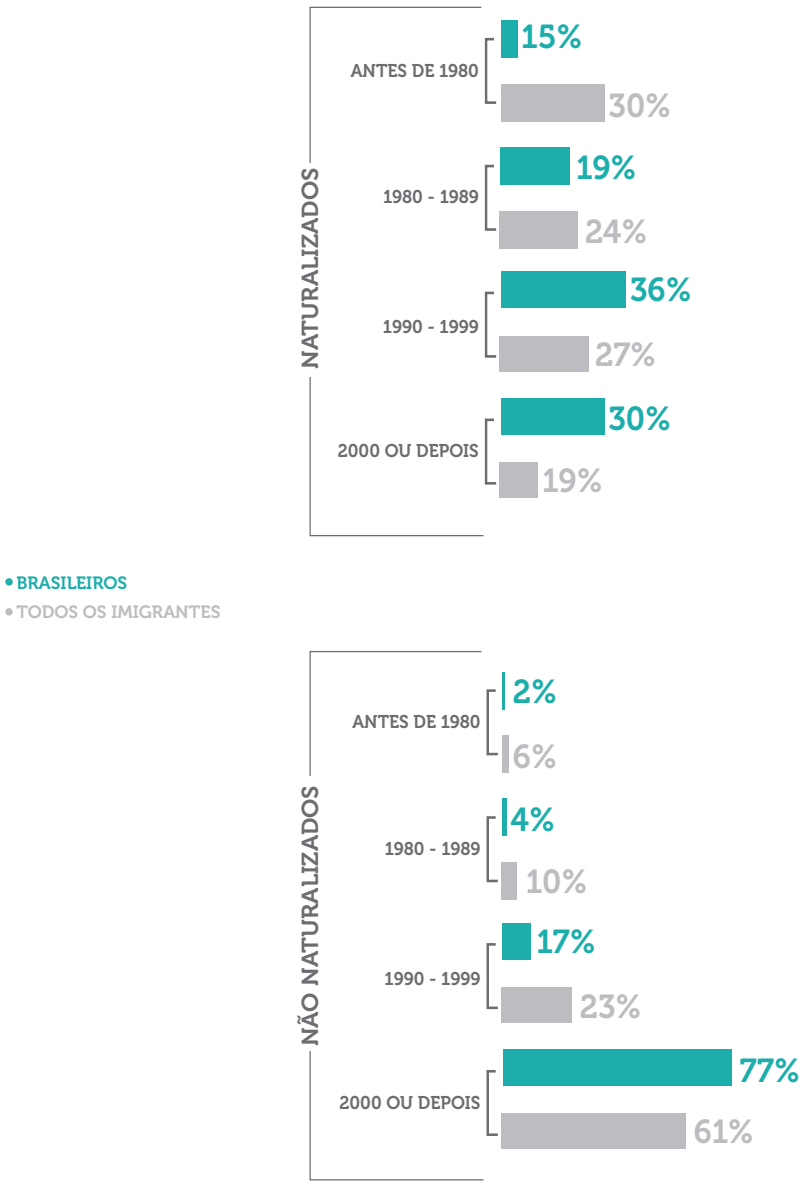
Tal fato não é surpreendente, dado que uma proporção significativa da população brasileira chegou aos Estados Unidos muito mais recentemente do que a maioria dos imigrantes dos outros países. Enquanto somente 7% dos brasileiros chegaram aos Estados Unidos antes de 1980, 17% dos outros imigrantes o fizeram durante esse período. Em contraste, mais da metade dos imigrantes brasileiros (59%) e somente 41% dos outros imigrantes chegaram aos Estados Unidos em 2000 ou depois desse ano, como ilustrado nas figuras a seguir. O mesmo acontece nas regiões de maior concentração dos brasileiros, Massachusetts, Califórnia, Flórida e Nova York-Nova Jersey com 66%, 52%, 52% e 47% dos brasileiros chegando durante ou após 2000.

Período de chegada dos Brasileiros e de todos os imigrantes



Fonte: American Community Survey - ACS (2014) PUMS.

Período de Chegada dos Brasileiros e de Todos os Imigrantes Naturalizados e Não Naturalizados



Fonte: American Community Survey – ACS (2014) PUMS.

O outro aspecto diz respeito à grande proporção de imigrantes brasileiros indocumentados. Como referido anteriormente, para o Department of Homeland Security, os brasileiros constituíram um dos grupos de imigrantes com o maior crescimento de membros indocumentados. Finalmente, a complexidade e o custo do processo de naturalização levam a que uma significante parte dos brasileiros não obtenha a cidadania, fenômeno este também comum aos outros imigrantes[46].

Os brasileiros naturalizados têm aumentado com certa constância, passando de 629 pessoas antes de 1950 para uma população de 124.000 pessoas segundo o American Community Survey de 2014. As décadas de 1980 e 1990 conheceram um crescimento importante passando de uns poucos milhares das décadas anteriores para, respectivamente, 24.000 e 44.000 pessoas naturalizadas. Durante o período 2000-2014 cerca de outros 37.000 brasileiros adquiriram a nacionalidade americana.

A distribuição da população brasileira naturalizada nos últimos dez anos coloca o eixo Boston-Washington, as regiões metropolitanas de Miami e Los Angeles, como as regiões de maior concentração de brasileiros naturalizados. Essas áreas são também as áreas de maior concentração da população total de imigrantes naturalizados. Em 2011, dez estados detinham 83% da população brasileira naturalizada: Flórida (26%); Massachusetts (20%); Califórnia (10%); Nova Jersey (7%); Nova York (6%); Texas (4%); Connecticut (4%); Geórgia (3%); Maryland (2%); Pensilvânia (1%).

O país conheceu também um aumento significante na admissão dos brasileiros não imigrantes, crescendo de cerca de 762.000 pessoas em 2000 para 959.000 pessoas em 2009. Os turistas são a categoria mais comum entre estes (837.000 pessoas), seguidos dos estudantes e visitantes de intercâmbio (43.000 pessoas), seguidos ainda pelos trabalhadores temporários e seus familiares. Entre os trabalhadores temporários, a maioria (11.000 pessoas),

46 Segundo estimativas do Migration Policy Institute (MPI, 2016), cerca de 1/5 a 1/3 dos imigrantes brasileiros vivem nos Estados Unidos sem autorização.

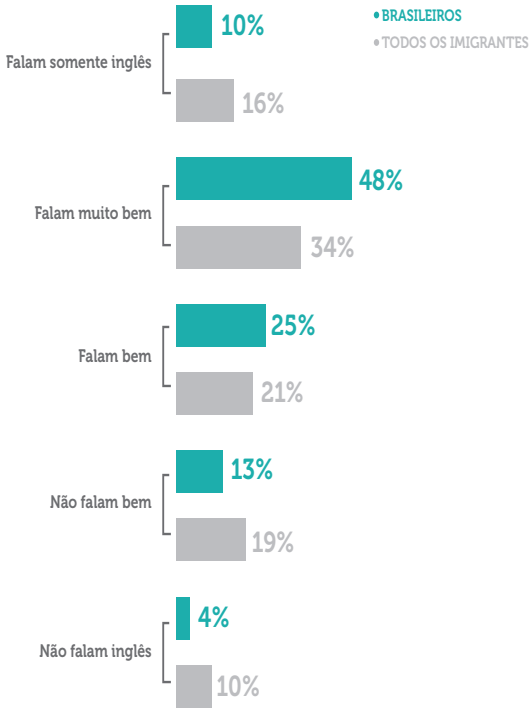
trata-se de transferências intraempresa (visto L1), seguidos de atletas, artistas e animadores portadores de vistos P1 e P3 (1.243 pessoas), e trabalhadores com extraordinária capacidade (1.045 pessoas) portadores de vistos O1 e O2.

Finalmente, no mesmo período, cerca de 39.000 brasileiros foram removidos do país. Destes, 4.340 foram removidos com condenação penal.

Proficiência em Inglês e Grau de Escolaridade

O domínio dos brasileiros sobre a língua inglesa difere um pouco da proficiência dos outros imigrantes residentes nos Estados Unidos. Os brasileiros em geral têm uma proporção menor de pessoas que não falam inglês (4%) quando comparado com os outros imigrantes (10%). Ao mesmo tempo, eles têm um número maior de pessoas que falam somente inglês, ou falam inglês bem ou muito bem: 83% dos brasileiros falam inglês bem ou muito bem, comparado a 71% de todos os imigrantes.

Proficiência na Língua Inglesa



Fonte: American Community Survey - ACS (2014) PUMS.

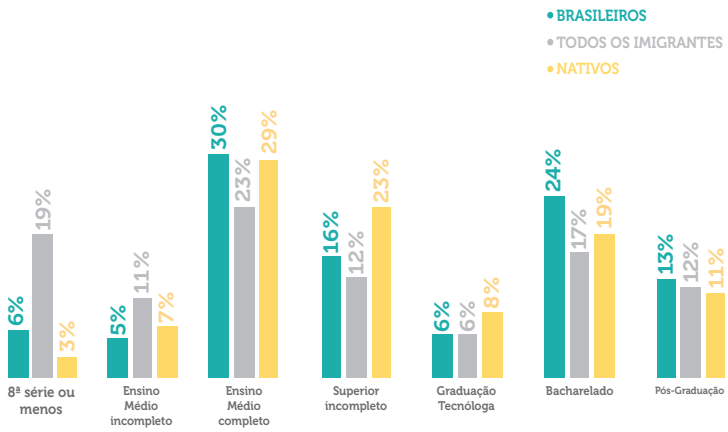
A proporção de brasileiros que não falam inglês é maior para as populações brasileiras das regiões de Nova York-Nova Jersey (6%) e Massachusetts (6%), e menor para as regiões da Flórida (3%), e Califórnia (3%). Dos brasileiros da Flórida, 82% falam somente inglês, ou falam inglês bem ou muito bem comparado a 90% destes residentes na Califórnia, 81% na região de Nova York-Nova Jersey e 74% para os de Massachusetts.

Quando comparados com os imigrantes de outros países, os brasileiros estão menos representados entre aqueles com um baixo grau de educação e mais bem representados entre aqueles com mais altos níveis. Enquanto 30% de todos os imigrantes residentes nos Estados Unidos não têm a escola secundária (equivalente à

High School) completa, entre os brasileiros essa proporção é de somente 11%. Quase um terço dos brasileiros tem diploma da escola secundária (30%), comparado a 23% de todos os imigrantes e 29% da população nativa.

Além disso, os brasileiros também têm uma proporção maior de pessoas com diploma universitário quando comparados aos imigrantes em geral e à população nativa. Enquanto 24% dos brasileiros têm bacharelado completo, somente 17% de todos os imigrantes e 19% dos nativos o possuem. Finalmente, a proporção de pessoas com pós-graduação (mestrado e/ou doutorado) é também maior para os brasileiros (13%), se comparada a 12% para todos os imigrantes e 11% para os nativos.

Nível de Educação



Fonte: American Community Survey - ACS (2014) PUMS.

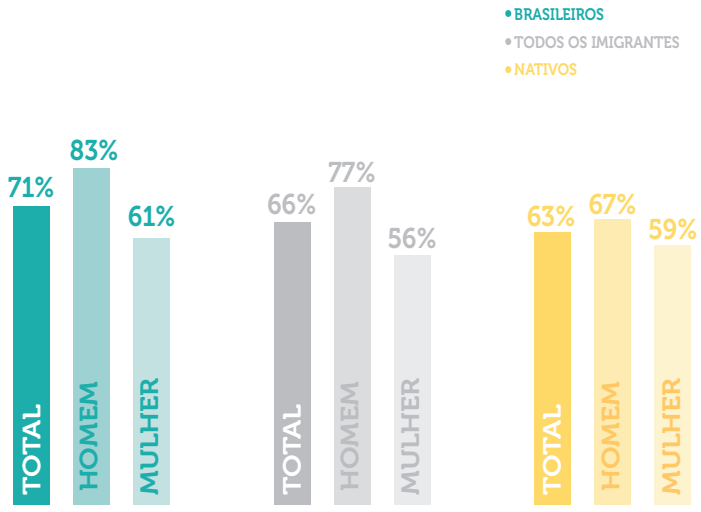
A população brasileira da Califórnia tem o mais alto nível de educação formal, com cerca de 60% detendo título de bacharelado ou superior, seguida pela da Flórida com 41%, Nova York-Nova Jersey (32%) e Massachusetts com 12%.

Inserção no Mercado de Trabalho

Participação na Força de Trabalho e Desemprego

Os brasileiros imigrantes têm um grau de participação maior no mercado de trabalho do que os nativos e os outros imigrantes, independentemente do gênero. Quase três quartos (71%) dos brasileiros maiores de 16 anos fazem parte da força de trabalho. Para o grupo de todos os imigrantes, essa parcela é de dois terços (66%) e, para os nativos 63%. O grau de participação dos homens na força de trabalho para os três grupos é maior: 83% para os homens brasileiros, 77% para os outros imigrantes homens, e 67% para os homens nativos. O grau de participação das mulheres brasileiras na força de trabalho é de 61%, comparado com 56% para todas as mulheres imigrantes e 59% para as mulheres nativas.

Participação na Força de Trabalho



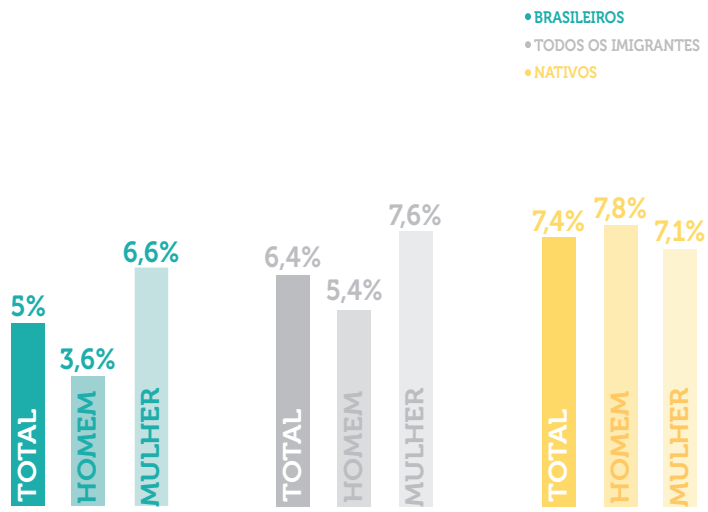
Fonte: American Community Survey - ACS (2014) PUMS.

Massachusetts tem o maior grau de participação no mercado de trabalho (82%) seguido da região de Nova York-Nova Jersey (73%), Califórnia (69%) e Flórida (67%). Analisando a figura

anterior, observa-se que os brasileiros parecem significantemente mais bem-sucedidos em encontrar emprego do que os nativos e os outros imigrantes.

A taxa de desemprego dos brasileiros em 2014 era de somente 5%, comparada a 6,4% para todos os imigrantes e a 7,4% para os nativos. Resultados similares ocorrem quando essa comparação se faz por gênero. A taxa de desemprego entre os brasileiros do sexo masculino, 3,6%, é quase dois pontos percentuais menor que a taxa de desemprego dos demais imigrantes (5,4%) e menos da metade da taxa da população masculina nativa (7,8%). A taxa de desemprego entre as brasileiras é mais alta (6,6%) do que dos homens brasileiros. No entanto, as mulheres brasileiras têm uma taxa de desemprego menor do que a das outras mulheres imigrantes e das mulheres nativas, com taxas de desemprego de 7,6% e 7,1% respectivamente.

Nível de Desemprego



Fonte: American Community Survey - ACS (2014) PUMS.

As taxas de desemprego variam de região a região. As regiões de Nova York-Nova Jersey e Flórida registram taxas maiores (5,7%), enquanto a Califórnia e Massachusetts apresentam taxas menores, sendo estas 5,2% e 5% respectivamente.

Categoria de Trabalhador

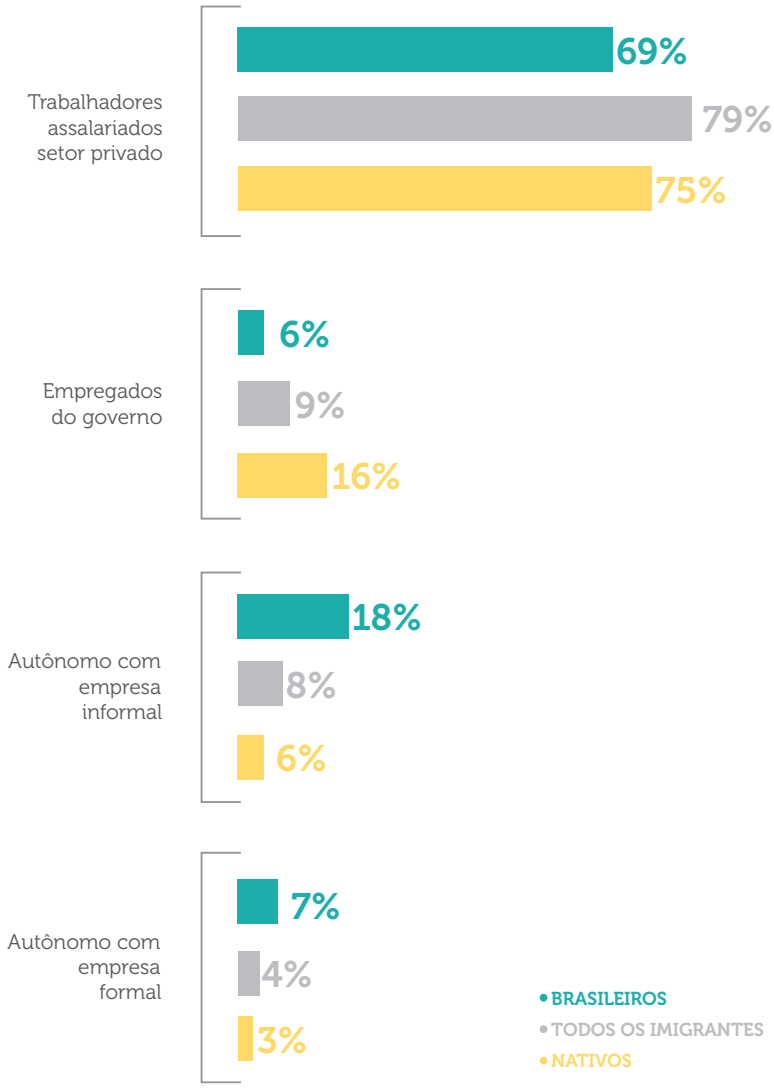
Os imigrantes brasileiros têm uma taxa de participação como trabalhadores assalariados em empresas privadas menor do que a de todos os outros trabalhadores imigrantes e os nativos. 69% dos brasileiros trabalham como assalariados em empresas privadas, em comparação a 79% de todos os imigrantes e 75% dos nativos. As regiões da Califórnia e de Nova York-Nova Jersey apresentam a maior proporção de brasileiros trabalhando como assalariados em empresas privadas (70%), seguidas de Massachusetts (68%) e a Flórida com 65%.

Os brasileiros trabalham em número menor no setor público do que os nativos e todos os outros imigrantes. Como apresentado na figura seguinte, 6% dos brasileiros trabalham no setor público, comparado a 9% para os demais imigrantes e 16% para os trabalhadores nativos. As regiões da Califórnia, Nova York e Nova Jersey apresentam médias semelhantes às dos imigrantes brasileiros como um todo (6%). Flórida e Massachusetts estão abaixo dessa média com 4% e 1% respectivamente.

Quase 25% dos brasileiros trabalham por conta própria[47] – uma taxa maior do que a de todos os outros imigrantes (12%) e a dos nativos (9%). 18% dos brasileiros que trabalham por conta própria, o fazem de modo informal e 7% têm empresas formais. Essas proporções são maiores para a população imigrante (8% informal e 4% formal), como para os nativos (6% e 3% respectivamente).

47 *Self-employment in incorporated and not incorporated own businesses.*

Emprego dos Brasileiros por Categoria de Trabalhador

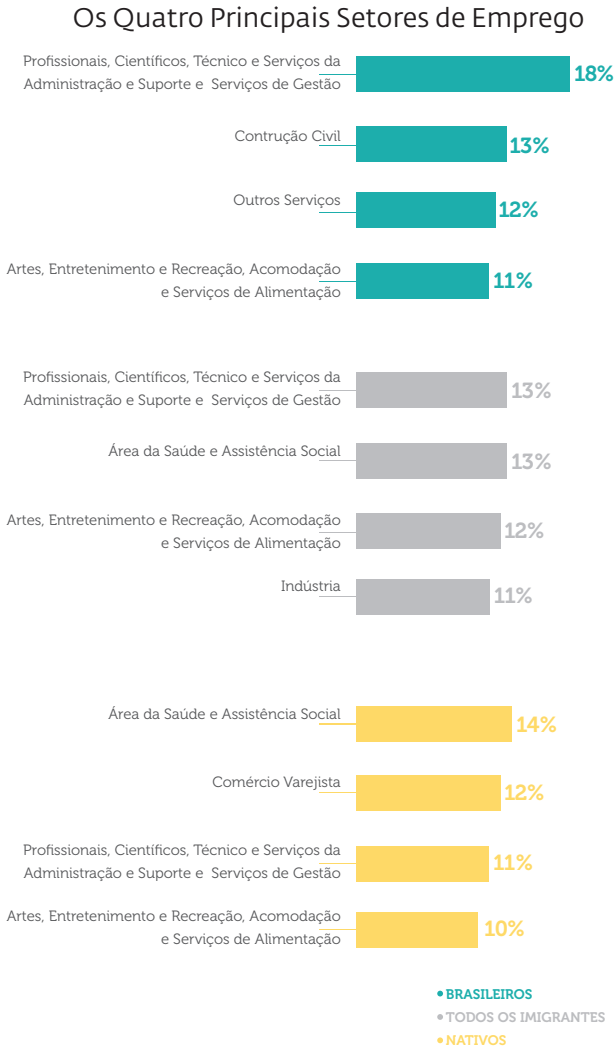


Fonte: American Community Survey - ACS (2014) PUMS.

Emprego por Setor Produtivo e Categoria de Ocupação

Os quatro setores mais populares entre os trabalhadores brasileiros nos Estados Unidos são (1) Serviços Profissionais, Científicos e Técnicos, (2) Construção, (3) Outros Serviços e, (4) Artes, Entretenimento e Lazer, Serviços de Alojamento e Alimentação. O setor de Serviços Profissionais, Científicos e Técnicos emprega 18% de todos os brasileiros, enquanto os outros contam respectivamente com 13%, 12% e 11% do emprego dos trabalhadores brasileiros.

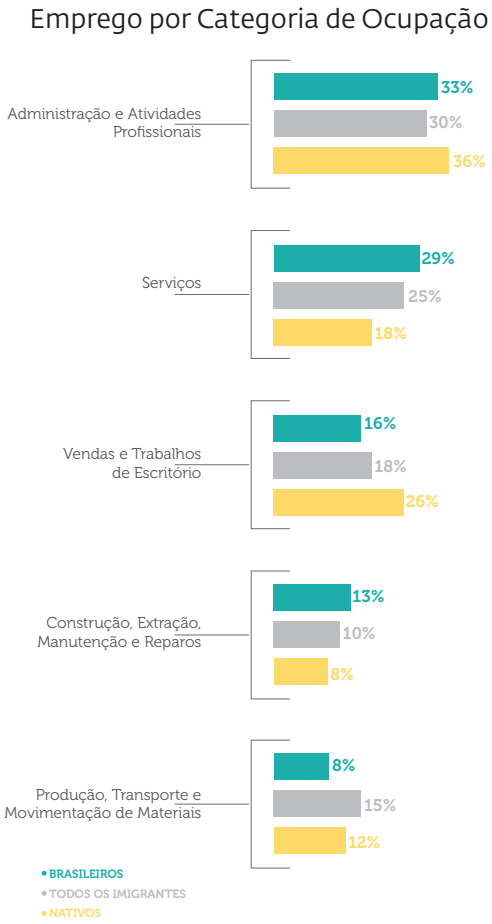
Essa distribuição é diferente da verificada para os outros trabalhadores imigrantes e para os trabalhadores nativos. Os setores mais populares entre os imigrantes são Serviços Profissionais, Científicos e Técnicos e Serviços de Saúde e Assistência Social (13% cada), seguido pelos setores de Artes, Entretenimento e Lazer, Serviços de Alojamento e Alimentação (12%) e Indústria com 11%. Entre os nativos, o setor de Serviços de Saúde e Assistência Social é responsável por 14% do emprego, enquanto que os setores de Comércio Varejista, Serviços Profissionais, Científicos e Técnicos, e Artes, Entretenimento e Lazer, Serviços de Alojamento e Alimentação contam cada um com 12%, 11% e 10% respectivamente.



Fonte: American Community Survey - ACS (2014) PUMS.

Considerando os setores de maior representatividade de emprego entre os imigrantes brasileiros, a maior concentração está em cinco ocupações: Administração e Atividades Profissionais (33%); Serviços (29%); Vendas e Trabalho de Escritório (16%); Construção, Extração, Manutenção e Reparos (13%) e Produção, Transporte e Movimentação de Materiais (8%). Essa distribuição é um pouco

diferente da distribuição por ocupações dos outros imigrantes e dos trabalhadores nativos. Entre os outros imigrantes, Administração e Atividades Profissionais representam 30%, enquanto Serviços; Vendas e Trabalhos de Escritório; Produção, Transporte e Movimentação de Materiais; e Construção representam 25%, 18%, 15% e 10% respectivamente. Os nativos estão na sua maioria exercendo as ocupações ligadas à Administração e Atividades Profissionais (36%); Vendas e Trabalhos de Escritório (26%); Serviços (18%); Produção e Transporte (12%) e Construção (8%).



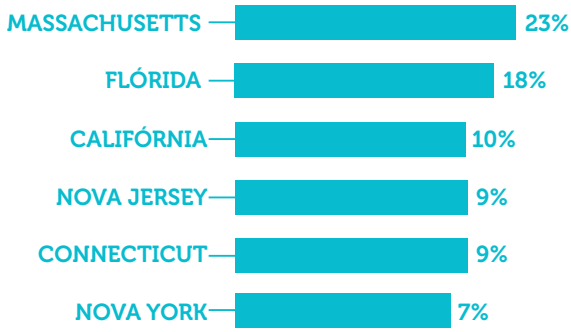
Fonte: American Community Survey – ACS (2014) PUMS.

Trabalho Autônomo e Empreendedorismo

Segundo o ACS (2014), 63.679 brasileiros imigrantes trabalham por conta própria, com 48.287 destes trabalhando de maneira informal e 15.392 em empresas formais[48]. Entre os primeiros, as mulheres têm maior representação (58%), enquanto somente 34% delas figuram entre os proprietários de pequenas empresas.

Massachusetts é o estado com a maior concentração de trabalhadores brasileiros que exercem atividades autônomas informais[49] (23%), seguido pela Flórida (18%), Califórnia (10%), Nova Jersey (9%), Connecticut (9%) e Nova York (7%). Juntos, esses estados acolhem 76% destes trabalhadores[50].

Trabalhadores Brasileiros que Exercem Atividades Autônomas Informais (Por estado)



Fonte: American Community Survey – ACS (2014) PUMS.

O empreendedorismo imigrante é amplamente reconhecido como um aspecto importante da contribuição dos imigrantes para as economias dos países receptores, assim como para seus processos de integração nas economias desses países. A seguir,

48 *Self-employed not incorporated and self-employed incorporated. Ibid.*

49 *Self-employed not incorporated. Ibid.*

50 Anexo III – Brasileiros Proprietários de Pequenas Empresas e Trabalhadores Informais por Estado.

descrevemos a posição dos brasileiros empreendedores *vis-à-vis* dos outros imigrantes, como o tipo de negócios que exploram, o nível educacional dos proprietários, além das suas capacidades de geração de emprego e renda. Para tal, o estudo citado abaixo, que serve de base para nossa análise, foca somente nos trabalhadores autônomos proprietários de negócios formais, cuja atividade predominante é a administração destes e cujo negócio emprega pelo menos uma pessoa[51] [52].

Existem 4,9 milhões de pequenos empresários nos Estados Unidos, sendo 18% deles, ou seja, 900.000 de propriedade de imigrantes[53]. Essa proporção é maior do que a proporção dos imigrantes na população do país (13%) e ligeiramente maior do que a participação desses na força de trabalho (16%)[54]. Como referido anteriormente, os brasileiros são proprietários de 15.392 pequenas empresas formais, representando 1,7% dos pequenos empresários imigrantes, uma proporção maior do que a proporção dos brasileiros na população do país (0,11%), mas menor do que a proporção desses na força de trabalho (6,1%)[55].

Os pequenos empresários imigrantes são oriundos das mais diversas partes do globo.

Os mexicanos (12%) formam a maioria dos empresários imigrantes seguidos dos indianos (7%) e dos coreanos (6%). Já os cubanos, chineses e vietnamitas ocupam o quarto lugar com 4% cada um. Canadenses e iranianos seguem com 3%, à frente dos filipinos, poloneses, italianos, colombianos, taiwaneses, alemães, salvadorenhos, paquistaneses e ingleses, com 2% cada. Os brasileiros

51 Fiscal Policy Institute. 2012. Immigrant Small Business Owners – A Significant and Growing Part of the Economy.

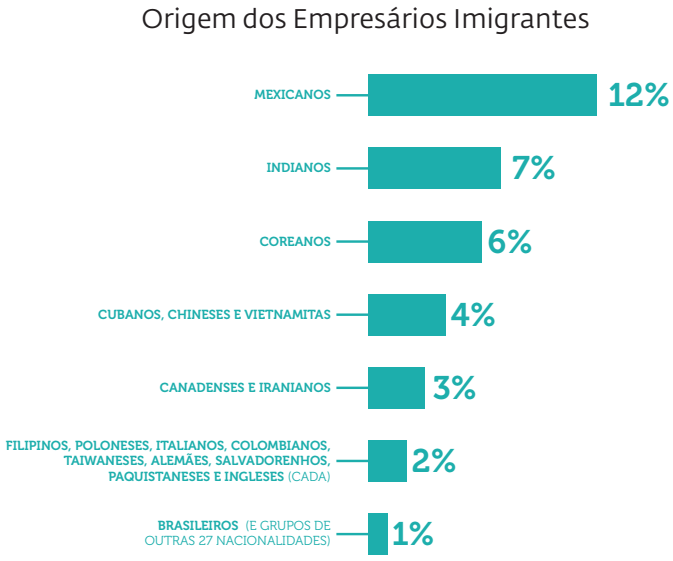
52 Estes dados não separam imigrantes documentados dos indocumentados.

53 Ibid. Fiscal Policy Institute. 2012.

54 Ibid.

55 Ibid.

são o sétimo maior grupo de imigrantes empresários com 1%, juntamente a outros 27 grupos nacionais[56].



Fonte: U.S. Census Bureau, 2010 ACS (5-year Estimate), FPI Analysis.

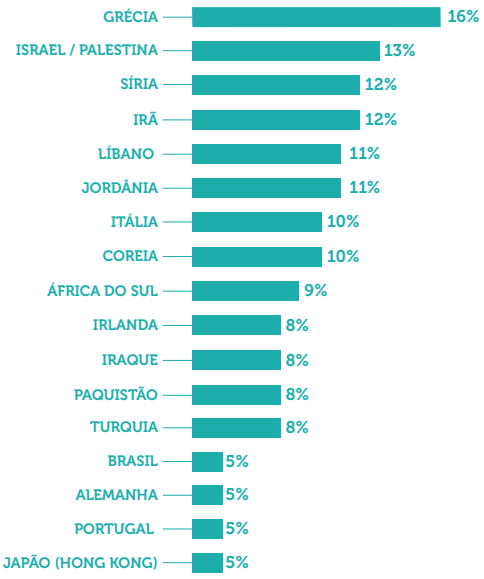
As taxas empresariais, que são a porcentagem de pequenos empresários em relação à força trabalho[57], diferem por nacionalidade dos imigrantes.

Os grupos com as maiores taxas empresariais são oriundos da Grécia (16%), Israel/Palestina (13%), Síria e Irã (12% cada), Líbano e Jordânia (11% cada), Itália e Coreia (10% cada), África do Sul (9%) e Irlanda, Iraque, Paquistão e Turquia (8% cada). Os brasileiros pontuam em décimo lugar juntamente com os imigrantes oriundos da Alemanha, Portugal, e Hong Kong.

56 Anexo IV – 50 Principais Países de Nascimento dos Imigrantes Proprietários de Pequenas Empresas.

57 Fiscal Policy Institute. 2012. Immigrant Small Business Owners – A Significant and Growing Part of the Economy.

Taxas Empresariais em Relação à Força de Trabalho
por Origem dos Imigrantes



Fonte: U.S. Census Bureau, 2010 ACS (5-year Estimate), FPI Analysis.

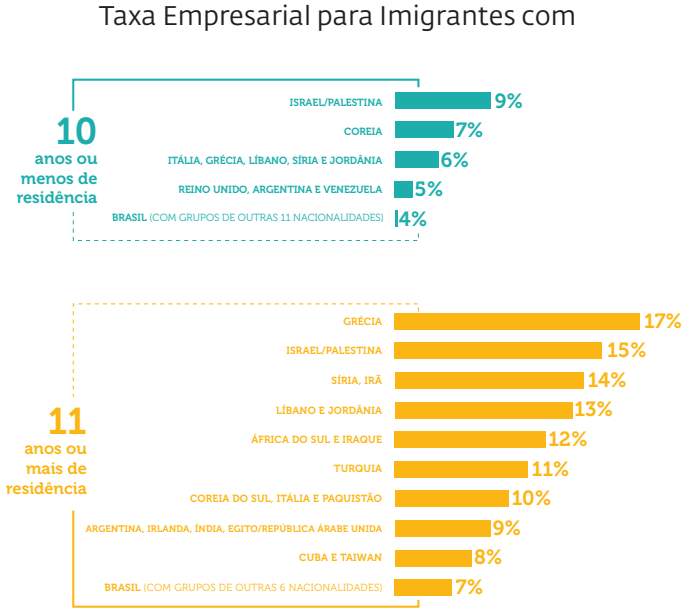
Várias pesquisas, incluindo a citada anteriormente[58], apontam para o fato de que o empreendedorismo entre os imigrantes está relacionado ao tempo de permanência no país. Uma vez estabelecidos, os imigrantes começam a investir em negócios, fato este evidente pela taxa maior de empresários entre os imigrantes com mais de dez anos de permanência no país. Entre os imigrantes com dez anos de permanência ou menos nos Estados Unidos, 3,5% são proprietários de uma pequena empresa, enquanto que entre aqueles no país por mais de dez anos essa taxa é de 4,4%. A mesma tendência é confirmada entre os brasileiros residindo no país por dez anos ou menos, representando 4% dos imigrantes brasileiros proprietários de pequenas empresas. Já aqueles com mais de dez anos, representam 7%, ambos acima da média dos outros imigrantes.

58 Fiscal Policy Institute. 2012.

Os brasileiros assumem o quinto lugar entre os proprietários de pequenos empreendimentos no país com dez anos ou menos de residência, e o décimo, entre os imigrantes com onze ou mais.

Como ilustrado, para os imigrantes com até 10 anos de residência, o Brasil apresenta-se com 4%, atrás daqueles oriundos de Israel/Palestina (9%); Coreia (7%); Itália, Grécia, Líbano, Síria e Jordânia (6%); Reino Unido, Argentina e Venezuela (5%).

Entre aqueles com onze anos ou mais de residência, os brasileiros ocupam o décimo lugar (7%), sendo precedidos por aqueles imigrantes oriundos da Grécia (17%); Israel/Palestina (15%); Síria e Irã (14%); Líbano, e Jordânia (13%); África do Sul e Iraque (12%); Turquia (11%); Coreia do Sul. Itália e Paquistão (10%); Argentina, Irlanda, Índia, Egito/República Árabe Unida (9%); Cuba e Taiwan (8%).[59]



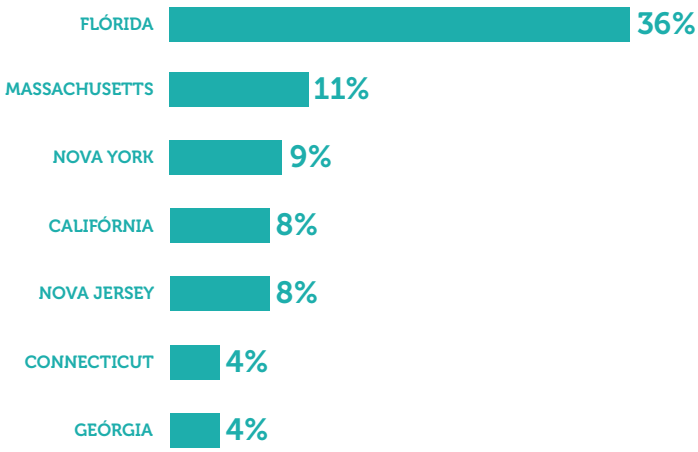
Fonte: U.S. Census Bureau, 2010 ACS (5-year Estimate), FPI Analysis.

59 Anexo V – Percentual de Empresários Imigrantes Entre Aqueles Vivendo nos EUA Por Tempo de Estadia.

Os empreendedores brasileiros estão espalhados pelo país seguindo distribuição similar a dos trabalhadores autônomos informais em ordem distinta e com a inclusão da Geórgia nesse *ranking*.

A Flórida assume, aqui, o primeiro lugar com 36% das empresas, seguida pelo estado de Massachusetts (11%) e Nova York (9%). Os estados da Califórnia e Nova Jersey possuem cada um 8%, das empresas dos brasileiros, enquanto Geórgia e Connecticut, 4% cada. Juntos, esses estados agregam 80% dos brasileiros proprietários de pequenas empresas.

Distribuição dos Empresários Brasileiros por Estado



Fonte: American Community Survey - ACS (2014) PUMS.

A distribuição por setores produtivos dos trabalhadores por conta própria não incorporados é similar à dos proprietários de pequenas empresas em proporções diferentes. Os primeiros estão concentrados nos setores de Outros Serviços (36%), Serviços Profissionais, Científicos e Técnicos (26%) e Construção (17%), enquanto os últimos estão concentrados nos setores de Construção (25%), Serviços Profissionais, Científicos e Técnicos (22%), Outros Serviços (11%), além do Comércio Varejista (7%).

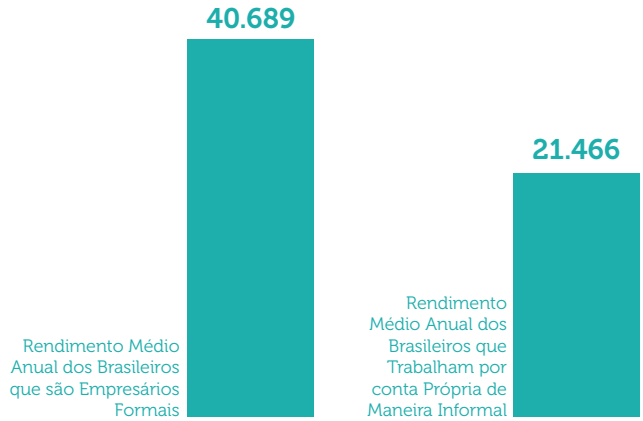
Características Socioeconômicas

Rendimento Médio

O rendimento médio dos empresários brasileiros formais é quase duas vezes maior que o rendimento dos brasileiros que trabalham por conta própria de maneira informal.

Os brasileiros empresários têm rendimento médio de US$ 40.689 anuais e os que ainda são autônomos informais, US$ 21.466.

Rendimento dos Empresários e Trabalhadores Autônomos Brasileiros (em US$)

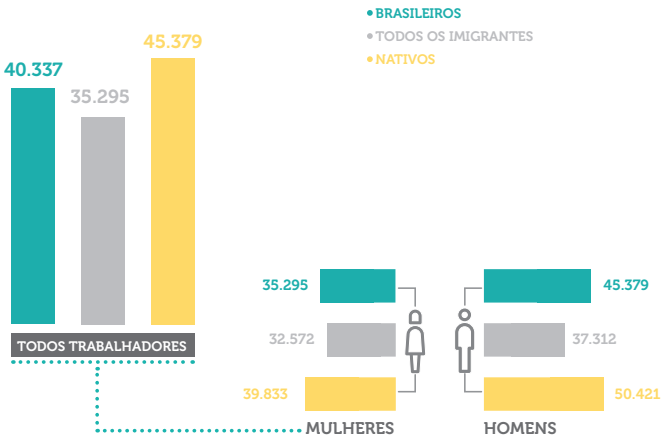


Fonte: American Community Survey – ACS (2014) PUMS.

Os trabalhadores brasileiros de tempo integral, com 16 anos ou mais, tiveram remuneração anual média de US$ 40.337, renda esta superior à de todos os outros trabalhadores imigrantes (US$ 35.295), mas inferior à dos trabalhadores nativos (US$ 45.379). A comparação entre o salário médio dos trabalhadores do sexo masculino apresenta resultado diverso. Enquanto os homens trabalhadores brasileiros ganham mais do que os imigrantes masculinos como um todo, eles ganham menos que os trabalhadores nativos.

Enquanto os trabalhadores brasileiros recebem anualmente US$ 45.379 e os trabalhadores imigrantes de outras nacionalidades têm salários de US$ 37.312, os nativos recebem cerca de US$ 50.421 anuais. As brasileiras apresentam o mesmo perfil de renda, ganhando mais do que todas as trabalhadoras imigrantes (US$ 35.295 para as brasileiras, US$ 32.572 para as outras imigrantes) e menos do que as mulheres nativas (US$ 39.833).

Rendimento Médio de Todos os Trabalhadores
(em US$)



Fonte: American Community Survey - ACS (2014) PUMS.

Renda Domiciliar[60], Familiar[61] e Nível de Pobreza[62]

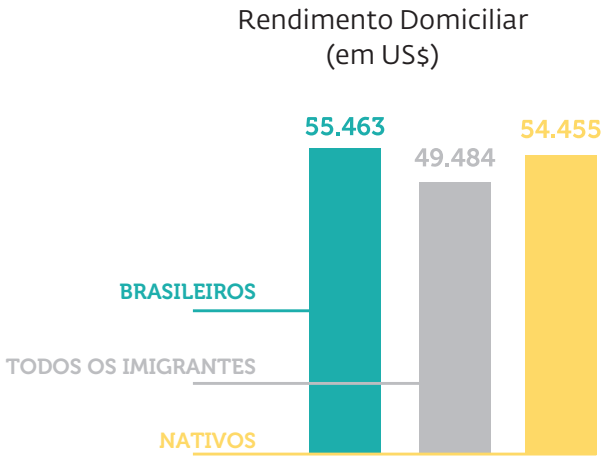
Em 2014, os domicílios chefiados por imigrantes brasileiros tiveram uma renda domiciliar média de US$ 55.463. Este rendi-

60 Um domicílio inclui todas as pessoas que ocupam uma unidade habitacional como o local habitual de residência.

61 Um grupo de duas ou mais pessoas que moram juntas e que estão relacionados por nascimento, casamento ou adoção.

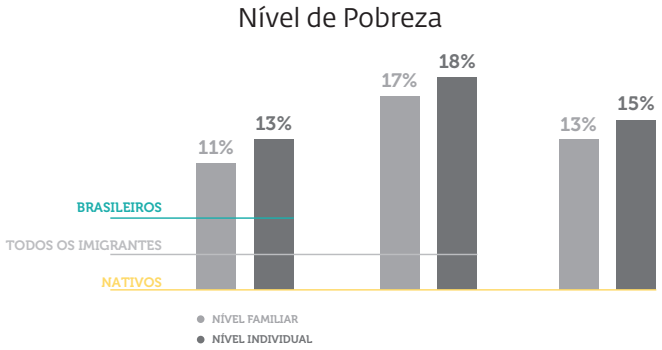
62 Anualmente, o Census Bureau publica os patamares de renda para os diferentes tamanhos de famílias – federal poverty thresholds – abaixo dos quais, uma família é tida como vivendo em condições de pobreza. Estes patamares variam de acordo com tamanho e composição da família. Em 2014, para uma família com quatro membros sem filhos menores de 18 anos de idade, este patamar era US$ 24.230.

mento anual foi superior ao dos domicílios chefiados pelos outros imigrantes (US$ 49.484) e superior ainda ao dos chefiados por nativos (US$ 54.455). Entre as regiões com maior concentração de brasileiros, a renda domiciliar média varia de US$ 75.632 na Califórnia a US$ 42.534 em Massachusetts. Nova York-Nova Jersey e a Flórida registram níveis de renda de US$ 56.472 e US$ 48.707, respectivamente.



Fonte: American Community Survey - ACS (2014) PUMS.

Tanto as famílias quanto os indivíduos brasileiros tendem a ser menos pobres do que as populações imigrantes de outras nacionalidades e a nativa. Em 2014, o nível de pobreza das famílias brasileiras era de 11%, comparado com 17% para todas as famílias imigrantes e 13% para as famílias nativas. De forma similar, o nível de pobreza individual dos brasileiros é mais baixo (13%), se comparado com 18% para todos os outros imigrantes e 15% para todos os nativos. Massachusetts tem o maior nível individual de pobreza entre os brasileiros (18%) seguido da Flórida (15%), Califórnia (13%), e Nova York-Nova Jersey (10%).

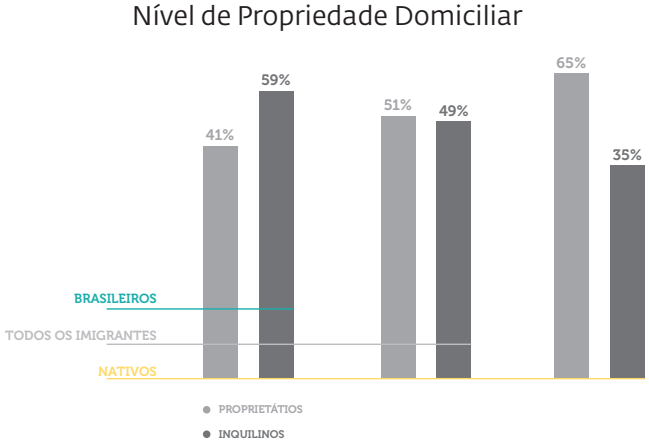


Fonte: American Community Survey – ACS (2014) PUMS.

Propriedade Domiciliar e Características da Habitação

A distribuição dos imigrantes brasileiros, assim como a dos outros imigrantes e da população nativa, difere quanto à propriedade domiciliar. Os brasileiros são muito menos propensos a serem donos de uma unidade habitacional que os outros dois grupos: apenas 41% dos brasileiros são proprietários em comparação com 51% de todos os outros imigrantes e 65% dos nativos.

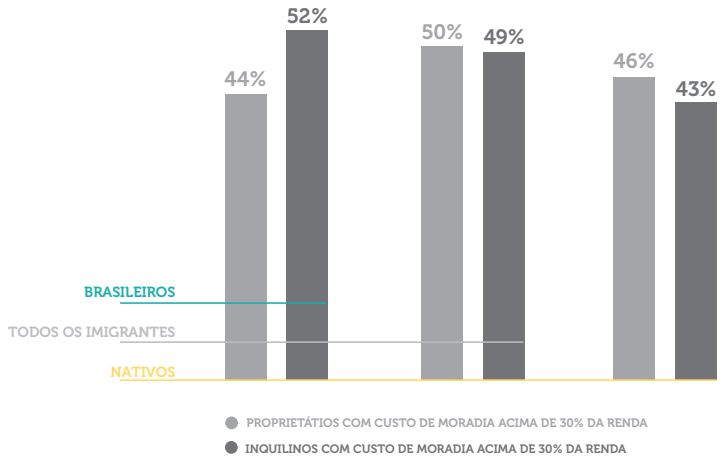
Os brasileiros da Flórida têm a taxa mais alta de propriedade domiciliar (55%), seguida pela Califórnia (39%), Nova York-Nova Jersey (32%) e Massachusetts, registrando uma taxa de somente 19%.



Fonte: American Community Survey - ACS (2014) PUMS.

Os brasileiros proprietários têm custos de moradia não tão altos quanto ao dos outros imigrantes e este dos nativos. Dos proprietários brasileiros, 44% têm custos de habitação que podem ser considerados altíssimos, isto é, suas despesas com moradia mensal são iguais ou superiores a 30% de suas rendas domiciliares[63]. Essa situação entre os outros imigrantes e os nativos é mais severa, com 50% dos primeiros e 46% da população nativa com custos dessa magnitude. Os inquilinos brasileiros, no entanto, têm custos de moradia maior do que os outros imigrantes e os nativos. Mais da metade dos brasileiros (52%) gastam 30% ou mais dos seus salários com aluguel, enquanto que somente 49% dos outros imigrantes e 43% dos nativos têm despesas nessas proporções.

Condições de Moradia



Fonte: American Community Survey – ACS (2014) PUMS.

Finalmente, os brasileiros têm menor propensão a viverem em condições de habitação superlotadas (*crowded*) do que todos os

63 A definição geralmente aceita de acessibilidade (*affordability*) é que uma família não deve pagar mais do que 30% das suas receitas anuais com a habitação. Famílias que pagam mais de 30% do seu rendimento com habitação tem custos sobrecarregados e podem ter dificuldade em manter suas necessidades com alimentação, vestuário, transporte e assistência médica.

outros imigrantes, mas maior do que os nativos. Enquanto 3% dos domicílios ocupados por imigrantes brasileiros estão superlotados, ou seja, têm 1,01 ou mais ocupantes por compartimento, 12% das unidades ocupadas por outros imigrantes e apenas 2% dessas ocupadas pela população nativa são consideradas superlotadas.

Contribuição Econômica e Social para o País Receptor

Os imigrantes brasileiros contribuem de várias formas para o progresso econômico dos países onde vivem. Tais contribuições resultam das suas atividades: enquanto trabalhadores, empresários e dos seus gastos enquanto consumidores. Por fim, há também uma forma de contribuição menos estudada e divulgada que é o "subsídio" à economia dos países receptores, resultante do fato que eles não arcam com os custos da reprodução da força de trabalho imigrante.

O sucesso na incorporação dos imigrantes nas sociedades receptoras depende, de acordo com Alejandro Portes[64], dos contextos de saída e entrada e, poderíamos adicionar, de forma a completar o ciclo, do contexto de reentrada no país de origem para aqueles que voltam ou investem os seus recursos ali. Por exemplo, o nível educacional, a riqueza familiar e as origens urbanas ou rurais podem se transformar em barreiras, assim como os aspectos do contexto de incorporação marcados por sistemas de exclusão racial, direitos limitados e apoio governamental mínimo. Os contextos de saída e os modos de incorporação podem também facilitar ou impedir, promover ou desencorajar as relações transnacionais.

Contribuição Econômica dos Imigrantes Brasileiros

Além da contribuição direta enquanto trabalhadores, os brasileiros imigrantes contribuem para a economia americana através de seus gastos de consumo. Se considerarmos as estimativas do Ministério das Relações Exteriores do Brasil citadas anteriormente – população imigrante entre 800.000 e 1,3 milhões de brasileiros –

64 Alejandro Portes (2001). "Introduction: The Debates and Significance of Immigrant Transnationalism". Global Networks, v. 1, n. 3.

estes teriam um gasto anual entre 15,3 bilhões e 24,9 bilhões de dólares. Esses gastos gerariam um produto nacional bruto entre 31 a 47 bilhões de dólares e entre 4,1 a 6,7 bilhões de dólares em impostos estaduais e federais. Tais gastos induziriam ainda a criação de 333.600 a 499.800 empregos indiretos.

Como visto anteriormente, os imigrantes brasileiros são donos de mais de 15.000 pequenas e médias empresas concentradas no comércio varejista, e nos serviços alimentícios e de acomodação.

Essas empresas contribuem com 5,8 bilhões de dólares para o produto nacional bruto e geram 3,7 bilhões de dólares em renda individual. Empregam 42.000 pessoas diretamente, além de criarem 23.000 empregos indiretos. Contribuem, ainda, com 879 milhões de dólares em impostos estaduais e federais[65].

Em geral, as discussões sobre a contribuição dos imigrantes para as economias dos países receptores são circunscritas aos aspectos aqui relacionados acima. No entanto, essa discussão deve ser ampliada para que se introduza um fato fundamental a respeito do trabalhador imigrante: ele vem de fora, de outros países. Isto significa dizer que as discussões focam somente na produção, naquilo que o imigrante produz. É igualmente importante considerar a reprodução da força de trabalho levando-se em consideração os custos associados à criação dessa força de trabalho – os custos incorridos antes dessa se tornar produtiva. Essa análise implica, ainda, na inclusão dos custos associados à fase pós-produtiva, ou seja, a aposentadoria[66].

Ao considerar os ciclos de produção e reprodução da força de trabalho, o trabalho imigrante ganha outra dimensão, ele representa uma transferência de recursos das sociedades de origem para aquelas de destino. Por exemplo, os investimentos feitos pelas sociedades

65 Estes cálculos foram realizados utilizando o modelo econométrico REMI (Regional Economic Models, Inc.), estruturado por uma matriz de inputs-outputs para todo o país ou regiões específicas deste.

66 O antropólogo francês Claude Meillassoux, em sua obra de 1981 "Maidens, Meal and Money", enfatiza a importância de abordar a questão da imigração tanto do ponto de vista da produção quanto da reprodução da força de trabalho.

dos países de origem na educação[67] da mão de obra que se torna emigrante, representa um subsídio público ou privado dependendo do tipo de educação. Assim, os países de origem arcam com os custos de criação da mão de obra, enquanto os países de destino recebem os benefícios da sua produção[68].

Para ilustrar esse fenômeno de forma concreta, podemos utilizar os dados do Censo Americano, segundo o qual 7,9 milhões de imigrantes com idades de 25 anos ou mais, entraram nos Estados Unidos entre 2000 e 2009. Dessa população, 5,1 milhões (66%) têm, pelo menos, o ensino médio e 1,7 milhão (21%) tem bacharelato. Já com a titularidade de mestrado ou doutorado, são 1,1 milhão (13%) de pessoas. Considerando o custo médio da educação pública para cada um desses níveis, esses imigrantes "trazem" consigo cerca de 1,5 trilhão de dólares em investimentos educacionais[69].

A aposentadoria da força de trabalho é a outra ponta da reprodução dessa contribuição econômica dos imigrantes às economias dos países de destino. Nesse sentido, o relatório demonstra que os imigrantes de Massachusetts, quando comparados à população nativa, têm metade da probabilidade de receber qualquer tipo de pensão – pública ou privada – o que significa, segundo o mesmo relatório, que "[…] os imigrantes são financiadores líquidos do sistema de segurança social […] [e] são mais propensos a trabalhar e a contribuir para o programa durante um período de tempo mais longo do que os nativos, além da menor probabilidade de utilizar tais programas do que estes".

Um artigo do *New York Times*, citando o relatório anual de 2008 do Social Security corrobora com esse ponto. O artigo credita aos imigrantes indocumentados, as contribuições para fechar cerca

67 Claro que estes custos não se limitam à educação aqui usada somente a título ilustrativo.

68 Para uma completa visão deste framework, consultar a publicação "Contributions of Immigrant Labor to the American Economy". Lima, Alvaro (2012).

69 Lima, Alvaro. Contributions of Immigrant Labor to the American Economy – A Different Take, 2016.

de 15% do déficit projetado para o sistema de segurança social americano[70].

Há, no entanto, autores que argumentam que a contribuição dos imigrantes indocumentados[71] é, na sua maioria, negativa ou, pelos menos, negativa para as classes de baixa renda. O economista George Borjas, por exemplo, da Universidade de Harvard, chama atenção para o fato de que quando os empregadores dizem que não acham trabalhadores imigrantes legais ou nativos dispostos a trabalhar em certas ocupações, "eles estão deixando de referir um ponto importante. Eles deveriam completar dizendo 'dado o nível de salário que estamos pagando'".

Borjas calcula que no final dos anos 1990, a imigração contribuiu com a modesta quantia de 10 bilhões de dólares para uma economia do tamanho da americana, que gira em torno de 8 trilhões de dólares. Para ele, a questão não é o ganho para a economia, mas quem ganha e quem perde por causa da existência desse fluxo não autorizado. Segundo ele, o trabalho dos imigrantes em 1998 ajudou as companhias que os empregavam a ganhar quase 160 milhões de dólares, incluindo a poupança devida aos baixos salários pagos e ao crescimento econômico[72].

Por outro lado, Demetrios Papademetriou, diretor do Migration Policy Institute (MPI), calcula que os imigrantes indocumentados "mantêm o nível de vida de toda a população (incluindo os imigrantes documentados e não imigrantes) além daquele que ela poderia manter". Isto porque os preços dos produtos e serviços fornecidos por imigrantes indocumentados refletem os

70 Além disto, poucos imigrantes são elegíveis para os benefícios relacionados à aposentadoria, seguro-desemprego, seguros de saúde e de incapacidade física, aumentando ainda mais as suas contribuições.

71 Cerca de 96% dos 4,5 milhões de imigrantes masculinos indocumentados estão trabalhando, segundo Jeffrey Parcel, pesquisador no Pew Hispanic Center. Quando todos são considerados, 6 milhões de imigrantes – cerca de 5% da força de trabalho está no país sem autorização de trabalho.

72 Não é feita distinção entre imigrantes documentados e indocumentados, mas estima-se que a maioria são indocumentados.

salários baixos destes imigrantes. Por exemplo, mais de 50% dos trabalhadores agrícolas são imigrantes indocumentados que recebem salários baixíssimos possibilitando que o resto da população gaste menos com alimentação do que qualquer outro país industrializado.

CAPÍTULO 5
IMPACTOS SOCIAIS E ECONÔMICOS NAS REGIÕES DE ORIGEM

Ao longo desse meio século de imigração brasileira nos Estados Unidos, muitos empreendimentos foram criados nas regiões de origem a partir das remessas ali recebidas. Outro contingente de negócios surgiu pelo empreendedorismo dos imigrantes que voltaram à sua terra natal, os chamados retornados. Ter o próprio negócio é um dos desejos daqueles que emigram, segundo diversas pesquisas e autores[73].

O impacto econômico das remessas nos locais de origem dos imigrantes varia em proporção, considerando também questões de organização social e política. Entretanto, a maioria desses impactos está diretamente relacionada à dinâmica da economia das cidades e regiões onde chegam os recursos enviados pelos remetentes. Cidades brasileiras exportadoras de imigrantes como, por exemplo, Goiânia--GO e Governador Valadares-MG, presenciaram ao longo das três últimas décadas, ápices e momentos de desaceleração de parte da

73 Pode-se citar, dentre outros, (1) Synovate Brasil. 2008. Remetentes e Beneficiários – Massachusetts e Microrregião de Governador Valadares. (2) Castro, Alanni de Lacerda Barbosa de. 2015. Remessas. Belo Horizonte. Sebrae Minas. Brasil. (3) Taylor, J. Edward. 1999. The Ney Economics of Labour Migration and the Role of Remittances in the Migration Process. University of California. (4) Alvarenga, M. C. 2014. Emigração E Empreendedorismo: Combinação Interessante para o Desenvolvimento do Território. Perspectivas Contemporâneas, v. 9, n. 2, p. 1-15, dentre outros. (5) Lima, Alvaro e Pete Plastrik. 2007. A Profile of Brazilian Remitters in Massachusetts. Boston, Massachusetts.

economia em função da variação cambial e de outras questões relacionadas à emigração.

Pode-se considerar que há concordância entre a maioria dos pesquisadores do tema "migração" que, tanto os locais de origem, quanto os de destino, são impactados pelo processo migratório. Estudos realizados por Taylor (1999) e corroborados por outros autores, demonstram que o primeiro de uma série de impactos é o fator "desenvolvimentista" da emigração, associado à economia, visto que a decisão de emigrar está baseada, sobretudo, em estratégias de aumento da renda familiar, de obtenção de recursos para novas atividades econômicas e da melhoria da qualidade de vida. Da mesma forma, a saída de alguns membros de uma família para trabalhar em outro país, busca oferecer novas alternativas monetárias para todo o grupo familiar, por meio das remessas, como descrevem diversos estudos, tais como o de Stark & Bloom (1985) e o de Taylor (1999). As remessas têm, ainda, o potencial de aumentar a dinâmica do desenvolvimento econômico, diminuindo as dificuldades enfrentadas pelas famílias que vivem em ambientes pobres e em países em desenvolvimento (TAYLOR, 1999)[74].

Assim, para discutirmos os fatores que contribuem para o sucesso dos empreendimentos de emigrantes retornados ou de empreendimentos gerados a partir das remessas enviadas ao local de origem, torna-se necessário contextualizar o perfil dos pequenos negócios no Brasil. Isto reforça-se pelo fato de 99% das empresas do país serem enquadradas como de micro ou pequeno porte, segundo

74 Há um debate importante sobre o mérito das remessas gastas em bens de consumo ao invés desta aplicada em investimentos produtivos. Alguns autores argumentam que as remessas gastas em consumo pouco contribuem para o desenvolvimento a longo prazo. Outros autores observam que os gastos com consumo – alimentação, habitação, educação, saúde etc. – não só podem ser classificados como investimentos em "human capital" mas têm também um efeito multiplicador, pois impactam positivamente a oferta destes produtos. Mesmo bens de consumo considerados supérfluos, têm este impacto multiplicador, pois incentivam a produção e o emprego. (Russel, 1992).

o SEBRAE (2014)[75], podendo ser replicado esse cenário também nas regiões de grande fluxo migratório.

São diversificadas e numerosas as variáveis que contribuem para o sucesso de um empreendimento, seja ele oriundo de remessas ou não, ou de retornados ou não. Uma dessas variáveis é a capacidade do mercado, onde o negócio está localizado, absorver os produtos e serviços ali ofertados. Essa capacidade de consumo está, portanto, diretamente ligada à renda das famílias e ao dinamismo econômico do local, em certa medida, impactada nos momentos de grande variação cambial. Nesse aspecto, diversos estudos demonstram a influência das remessas e dos recursos advindos da emigração.

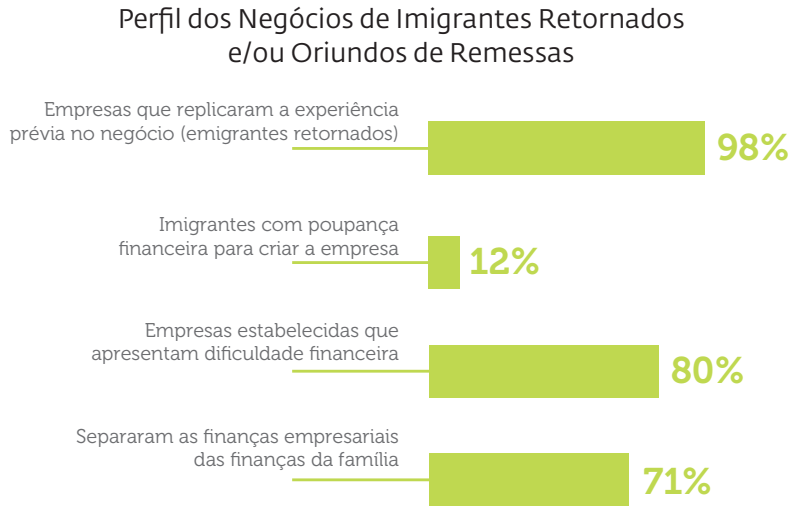
Pesquisa realizada[76] em 2008 para o Programa Remessas demonstrou que 80% dos imigrantes brasileiros residentes em Massachusetts pretendiam empreender no Brasil. Entretanto, somente 12% deles possuíam alguma economia financeira para essa finalidade, sugerindo que parte dos potenciais empresários que desejava empreender ainda não havia poupado o suficiente.

Entre 2009 e 2014 foram acompanhadas 119 empresas localizadas no leste de Minas Gerais (em Governador Valadares e nos municípios do seu entorno), sendo todas oriundas de remessas ou de propriedade de emigrante retornado e a necessidade de planejamento financeiro se apresentou na prática. Em 80% dos casos houve momentos de dificuldades financeiras, geradas em função de se ter investido a maior parte do capital em estrutura física e equipamentos, não reservando o valor necessário para o capital de giro. Com as consultorias recebidas, 51% das empresas que não faziam, passaram a utilizar o fluxo de caixa, que é uma ferramenta básica para a gestão financeira do negócio. Da mesma forma, com

75 São consideradas Microempresas as personalidades jurídicas que apresentam faturamento anual de até R$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e, as que faturam entre este valor e R$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais) são enquadradas como Empresas de Pequeno Porte, conforme Lei Complementar 123, de 14/12/2006.

76 Synovate Brasil (2008), Estudo Projeto BRA 55/027.

a assessoria financeira, 71% dos empresários separaram as finanças empresariais das finanças da família.



Fonte: Castro, Alanni de Lacerda Barbosa (2015). Remessas. Belo Horizonte: Sebrae Minas.

Por outro lado, a permanência no mercado da maioria daquelas empresas, demonstra a persistência, o perfil empreendedor dos proprietários e a capacidade de se reorganizarem financeiramente, visto que todas mantiveram a atividade original.

Assim como para as empresas que não são oriundas de remessas, também para os imigrantes, muitas são as variáveis que levam ao sucesso ou ao fracasso do negócio. Nos casos de empreendimentos de imigrantes ou daqueles provenientes dos recursos por eles enviados a quem ficou no Brasil, um dos aspectos mais importantes foi a existência de experiência prévia no ramo em que se decidiu empreender. Em 98% das empresas, quem estava à frente (imigrante retornado ou beneficiário de remessas) já havia tido experiência em atividade similar, fosse esta durante a jornada nos Estados Unidos ou no Brasil. Conhecer, na prática, a atividade do negócio antes de criar a empresa contribui, sobremaneira, para aumentar as chances de sucesso.

No que tange as questões mercadológicas, a análise falha ou insuficiente em relação ao mercado para aquela atividade específica também oferece riscos à sustentabilidade de diversas empresas. Assim, somente a experiência anterior não garante a perenidade do empreendimento. Muitos imigrantes (ou ainda vivendo na América ou já de volta ao Brasil) tentam replicar em diferentes cidades brasileiras, a mesma atividade que exerciam nos Estados Unidos, sem a análise adequada se o mercado local comportaria aquele negócio. Isto fez com que muitos investissem e perdessem o recurso poupado com o seu trabalho no exterior.

Outro fator que contribui para as empresas apresentarem dificuldades de permanência no mercado é a falta ou inadequação de um planejamento para o negócio. Isto implica em um mau dimensionamento dos riscos inerentes à atividade empreendedora e, também, dos recursos necessários para a criação da empresa, sendo esses recursos itens como equipamentos, pessoal, estrutura física e o capital em si. Dimensioná-los inadequadamente faz com que, em pouco tempo, o negócio encontre desafios para continuar.

Por outro lado, há uma outra parcela considerável de empreendimentos que é constantemente abastecida pelos recursos oriundos de remessas ou de emigrantes retornados, assim como pelo dinamismo econômico gerado pela emigração nas regiões de origem. Lideranças públicas e privadas das principais regiões migratórias brasileiras admitem a importância do fenômeno para a economia local. Em todas elas, nos períodos de alto fluxo, houve também maior dinamismo da economia dos municípios. Analisando os estados de maior fluxo migratório, identificam-se como principais investimentos, negócios do segmento da construção civil (incluindo imóveis para aluguel), comércio de base tradicional (em grande parte, seguindo as experiências do imigrante durante sua jornada no exterior) e empreendimentos rurais.

Os setores da construção civil e comércio em geral são os principais negócios impactados em Minas Gerais e Goiás, por exemplo, seja por investimento de remessas ou de retornados, seja pelo impacto direto da movimentação econômica local. Para

os estados de São Paulo e Paraná, o setor de comércio também se destaca, com ênfase para o segmento de alimentação. Com relação ao impacto nos negócios do segmento da construção civil (excluindo-se os imóveis para aluguel) explica-se pelo desejo de obtenção da casa própria por parte dos que emigram. Tal fato imprime dinamismo a lojas de materiais de construção e prestadores de serviços do segmento.

Cabe reforçar que os negócios ligados ao segmento de construção civil nos municípios de grande fluxo emigratório, independente do estado geral da economia brasileira, têm sofrido oscilações nas cinco últimas décadas. À medida que há aumento ou redução do fluxo de saída de pessoas para residirem no exterior, crescimento ou queda do volume de remessas recebidas, ou oscilações significativas no valor do câmbio, o investimento na casa própria também sofre variações. Esse fato impacta, além do segmento de materiais de construção e afins, também o mercado imobiliário em geral e a dinâmica da economia dos locais de origem.

A alta ou a redução do custo de vida no Brasil é mais uma variável que impacta o dinamismo econômico nas regiões emigratórias, afetando principalmente os negócios considerados de menor necessidade. Isto explica-se devido à contribuição das remessas para a manutenção dos custos das famílias, que voltaram a registrar alta a partir de meados de 2012, como apresentado pela série histórica do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC)[77].

Observa-se que, em 2002, o INPC aproximou-se dos 15% (14,74%), com queda gradativa até2006. De 2008 a 2009 houve nova queda significativa, passando de 6,48% para 4,11% ao ano. Contudo, a redução do índice não se manteve e no ano seguinte registrou-se

77 O Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC é definido por pesquisas realizadas no Brasil pelo IBGE e resulta dos IPCs (Índices de Preços ao Consumidor Regionais) das famílias com chefes assalariados e com rendimento mensal compreendido entre 1 e 8 salários mínimos. Acompanha a variação de preços de um conjunto de produtos e serviços consumidos por essas famílias. Este e outros Índices estão disponibilizados no sítio eletrônico do IBGE: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/ indicadores/precos/inpc_ipca/defaultseriesHist.shtm>.

alta. Por fim, nos anos de 2013, 2014 e 2015 o gradativo aumento do INPC foi novamente registrado pelo IBGE. Para o último período, a alta foi de 5,05%, passando de 6,23% em 2014 para 11,28% em 2015.

Tais dados contribuem para a compreensão das oscilações de diversos negócios e economias regionais dependentes de recursos de remessas. Quando o custo de vida das famílias aumenta, alguns segmentos sofrem maior impacto, como já apresentado. Se, por exemplo, gastos com alimentação e saúde, que são itens de primeira necessidade, aumentam a proporção da utilização dos recursos que chegam do exterior, menores valores serão destinados aos itens menos necessários.

Assim, serviços de saúde compõem outro segmento que tem se fortalecido nas regiões de grande fluxo emigratório, sobretudo nos momentos de alto fluxo e em que a taxa cambial favoreça o trabalho no exterior.

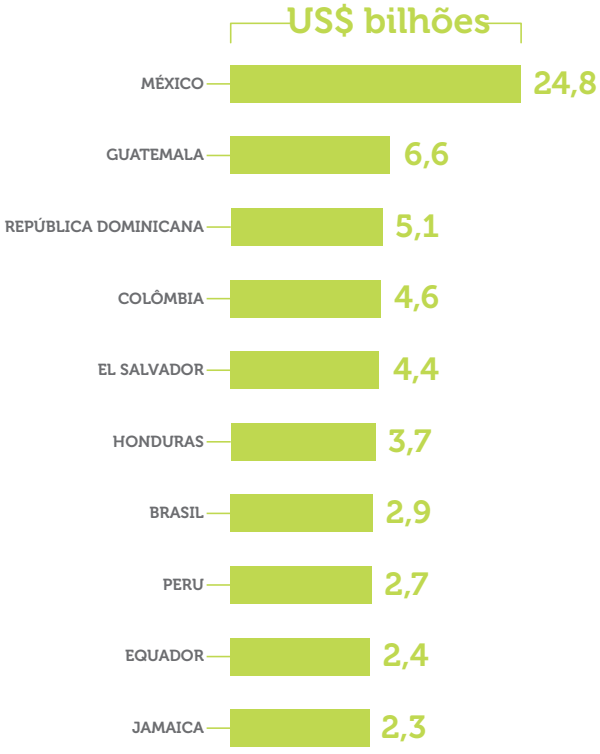
Na percepção dos imigrantes brasileiros, esse tipo de serviço nos países em que estão instalados são, para eles, menos acessíveis. Desta forma, a ida de imigrantes brasileiros ao Brasil para algum tipo de tratamento de saúde ou dentário, por exemplo, tem contribuído para incrementar a economia de muitos municípios.

Segundo informações do World Bank, em seu relatório *Migration and Remittances – Recent Developments and Outlook* (*Migration and Development Brief* 26), de abril de 2016, as remessas enviadas para os países em desenvolvimento cresceram somente 0,4% em 2015 em comparação ao ano anterior, que apresentou crescimento de 3,2%. A análise de desaceleração é em função de o período entre 2010-2013 ter apresentado crescimento de 7,4% ao ano, segundo relatório do World Bank. Apesar da oscilação no volume de remessas recebidas por vários países, principalmente os em desenvolvimento, as mesmas impactam as economias e os negócios, sejam eles oriundos ou não de recursos do exterior.

A partir de 2009 o volume de remessas ao Brasil registrou quedas gradativas até 2012. Em 2013 o fluxo de remessas voltou a registrar crescimento e, em 2015, o Brasil recebeu 2,9 bilhões de

dólares. Esse volume concede ao país o sétimo lugar na América Latina e Caribe em recebimento de remessas, atrás do México, Guatemala, República Dominicana, Colômbia, El Salvador e Honduras, como ilustrado a seguir.

A Dependência de Remessas em 2015



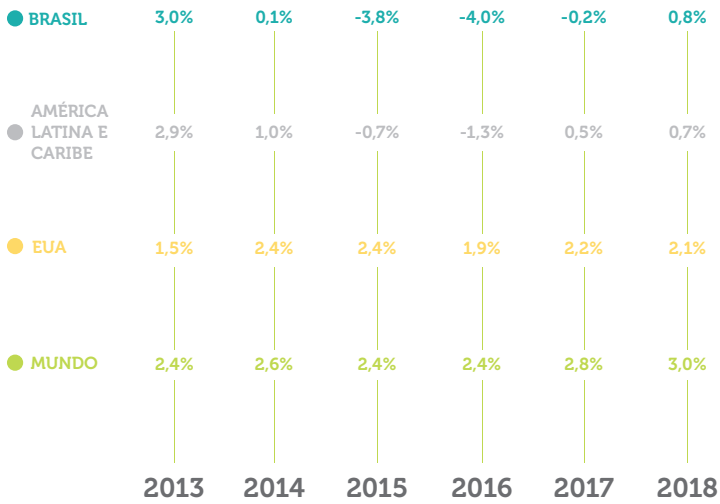
Fonte: Recent Developments and Outlook. Migration and Development Brief 26. World Bank (2016).

Em 2015, quando o Brasil registrou US$ 2,9 bilhões em remessas recebidas do exterior, o PIB nacional teve retração de 3,8%, fechando em US$ 1,775 trilhões[78]. Enquanto o PIB brasileiro apresentou resultado negativo no período, segundo o World Bank

78 Disponível em: <http://data.worldbank.org/country/BR?locale=pt>.

Group (2016), os Estados Unidos registraram aumento de 2,4% em 2015, 1,9% em 2016 e tendência de 2,2% e 2,1% para 2017 e 2018, respectivamente.

Crescimento do PIB do Brasil, em relação à América Latina, EUA e ao Mundo



Fonte: World Bank Group (2016). Disponível em: <http://www.worldbank.org/en/publication/global-economic-prospects#data>.

Embora, em 2013, o crescimento do PIB brasileiro tivesse apresentado situação favorável quando comparado ao da América Latina, dos Estados Unidos e do mundo, esse cenário não se manteve até 2016.

Para o Brasil, não se replica a tendência de crescimento do PIB nas mesmas proporções. Ainda segundo o *Global Economic Prospects*, do World Bank Group, as projeções para o Brasil são que, após registrar 2016 com o Produto Interno Bruto de -4%, em 2017 será de -0,2%, voltando a ficar positivo somente em 2018, com o pequeno resultado de 0,8%. Nesse cenário, o recebimento de recursos financeiros do exterior para a origem torna-se ainda mais relevante.

Nas regiões brasileiras onde a cultura da emigração é forte, a queda ou o crescimento no recebimento de remessas estrangeiras torna-se uma das variáveis que impacta na redução ou no incremento do dinamismo econômico. Visto que além das empresas oriundas de remessas, vários outros segmentos são dependentes do volume de dinheiro que é movimentado local e regionalmente.

Apesar de haver poucos números precisos em relação aos volumes de remessas por estado, é inquestionável a relevância dessa fonte de recursos para o desenvolvimento dos municípios e regiões. Ademais, a contribuição do fenômeno migratório para o local de origem, não se resume à economia. Os impactos sociais e culturais são outros aspectos em que os fluxos migratórios imprimem nas regiões de origem, sobretudo em função da transnacionalidade, cada vez mais forte nesse fenômeno.

Além da renovação da cultura da migração em gerações seguidas, um pouco dos costumes dos Estados Unidos se tornaram presentes nos locais de grande fluxo migratório para este país. A região de Governador Valadares, em Minas Gerais, é um exemplo. Aspectos culturais vividos pelos imigrantes na América são replicados em negócios e residências da cidade e dos municípios no seu entorno desde a década de 1960. É comum empresas da região receberem nomes fantasia em inglês, casas com design mais americano do que brasileiro, dentre outros.

Não somente a cultura norte-americana influencia a sociedade brasileira em função do fenômeno migratório. Outras regiões do Brasil, onde a emigração se efetiva em maiores números para outros países, também recebem impactos culturais e sociais. O Paraná e parte de São Paulo são exemplos de forte influência do Japão, tanto pela emigração de brasileiros, quanto pela chegada histórica de japoneses.

A inovação em serviços é outro impacto gerado pelo processo migratório. O viver no exterior possibilita a muitos conhecer e vivenciar novas tecnologias. Ao empreender na origem, dependendo do segmento escolhido, o aprendizado obtido anteriormente pode ser aplicado no novo negócio.

A manutenção e renovação da cultura migratória é uma das influências sociais mais fortes e perceptíveis nas regiões de origem. O "ir e vir" de milhares de pessoas para os Estados Unidos ao longo dessas cinco décadas analisadas, mesmo que com aumentos e reduções do fluxo, renova a migração como uma das alternativas mais prováveis para superar as dificuldades vividas na terra natal. Essa certeza formada no imaginário coletivo, imprimiu em regiões inteiras, por seguidas gerações, o desejo de viver nos Estados Unidos e fazer deste país a fonte geradora da casa própria, do empreendimento futuro e de uma vida mais confortável.

Entretanto, também pode-se constatar nesses cinquenta anos, histórias de dificuldades financeiras, emocionais e familiares. A distância e o longo tempo sem o encontro com o cônjuge e filhos, por parte de brasileiros imigrantes nos Estados Unidos, gerou separações e, não incomum, a criação de uma nova família em paralelo. Esses e outros fatores podem ser parte da causa de alterações emocionais e psicológicas, principalmente de mulheres e crianças nas regiões de origem[79].

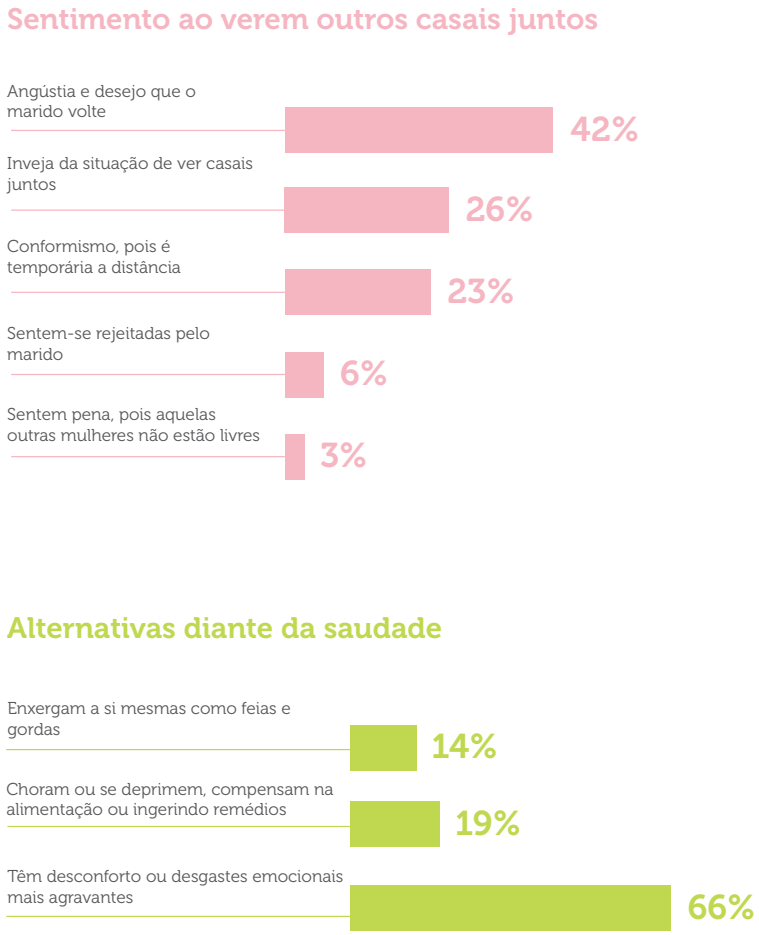
Ao longo de cinco décadas a maioria dos imigrantes brasileiros nos Estados Unidos foi do gênero masculino. Porém, ao analisar a imigração brasileira nos Estados Unidos até 2010, observam-se alterações nesse perfil. Atualmente, há um aumento de mulheres imigrantes e também um aumento de famílias chegando juntas nos Estados Unidos.

Considerando o local de partida, pesquisas demonstram que há impactos psicológicos para as mulheres que permanecem na origem. Por meio do estudo realizado pelo Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da UFMG (CEDEPLAR)[80], exemplificamos essa constatação.

79 Diversos estudos demonstram que há efeitos psicológicos e emocionais gerados pelo processo migratório, tanto para os que decidiram viver em outro país, quanto para os familiares que permanecem na origem.

80 De Almeida, A. R., Machado, A. P. F. M., Dias, C. A., & Boechat, C. S. (2008). Impactos do isolamento conjugal sobre a sexualidade da mulher do emigrado. In Anais do XIII Seminário sobre a Economia Mineira [Proceedings of the 13th

Impacto Psicológico para as Mulheres (esposas) que Permaneceram na Origem



Fonte: Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da UFMG – CEDEPLAR (2008).

Seminar on the Economy of Minas Gerais]. CEDEPLAR, Universidade Federal de Minas Gerais.

Perguntadas sobre o sentimento ao verem casais juntos, 42% das esposas que ficaram na região mineira de Governador Valadares responderam sentir "angústia e desejo que o marido volte". Outra parte afirmou sentir "inveja da situação" (26%); "conformismo, pois é temporária a distância" (23%); "rejeitada pelo marido" (6%); e "pena, pois aquelas outras mulheres não estão livres" (3%). Quando indagadas sobre as alternativas diante da saudade, 19% das 247 entrevistadas responderam: "chora ou fica deprimida", "compensa na alimentação" ou "toma remédios". Significativa também foi a percepção que as mulheres têm de si mesmas no que se refere às próprias questões psicológicas. Para a maioria há desconforto e desgaste emocionais. 66% disseram viver tristes, ansiosas, irritadas e impacientes e, para 14% das entrevistadas, a percepção sobre si mesma é de estar "mais feia e gorda" (Almeida, Machado, Dias & Boechat, 2008).

A possibilidade de haver problemas familiares e conjugais entre casais em que um deles emigra e o outro permanece na origem, também foi identificada nesse estudo publicado pela UFMG. Segundo os autores, mesmo que em pequeno percentual (2%), houve a afirmação de parte das mulheres entrevistadas sobre se relacionarem com outros homens. Consequências de sentimentos relacionados à frustração são destinados, na maior parte dos casos, não à fonte da frustração, mas sim, em outras pessoas de convívio próximo. Assim, foram os filhos que receberam os impactos da irritabilidade e da impaciência relatada por 29% das mulheres, no local de origem, de imigrantes (Almeida, Machado, Dias & Boechat, 2008).

Questões emocionais parecem acometer migrantes, familiares e sociedades que vivenciam essa cultura. Se, por um lado, há o desejo de uma vida mais feliz, por outro existem problemáticas que envolvem o fenômeno migratório. Para um grupo de imigrantes brasileiros nos Estados Unidos, havia a intenção de retornar em um período de dois ou três anos. Mas, iniciada a jornada, é comum haver mudanças nos planos. O que inicialmente seria um período curto, transforma-se na intenção de ficar na América dada a dinâmica das

novas possibilidades, ou até a conclusão do estudo dos filhos que ficaram no Brasil, ou ainda, até que cheguem ao momento de não poderem mais trabalhar. Para esse grupo, a decisão do retorno torna-se mais difícil, como descreve Sueli Siqueira em seu artigo "O sonho frustrado e o sonho realizado: as duas faces da migração para os EUA"[81].

Segundo Siqueira (2007), à medida em que se aumenta o tempo de afastamento, o sentimento de saudade e o estranhamento dos que ficaram na origem (incluindo familiares e filhos), assim como do local em si, aumentam. A idealização das relações sociais e do espaço onde viviam, impõe "um tempo fora do curso natural da vida", como descreve a pesquisadora. Tal situação faz com que o reconhecimento da família e da terra natal se torne um relevante fator que dificulta a readaptação de muitos imigrantes que retornam ao Brasil e, em certa medida, impacta também os contornos sociais regionais ao longo do tempo.

81 Siqueira, S. (2007). O sonho frustrado e o sonho realizado: as duas faces da migração para os EUA. Nuevo Mundo Mundos Nuevos. Nouveaux Mondes Mondes Nouveaux-Novo Mundo Mundos Novos-New world New worlds.

CAPÍTULO 6
RETORNO: *A VIAGEM DE VOLTA*

A emigração internacional compreende, ao mesmo tempo, o desejo da conquista daquilo que se busca no país estrangeiro e o fechamento do processo, que se completa com o retorno à terra natal. De acordo com a *New Economics of Labor Migration* (NELM), aqueles que empreendem uma jornada migratória em busca de melhores condições de vida pensa, em algum momento, em retornar ao seu país de origem.

Aspectos do comportamento humano, incluindo o ímpeto migratório, são uma resposta a um conjunto de sentimentos e um exercício de vontades independentes, como descreveram Stark e Bloom (1985)[82]. É comum haver, entre as pessoas, sentimentos de comparação dentro do seu grupo de referência. Comparações estas, segundo os autores, que geram custos emocionais ou benefícios, a partir das privações ou da satisfação relativas compreendidas pelo indivíduo. Da mesma forma, o desejo do retorno, independentemente do tempo em que ele se dá, se torna intrínseco ao processo de migração. Segundo a Synovate Brasil, em pesquisa realizada em 2008 junto a imigrantes brasileiros em Massachussets, 82% pretendiam retornar. Podem haver variações nesse percentual, de acordo com a época em que as diversas pesquisas são realizadas, contudo, o desejo de retornar se mantém para a maioria dos que emigram.

82 STARK, Oded; BLOOM, David E. The new economics of labor migration. The American Economic Review, v. 75, n. 2, p. 173-178, 1985.

A compreensão comportamental dos movimentos migratórios, sobretudo o *labor migration*, recebe vasta contribuição da Teoria das Redes. Inicialmente utilizada pelo psiquiatra norte americano Jacob Levi Moreno (1889-1974) na década de 1930 para estudar grupos sociais, a Teoria das Redes auxilia na análise dos movimentos migratórios, sejam eles de saída ou de retorno. Os resultados e influências das conexões sociais ultrapassam os limites de grupos (BARNES, 1987), gerando renovação cíclica da cultura migratória.

Considerando o fenômeno migratório entre Brasil e Estados Unidos, constata-se que os movimentos de retorno ao país de origem oscilaram durante as cinco décadas analisadas (1960-2010). Assim como para a saída da terra natal, os motivos para o retorno variam de acordo com as circunstâncias em que se encontra o imigrante. Essas circunstâncias incluem questões de ordem pessoal e econômicas, ou seja, internas ou externas, sendo as últimas ligadas ao contexto em que o imigrante vive.

O artigo "O sonho frustrado e o sonho realizado: as duas faces da migração para os EUA", de Sueli Siqueira, apresenta quatro tipos de retorno. O primeiro é o "retorno temporário", quando o imigrante define os Estados Unidos como seu local de residência, juntamente à sua família e investimentos. Neste caso, o imigrante vai ao Brasil para passar férias ou participar de festas como casamentos ou aniversários, por exemplo. Levam consigo seus filhos, estes geralmente documentados.

O segundo tipo de retorno é o "retorno continuado". Segundo essa definição, os que retornam à origem investem e acabam perdendo tudo. Isto os motiva a reemigrarem, mantendo com eles o projeto de voltar. Segundo Siqueira (2007), 48,6% dos imigrantes pesquisados que retornaram à cidade natal não obtiveram sucesso em seus empreendimentos. Assim, emigraram novamente. Não incomum, são os que empreendem a viagem da migração diversas vezes durante a vida.

O "retorno do transmigrante" é o terceiro tipo de retorno identificado. Este é o caso vivenciado por, atualmente, um grande

número de imigrantes que vivem a transnacionalidade. São pessoas, geralmente documentadas e com estabilidade financeira, que vivem parte do ano nos Estados Unidos e parte do ano no Brasil. Este grupo participa da vida social nos dois lugares, possuindo, muitas vezes, fontes de renda nos dois países.

Por fim, o quarto tipo de retorno descrito pela autora é o "retorno permanente". Nessa condição, o imigrante que retornou ao Brasil conseguiu se readaptar e se reestabelecer financeira e socialmente, não pretendendo emigrar novamente. São, geralmente, os que obtêm sucesso em seus empreendimentos, atribuindo ao projeto migratório a responsabilidade por serem bem-sucedidos.

A partir da análise das cinco décadas de imigração brasileira nos Estados Unidos, podem-se identificar os principais fatores para a decisão de se fazer a viagem de volta. São eles: (a) conquista do valor financeiro almejado; (b) questões de saúde; (c) deportação; (d) perda da fonte de renda; (e) melhoria das condições de vida no local de origem; (f) idade; e (g) saudade dos familiares e da terra natal.

Para os imigrantes indocumentados nos Estados Unidos, visitar a família e os amigos que permaneceram no Brasil não é possível, pois a volta para a América seria um novo investimento financeiro e arriscado. Assim, aqueles que pretendem voltar à origem em dois ou três anos acabam ficando muito mais tempo e o retorno se efetiva após um período nos Estados Unidos mais extenso do que o inicialmente pensado. Conquistar um montante de recursos considerado suficiente para retornar é, para muitos imigrantes, a garantia da estabilidade financeira e do padrão de vida almejado no Brasil. A maioria das poupanças são investidas em empreendimentos do setor de comércio tradicional (muitas vezes, replicando a experiência de trabalho do imigrante nos Estados Unidos), em imóveis para aluguel e em empreendimentos rurais. Não incomuns são os casos em que familiares dos imigrantes administrem os negócios no Brasil até a sua chegada.

Para atingirem o valor financeiro considerado suficiente para fazer a viagem de volta, os imigrantes brasileiros nos Estados Unidos trabalham intensamente. Para grande parte deles são três turnos

de trabalho, em diferentes locais, com poucas possibilidades de descanso. São longas e intensas jornadas de trabalho, algumas delas insalubres[83]. Esse ritmo intenso, gera para uma parte da população imigrante, problemas de saúde, impossibilitando-os a continuidade das atividades produtivas. E, nesses casos, o retorno ao local de origem se apresenta como uma das alternativas mais prováveis. Da mesma forma, outras situações de doenças (descasadas das questões de trabalho) também têm influenciado a decisão de retorno, sobretudo para imigrantes que fizeram sozinhos a viagem de ida.

O retorno deixa de ser uma "opção" em casos de deportação. Nessa situação o imigrante não pode arbitrar sobre a sua permanência nos Estados Unidos. Não cabe a ele decidir se retornará ao Brasil ou se continuará sua jornada na América. Em situações de deportação, o retorno é involuntário, não significando, porém, que não haverá um novo período no exterior. Essa nova jornada migratória, por vezes, se destina a outro país. No entanto, também é comum a nova busca pelo "(re)fazer a América". Retomamos, aqui, os achados de Stark e Bloom (1985), que em suas pesquisas verificaram que a percepção individual da relativa privação influencia o comportamento migratório.

A perda de postos de trabalho ou a redução significativa de renda nos Estados Unidos é mais um dos motivos que levam imigrantes a decidirem pelo retorno. Em períodos de crise econômica nos Estados Unidos, o retorno ao Brasil foi mais intensificado. Brasileiros que trabalhavam na construção civil, por exemplo, tiveram sua renda reduzida entre 2008 e 2009. Ainda como exemplo, empreendedores brasileiros nos Estados Unidos, no segmento de reformas e construção civil, que chegaram a ter quase 100 funcionários em 2008, passaram a ter 15. Assim, aqueles que não haviam se estruturado financeiramente retornaram ao país de origem. O planejamento financeiro, tanto para empresas quanto para a vida pessoal e familiar, tem grande relevância. Isto se confirma porque a perda de seus negócios ou de seus empregos é um dos fatores que

83 Diz-se, entre os brasileiros, que existem três tipos de jornada de trabalho: O "part time", o "full time" e a jornada dos brasileiros, o "mort time".

impelem imigrantes ao retorno antes do momento considerado, por ele, adequado.

Questões correlatas ao desemprego de imigrantes são corroboradas pela publicação da OCDE, de 2013[84], na qual afirma-se que "os migrantes do sexo masculino têm sido particularmente afetados pela crise econômica", sobretudo nos anos 2010 e 2011.

Observa-se, também, atrelado à perda de renda, que o período de maior retorno ao Brasil e menor fluxo de saída do país coincidiu com o momento em que a economia brasileira crescia e que a taxa cambial era mais favorável à moeda brasileira do que ao dólar americano. A repercussão internacional e entre os familiares que permaneceram na origem, de que o Brasil, naquele momento, oferecia melhores condições econômicas e de qualidade de vida, compôs o conjunto de fatores que influenciaram imigrantes brasileiros ao retorno. A melhoria das condições de vida no local de origem, percebidas pelos imigrantes é, portanto, um dos fatores que compõem a decisão de retornar à terra natal.

A evolução da idade e a obtenção da aposentadoria também têm sido, juntas, uma variável para a volta de imigrantes ao Brasil. Mesmo sendo o mercado de trabalho para idosos no Estados Unidos mais pujante do que o brasileiro, atingir a "melhor idade" tem se mostrado um fator impulsionador na vontade de retornar à origem. Um ponto de reforço é a continuidade do pagamento da contribuição para o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)[85] mesmo estando em um país estrangeiro, o que garante a aposentadoria ao contribuinte.

Não obstante à idade e à obtenção da aposentadoria no Brasil, a saudade dos familiares e do local deixado é recorrente, se tornando

84 Migração Mundial em Números – Uma contribuição conjunta do UNDESA e da OCDE para o Diálogo de Alto Nível das Nações Unidas sobre Migração e Desenvolvimento, 3 e 4 de outubro de 2013.

85 O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) é o órgão do Ministério da Previdência Social do Governo Federal Brasileiro que é responsável pelos pagamentos das aposentadorias e demais benefícios dos trabalhadores brasileiros que contribuem para esta previdência.

um dos fatores que leva muitos imigrantes ao movimento de volta. As ferramentas tecnológicas atuais são uma importante ajuda para minimizar a saudade dos que ficaram. Mas, apesar delas, a saudade é um incremento aos demais fatores para a decisão de retornar à origem, se confundindo também com a busca pela identidade que ficou na terra natal.

Os aspectos emocionais do retorno se assemelham com os da partida para o exterior, principalmente a ansiedade gerada com o processo da viagem. Por ficar muitos anos fora do Brasil, na maioria dos casos sem realizar visitas à terra natal, questões psicológicas e emocionais se confundem aos motivos racionais do retorno. A expectativa do reencontro com familiares, amigos e o local deixado, são influências fortes. Da mesma forma, essa expectativa e esses fatores emocionais, que mantêm o imigrante psicologicamente localizado na época em que deixou sua origem, impactam na sua readaptação.

Assim, a saudade do Brasil e dos familiares, que é suprimida na chegada de volta à terra natal, se transforma em novos sentimentos, reiniciando-se a busca pela identidade. Quem retorna, carrega consigo a dúvida de se manter na origem ou de reemigrar. O gosto pelos Estados Unidos, o convívio com outros imigrantes (que permaneceram), os costumes e hábitos do país e tudo na América, imprimem em quem retorna a vontade de viver sempre aqui e lá.

CONCLUSÕES

Buscar melhores condições de vida é a principal motivação para a emigração internacional desde o início dos registros sobre esse fenômeno. Essa busca impulsiona pessoas, famílias e gerações a deixarem seu país de origem e tentarem uma jornada no exterior, onde acreditam ter maiores chances de conquistarem aquilo que, em sua terra natal, não seria possível. Essa jornada foi vivenciada por milhões de brasileiros no passado e, atualmente, o Brasil volta a presenciar um novo fluxo migratório.

O Brasil, que recebeu milhões de imigrantes de diversos países, apresentando fluxos mais significativos até 1960, tornou-se uma nação emigrante ao longo de sua história. Mesmo sendo esta, uma cultura enraizada mais em algumas regiões do que em outras, o fenômeno emigratório brasileiro se apresentou e se apresenta cíclico quanto à intensidade, mas em nenhum momento, pouco expressivo.

Após os primeiros brasileiros se destinarem à América, ainda na década de 1960, a emigração mais significativa se deu na década seguinte, quando o país começou a se mostrar forte dentre os caracterizados pela emigração populacional para o exterior. Enquanto as décadas de 1960 e 1970 se mostraram decisivas para a formação dessa cultura migratória, nos anos 1980, o Brasil presenciou um ápice no fluxo de saída. Esse cenário pode ser explicado pelo contexto da época, em que uma severa crise econômica impactou o país, com elevado custo de vida, altas taxas de desemprego e baixos salários.

A década de 1990 apresentou certa estabilidade no estoque de brasileiros residentes no exterior e relativo declínio no fluxo de

saída. Mesmo assim, em 1995 eram aproximadamente 2,5 milhões de brasileiros residindo no exterior.

Somente nos Estados Unidos, no início da década eram mais de 82 mil pessoas. Segundo o U.S. Census e o ACS, em 1990, o número da população brasileira no país era de 82.489. Em dez anos o crescimento foi de aproximadamente 158%, ou seja, em 2000 foi registrado um estoque de mais 129.939 brasileiros, totalizando 212.428 imigrantes brasileiros na América. De 2000 a 2003 essa variação foi de aproximadamente 12%, extremamente menor que a registrada no período anterior.

Os primeiros quatro anos da década de 2000 apresentaram um crescimento mais tímido no fluxo de chegada de brasileiros nos Estados Unidos, se comparados à mesma proporção da década anterior. Contudo, ainda que a proporção (e não o volume absoluto) de chegada no início dos anos 2000 tenha sido menos intensa, não significou, em nenhum momento, a sua estagnação.

A partir de 2004, a população brasileira nos Estados Unidos voltou a crescer, apresentando um pico em 2009, ano em que se registrou mais de 359 mil imigrantes. Este número representou, em 2009, cerca de 25% a mais do total de imigrantes brasileiros registrados em 2000, pelo U.S. Census e ACS, sendo aproximadamente 16% a mais quando comparado ao estoque de 2003.

Durante os três anos seguintes (2010 a 2012), o retorno ao Brasil pareceu ser uma nova configuração do fluxo migratório, historicamente presenciado pelos dois países. Nesse período houve queda gradativa no número de registro de chegada de imigrantes brasileiros nos Estados Unidos e em 2010, verificou-se o menor estoque em oito anos. Fatores como as consequências da crise econômica internacional e a redução da oferta de emprego, além de restrições de entrada em alguns países de destino, reforçaram o que parecia reformular o status do Brasil com relação à emigração internacional nesse período.

Um outro aspecto desse mesmo contexto é que a variação no sentido do fluxo migratório contribuiu para fortalecer a transnacionalidade de negócios e pessoas. Quase a totalidade dos retornados mantinha e, hoje mais fortemente, mantém algum tipo de relacionamento com o país estrangeiro deixado. Como descrito anteriormente, as ferramentas tecnológicas atualmente disponíveis, contribuem sobremaneira para que o vínculo perdure, mesmo após o retorno.

A transnacionalidade que se reforçou ao longo de cinco décadas demonstra que, para muitos, é possível viver entre seu país de origem e o de destino. Cada vez mais torna-se comum às regiões que vivenciam o fenômeno migratório – como, por exemplo, a região Leste de Minas Gerais (Brasil) e a região do entorno de Boston (Estados Unidos) – negócios serem gerados pelas demandas de quem retornou ou daqueles que permanecem no exterior. Uma das manifestações empreendedoras da transnacionalidade são os brasileiros retornados que, ao chegarem em solo nacional, criam suas empresas. Estas, muitas vezes, dando continuidade às experiências de trabalho que vivenciaram enquanto estiveram no país estrangeiro.

O fluxo de retorno de brasileiros ao país aumentou, quando comparados os anos de 2000 e 2010. Conforme censos do IBGE desses anos, o total de retornados passou de 87.400 pessoas, para 174.000, respectivamente. Desses anos, dentre outros aspectos, esse fluxo reverso contribuiu para a criação de novos negócios pelos imigrantes retornados, nas diferentes regiões brasileiras.

Entretanto, os números voltaram a sofrer alterações. A partir de 2011, um novo fluxo de saída começou a se formar, apresentando uma nova tendência. Somente nos Estados Unidos, em 2014 foi registrada uma população brasileira de 335.608 pessoas. De todo o histórico da imigração brasileira para a América, esse número é inferior somente a cinco dos anos registrados (2006, 2007, 2009, 2010 e 2013), o que ainda corrobora para a tendência da formação do novo fluxo emigratório brasileiro.

A partir de 2014, o cenário econômico nacional, a alta do dólar americano, a dúvida sobre as perspectivas econômicas e sociais

no Brasil, como por exemplo, alta taxa de desemprego e aumento da violência urbana, voltaram a fortalecer as justificativas para a saída de milhares de pessoas do país, revertendo a tendência de retorno, do início da década. Em 2014, eram 3,1 milhões de brasileiros residindo no exterior, segundo estimativas do MRE, mantendo a tendência de crescimento para 2016.

Essa tendência é ratificada pela análise do movimento migratório dos últimos cinco anos em três dos principais estados brasileiros, destacados pela emigração internacional. De 2010 a 2012, o número de saída de paranaenses com destino ao Japão, mensalmente, era de aproximadamente mil pessoas. Em 2013, iniciou-se um aumento gradativo e, de novembro de 2014 a dezembro de 2015, estima-se que cerca de 12 mil pessoas emigraram por mês para o Japão.

Pela precariedade de dados relativos à emigração internacional brasileira, as análises quanto à saída e ao retorno se pautam nas informações mais pertinentes e confiáveis disponíveis. Desta forma, o volume de emissão de passaportes é considerado um dos indicativos de propensão à emigração internacional. Em 2015, a Polícia Federal Brasileira (PF) registrou recorde de passaportes emitidos, totalizando 2.298.561 de documentos, superando 2014, que já havia apresentado números superiores aos anos anteriores. O estado de Goiás foi um dos que mais emitiu o documento, apresentando um aumento de 23% em 2015, em relação a 2014. A percepção de lideranças públicas e comunitárias que trabalham com o público emigrante, retornados e beneficiários de remessas no estado, confirma esses indicativos. A partir de 2013, aumentando em 2014 e com maior expressão em 2015, o índice de emigração de goianos foi notadamente superior ao de retorno. Este, por sua vez, em 2015, mostrou-se irrisório e, em 2016, estima-se que tenha sido ainda menor.

Em Minas Gerais, o aumento na emissão de passaportes no mesmo período foi de 20%. No total, 215.537 pessoas daquele estado solicitaram o documento, sendo Governador Valadares a localidade que mais solicitou o documento. Segundo informações

da Polícia Federal, somente na cidade, que é conhecida pela forte cultura migratória, foi registrado aumento de 64% em 2015. Pode-se perceber, na região de Governador Valadares, a nova emigração dos retornados. Muitos dos que haviam voltado para a terra natal até 2010, no segundo semestre de 2015 e nos quatro primeiros meses de 2016 empreenderam, novamente, a jornada aos Estados Unidos. Estima-se que mais de 3 mil pessoas tenham saído da região nesse período, com destino à América.

A diminuição de retornos é mais um indicativo do novo momento do fenômeno migratório brasileiro. Apesar da dificuldade na precisão dos números acerca de saídas e retornos ao país, as percepções de organizações e pessoas ligadas ao tema contribuem para o levantamento de informações sobre a migração brasileira. Segundo o Projeto Resgate Brasil, que integra o comitê gestor da Comissão Executiva de Enfrentamento ao Tráfico em Goiás (CEETP-GO) e apoia a repatriação, houve um ápice de demandas em 2011 e, a partir desse ano, registra-se gradativa redução. Naquele ano (2011), somente em Lisboa (Portugal), havia aproximadamente 1.200 brasileiros na lista de espera para receber auxílio do programa de apoio para o retorno ao Brasil. Em 2013, o número caiu para 260, passando para 164 em 2014 e, em 2015, para 116. Em 2016, segundo informações da ONG, a expectativa é que menos de 30 brasileiros solicitem os serviços de auxílio à repatriação.

Analisando o fluxo imigratório dos brasileiros nos Estados Unidos, bem como o movimento de saída e chegada nas principais regiões migratórias no Brasil, pode-se inferir similaridades no que tange ao perfil de saída e de retorno, assim como do novo fluxo de saída que se forma. Nesse novo fluxo, o perfil dos imigrantes brasileiros que chegam aos Estados Unidos tem sido relativamente diferente do perfil da maioria que empreendeu a viagem entre 1980 e 2010. Grande parte dos brasileiros imigrantes nesta nova fase buscam os meios legais para iniciar o processo migratório. Segundo a Receita Federal brasileira, entre 2013 e 2015, o número de Declarações de Saída Definitiva aumentou quase 40%, indicando a intenção de emigrar de forma legal.

Nesse novo momento do fenômeno migratório brasileiro, outra característica observada no perfil dos novos imigrantes é terem curso superior. Contudo, somente possuir essa formação acadêmica não lhes garante os chamados "trabalhos brancos" na América. Sem os documentos necessários para trabalhar nos Estados Unidos, os diplomas brasileiros não lhes são diferenciais para exercerem atividades semelhantes às exercidas no Brasil. Assim, muitos recém-chegados nessa nova fase do "Fazer a América", após frustradas as expectativas de conseguirem trabalhos mais leves, optam por abrir uma empresa. Em algum tempo, estudos futuros poderão constatar se essa nova fase da migração brasileira para os Estados Unidos terá sido significativa, também, para o aumento do índice de imigrantes empreendedores neste país.

Ainda outra característica desse novo fluxo é o fato de mais famílias chegarem completas aos Estados Unidos. Diferentemente da maioria dos imigrantes brasileiros das últimas décadas, que empreendiam sozinhos a viagem, agora percebe-se mais pessoas de um mesmo grupo familiar fazendo, juntas, a jornada migratória.

Constata-se que, mesmo havendo uma nova configuração da emigração brasileira para os Estados Unidos, alguns fatores que impulsionam o movimento de saída do Brasil se mantêm. Dentre eles, pode-se destacar um fator que abrange vários outros – a busca por melhores condições de vida. Essa justificativa foi desmembrada em outros aspectos motivadores. Grande parte dos brasileiros que chegaram aos Estados Unidos em 2015 e pelo menos 97% dos entrevistados no Brasil de março a maio de 2016[86], apontaram a baixa perspectiva econômica e política do país, a violência urbana e o alto custo de vida como os principais fatores de influência na decisão de emigrar. A possibilidade de criar os filhos em um país mais organizado e o aumento do desemprego no Brasil também

86 Castro, Alanni de Lacerda Barbosa de. Variáveis do retorno e expectativas de permanência no Brasil. Pesquisa realizada no período de 28/3 a 13/5/2016, com 117 pessoas, entre emigrantes retornados, beneficiários de remessas e lideranças públicas e comunitárias nos estados de Minas Gerais, Goiás e Paraná. Pesquisa não publicada.

foram mencionados na pesquisa. O fator "gostar dos Estados Unidos" foi citado por 62% dos entrevistados, independente dessas pessoas já terem ou não estado neste país.

Após meio século da imigração brasileira nos Estados Unidos, teremos, a partir de agora, um novo período migratório, com insumos suficientes para um novo balanço desse fenômeno. Da mesma forma que os movimentos migratórios se reconstroem ao longo do tempo, a sua análise é necessária para a compreensão dessa dinâmica que, por sua vez, possibilita soluções e alternativas, governamentais ou privadas, para apoio às questões ligadas a esse fenômeno social.

Para os brasileiros, os Estados Unidos continuam como o principal destino, ainda nesse novo fluxo. Percebe-se, portanto, a retomada do fenômeno migratório brasileiro para este país. Assim, os imigrantes brasileiros continuarão como, no passado, a "fazer" e "refazer" não só a América, mas também alguns pedaços do Brasil como exemplo, Governador Valadares, Goiânia, Piracanjuba e Criciúma.

REFERÊNCIAS

ALVARENGA, M. C., (2014). Emigração e Empreendedorismo: Combinação Interessante para o Desenvolvimento do Território. Perspectivas Contemporâneas, v. 9, n. 2, p. 1-15.

APPLEYARD, R.T., (1989). Migration and Development: Myths and Reality. International Migration Review, v. 23, p. 486-499.

ARNOLD, F., (1992). "The Contribution of Remittances to Economic and Social Development". In: Kritz, M. M. et. Al. International Migration Systems: A Global Approach. Oxford University Press, p. 205-220.

BAENINGER, Rosana, (2005). "O Brasil na Rota das Migrações Internacionais Recentes". Jornal Unicamp.

BELTRÃO K. Et Al., "Trabalhando no Brasil: Características da População de Origem Japonesa Segundo os Censos de 1990, 2000, e 2006". Caxambu, Anais do XV Encontro da ABEP.

BELUZZO, Luis Gonzaga de Mello; COUTINHO, Renata (Org.). Desenvolvimento Capitalista no Brasil. 4. Ed. Campinas: UNICAMP, IE, 1998, v.1.

BORJAS, G., (1986). The Self-employment Experiece of Immigrants. Journal of Human Resources, 21.

BOYD, M., (1989). Family and Personal Networks in International Migration: Recent Developments and New Agendas. International Migration Review, p. 638-670.

BRITO, Fausto., (1995). "Os Povos em Movimento – As Migrações Internacionais no Desenvolvimento do Capitalismo", em Neide Patarra, (Coord.), Emigração e Imigração Internacionais no Brasil Contemporâneo. Campinas: FNUAP.

BROOKE, James, (1993). "Brazil Wild Ways to Counter Wild Inflation". New York: The New York Times.

BRZOZOWSKI, J., (2012). Migração Internacional e Desenvolvimento Econômico. Estudos Avançados, v. 26, n. 75, p. 137-156.

CAMAROTA, Steven A., (2007). "Immigrants in the United States: A Profile of America's Foreign-Born Population". Disponível em: <http://www.digaai.org/wp/pdfs/Foreign_Born_Population.pdf>.

CARVALHO, José Alberto M., (1996). "O Saldo dos Fluxos Migratórios Internacionais do Brasil na Década de 80 – Uma Tentativa de Estimação". Revista Brasileira de Estudos de População, Campinas, ABEP, v. 13, n. 1, p. 3-14.

CASTELLS, M., (1999). A Sociedade de Rede. São Paulo: Paz e Terra.

CASTRO, Alanni de Lacerda Barbosa de, (2015). "Remessas". Belo Horizonte: Sebrae Minas.

CLAYTON-MATHEWS, Alan., (2009). "Massachusetts Immigrants by the Numbers". Immigrant Learning Center, Malden, Massachusetts.

Consulado Geral do Brasil em Boston, (2005). Boston.

DE ALMEIDA, A. R.; MACHADO, A. P. F. M.; Dias, C. A.; BOECHAT, C. S., (2008). Impactos do Isolamento Conjugal sobre a Sexualidade da Mulher do Emigrado. In Anais do XIII Seminário sobre a Economia Mineira [Proceedings of the 13th Seminar on the Economy of Minas Gerais]. Cedeplar, Universidade Federal de Minas Gerais.

DE OLIVEIRA ASSIS, G.; SIQUEIRA, S. (2009). Mulheres emigrantes e a configuração de redes sociais: construindo conexões entre o Brasil e os Estados Unidos. Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana, v. 17, n. 32.

Department of Homeland Security (DHS), (2009). "Apprehensions by the US Border Patrol: 2005-2008 – Fact Sheet".

DORLING, Daniel, NEWMAN, Mark; BARFORD, Anna (2009). The Atlas of the Real Word – Mapping the Way We Live. Editora Thames & Hudson.

FAIRLIE, Robert W., (2008). Estimating the Contribuiton of Immigrant Business Owners to the U.S. Economy. U.S. Small Business Administration, Office of Advocacy, Washington, D.C.

FERNANDES, Duval Magalhães; NUNAN, Carolina dos Santos (2008). "A Volta para Casa: A Inserção do Imigrante Internacional de Re-torno no Mercado de Trabalho. Um Estudo Comparativo entre Argentina, Brasil e Paraguai no Início do Século XXI". Córdoba, Argentina.

FIRMEZA, George Torquato, (2007). Brasileiros no Exterior. Brasília: FUNAG.

FUSCO, Wilson; SOUCHAUD, Sylvain (2010). "De Volta para Casa: A Distribuição dos Brasileiros Retornados do Exterior". Confins [Online], n. 9. Disponível em: <http://confins.revues.org/6469>.

GOZA, F., (1994). Brazilian Immigration to North America. International Migration Review, v. 28, p. 136-152.

GOZA, F.; MARTELETO, Leticia Examination of Remittance Activity Among Brazilian Immigrants in the U.S. and Canada. XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), (2010). Censo Brasileiro Demográfico de 2010.

International Monetary Fund, (1997). Balance of Payments Statistics Yearbook. Washington. V. 48, Part 1: Country Tables.

Japan Economic Newswire, Brazilians in Japan Send Back 2 Billion Dollars In '95. Kyodo News Service.

LEVITT, Peggy, (2001). The Transnational Villagers. Los Angeles and Berkley: University of California Press.

LIMA, Alvaro; SIQUEIRA, Eduardo (2007). Brazilians in the U.S. and Massachusetts: A Demographic and Economic Profile. Disponível em: <http://www.digaai.org/wp/pdfs/pop_bra_mass.pdf>.

LIMA, Alvaro; PLASTRIK, Pete (2007). A Profile of Brazilian Remitters in Massachusetts. Boston, Massachusetts.

LIMA, Alvaro, (2009). Brasileiros na América. Disponível em: <http://www.digaai.org/wp/pdfs/Brazilians_in_the_ US_portugues. pdf >.

LIMA, Alvaro, (2009). Brasileiros na América. Disponível em: <http://www.digaai.org/wp/pdfs/livro_pop_bra_ us.pdf >.

LIMA, Alvaro, GARCIA-ZANELLO, Eugenia; OROZCO, Manuel (2009). "Brazilians in the U.S.: A Look at Migrants and Transnationalism". Disponível em: <http://www.digaai.org/wp/pdfs/ Lima.migrants&transn.7-23-09. pdf >.

LIMA, Alvaro; PETSCHEK, Nicholas S. (2009). "Trabalhadores Imigrantes: Contribuintes ou Meros Receptores?". Artigo não publicado.

LIMA, Alvaro, (2010). Living Here and There: How Immigrants are Creating Transnational Social Spaces that Transform Communities and Nations. Disponível em: <http://www.slideshare.net/ alvaroelima/living-here-and-there1>.

LIMA, Alvaro, (2012). Contributions of Immigrant Labor to the American Economy. Boston Redevelopment Authority.

LOFSTROM, Magnus, (2002). "Labor Market Assimilation and the Self-employed Decision of Immigrant Entrepreneurs". Journal of Population Economics, v. 15, n. 1, January, p. 83-114.

MAIA, Oto Agripino, (2007). "Brasileiros no Mundo: O Ambiente Mundial das Migrações e a Ação Governamental Brasileira de Assistência aos seus Nacionais no Exterior". Rio de Janeiro: FUNAG. p. 33. Disponível em: <http://www.funag.gov.br/>.

MARCUS, Alan Patrick, (2009). "(RE)creating Places and Spaces in Two Countries: Brazilian Transnational Migration Processes". Journal of Cultural Geography, v. 26, n. 2, June, p. 173-198.

MARGOLIS, M. L., (1994). Little Brazil: An Ethnography of Brazilian Immigrants in New York City. Princeton, NJ: Princeton University.

MARGOLIS, M. L., (2009). An Invisible Minority. Florida: University Press of Florida.

MARTES, Ana Cristina Braga, (1999). Brasileiros nos Estados Unidos – Um Estudo sobre Imigrantes em Massachusetts. São Paulo: Paz e Terra.

MEILLASSOUX, Claude, (1981). Maidens, Meal and Money. Cambridge: Cambridge University Press.

Migration Policy Institute, (2006). "Immigration and America's Future". Disponível em: <http://www.digaai.org/wp/ pdfs/ Immigration.pdf>.

Ministério das Relações Exteriores (MRE), (2008). Brasileiros no Mundo – Estimativas. Subsecretaria-Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior (SGEB), Departamento Consular e de Brasileiros no Exterior (DCB), Divisão de Assistência Consular (DAC).

Ministério das Relações Exteriores (MRE), (2009). Brasileiros no Mundo – Estimativas. Subsecretaria-Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior (SGEB), Departamento Consular e de Brasileiros no Exterior (DCB); Divisão de Assistência Consular (DAC).

Ministério das Relações Exteriores (MRE), (2010). Brasileiros no Mundo – Estimativas. Subsecretaria-Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior (SGEB), Departamento Consular e de Brasileiros no Exterior (DCB); Divisão de Assistência Consular (DAC).

Ministério das Relações Exteriores (MRE), (2011). Brasileiros no Mundo – Estimativas. Subsecretaria-Geral das Comunidades

Brasileiras no Exterior (SGEB), Departamento Consular e de Brasileiros no Exterior (DCB); Divisão de Assistência Consular (DAC).

Ministério das Relações Exteriores (MRE), (2012). Brasileiros no Mundo – Estimativas. Subsecretaria-Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior (SGEB), Departamento Consular e de Brasileiros no Exterior (DCB); Divisão de Assistência Consular (DAC).

Ministério das Relações Exteriores (MRE), (2013). Brasileiros no Mundo – Estimativas. Subsecretaria-Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior (SGEB), Departamento Consular e de Brasileiros no Exterior (DCB); Divisão de Assistência Consular (DAC).

Ministério das Relações Exteriores (MRE), (2014). Brasileiros no Mundo – Estimativas. Subsecretaria-Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior (SGEB), Departamento Consular e de Brasileiros no Exterior (DCB); Divisão de Assistência Consular (DAC).

Ministério do Trabalho e Emprego, (2009). Perfil Migratório do Brasil.

Organização Internacional para as Migrações (OIM), (2009). Perfil Migratório do Brasil.

Organization for Economic Co-operation and Development (OECD), (2014). Is Migration Good for the Economy?

PARK, Robert E., (1928). "Human Migration and the Marginal Man". The American Journal of Sociology, v. XXXIII, n. 6. Chicago.

Partnership for a New American Economy and the Partnership for New York City, (2012). Not Coming to America: Why the U.S. is Falling Behind in the Global Race for Talent.

PASSEL, Jeffrey S., (2005). "Estimates of the Size and Characteristics of the Undocumented Population". Pew Hispanic Center. Disponível em: <www.pewhispanic.org>.

PASTORE, José, (1979). Desigualdade e Mobilidade Social no Brasil. São Paulo, EDUSP.

PATARRA, Neide (Coord.), (1994). Emigração e Imigração Internacionais no Brasil Contemporâneo. Campinas: FNUAP.

PATARRA, N.; BAENINGER, R., (1995). "Migrações Internacionais Recentes: O Caso do Brasil". In: Pellegrino, A. (Comp.) Migración e Integración. Ediciones Trilce.

PATARRA, N.; BAENINGER, R., (1996). Emigração e Imigração Internacionais no Brasil Contemporâneo. FNUAP.

PATARRA, N.; BAENINGER, R., (1996). Migrações Internacionais – Herança XX, Agenda XXI. São Paulo: FNUAP.

PATARRA, N.; BAENINGER, R., (1997). Migrações Internacionais – Herança XX, Agenda XXI. FNUAP.

PELLEGRINO, A, (2000). "International Migration in Latin America: Trends and Emerging Issues". São Paulo, Seminário de Políticas Migratórias – ANPOCS.

PIORE, Michael; BERGER, Suzanne, (1980). Dualism and Discontinuity in Industrial Societies. Cambridge: Cambridge University Press.

PORTES, Alejandro, (1978). "Immigrant Aspirations". Sociology of Education 51.

PORTES, Alejandro, (2001). "Introduction: The Debates and Significance of Immigrant Transnationalism". Global Networks, v. 1, n. 3.

PORTES, Alejandro, (2007). "Migration, Development, and Segmented Assimilation: A Conceptual Review of the Evidence". Annals of the American Academy of Political and Social Science, v. 631, n. 1.

PORTES, Alejandro, (2010). Economic Sociology – A Systematic Inquiry. Princeton, NJ: Princeton University Press.

RATHA, Dilip; DE, Supriyo; PLAZA, Sonia, SCHUETTLER, Kirsten; SHAW, William; WYSS, Hanspeter; YI, Soonhwa. (2016) "Migration and Remittances – Recent Developments and Outlook". Migration and Development Brief 26, April 2016, World Bank, Washington, DC. Doi: 10.1596/ 978-1-4648-0913-2 License: Creative Commons Attribution CC BY 3.0 IGO.

RUSSEL, S. S., (1986). "Remittances from International Migrant: A Review in Perspective". World Development, v. 14, p. 677-696.

SALES. T., (1996). "Migrações de Fronteira entre o Brasil e os Países do Mercosul". Revista Brasileira de Estudos de População, v. 13, n. 1, jan./jun.

SALES, T., (1998). Brasileiros Longe de Casa. São Paulo, Editôra Cortez.

SASSEN, S., (1998). As Cidades na Economia Mundial. São Paulo: Ed. Studio Nobel.

SASSEN, S., (1998). The Mobility of Labor and Capital. Cambridge: Cambridge University Press.

SILVA, S., "Migrantes Laborais na América do Sul: O Caso dos Bolivianos". In: Patarra, N. L. (Coord).

SAXENIAN, A., (1999). "Networks of Immigrant Entrepreneurs". In: The Silicon Valley Edge: A Habitat for Innovation and Entrepreneurship. C. Lee, W.F. Miller, and H. S. Rowen, eds. Stanford. Stanford University Press.

SAXENIAN, AnnaLee., (2006). The New Argonauts. Cambridge: Harvard University Press.

SAXENIAN, AnnaLee, Yasuyuki Motoyama and Xiaohong Quan, (2006). "Local and Global Networks of Immigrant Professionals in Silicon Valley". San Francisco, California: Public Policy Institute of California.

Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, (2013). Sobrevivência das Empresas no Brasil – Coleção Estudos e Pesquisas.

SINGER, Audrey, (2012). Immigrant Workers in the U.S. Labor Force. Brookings Institute and Partnership for a New American Economy Report.

SIQUEIRA, S., (2007). "O Sonho Frustrado e o Sonho Realizado: As Duas Faces da Migração para os EUA". Nuevo Mundo Mundos Nuevos. Nouveaux Mondes Mondes Nouveaux. Novo Mundo Mundos Novos. New World New Worlds.

SOARES, W., (2002). Da Metáfora à Substância: Redes Sociais, Redes Migratórias e Migração Nacional e Internacional em Valadares e Ipatinga.

SOARES, W.; Martes, A. C. B.; FLEISCHER, S., (2003). A Emigração Valadarense à Luz dos Fundamentos Teóricos da Análise de Redes Sociais. Fronteiras Cruzadas: Etnicidade, Gênero e Redes Sociais. São Paulo: Paz e Terra, p. 231-261.

STARK, O.; BLOOM, D. E., (1985). "The New Economics of Labor Migration". The American Economic Review, v. 75, n. 2, May, p. 173-78.

Synovate Brasil, (2007). Imigrantes Brasileiros Residentes nos Estados Unidos.

Synovate Brasil, (2008). Remetentes e Beneficiários – Massachusetts e Microrregião de Governador Valadares.

TAYLOR, J. Edward, (1999). The New Economics of Labour Migration and the Role of Remittances in the Migration Process. University of California.

The World Bank, (2015). World Bank Forecasts a Slowdown in Migrant Remittances in 2015. Washington.

United Nations, Department of Economic and Social Affairs, Population Division, (2016). International Migration Report 2015: Highlights (ST/ESA/SER.A/375).

United Nations Regional Information Centre. Disponível em: <https://www.unric.org/pt/novedades-desenvolvimento-economico-e-social/2933>. Acesso em: 28 maio 2016.

U.S. Census Bureau, (2000). Decennial Census. Disponível em: <http://factfinder.census.gov/servlet/DTTable?_ bm=y&-geo_id=01000US&-ds_name=DEC_2000_SF3_U&-_lang=en&-mt_name=DEC_2000_SF3_U_PCT019&-format=&-CONTEXT=dt>.

U.S. Census Bureau, (2000). Fact Finder. Disponível em: <http://factfinder.census.gov/servlet/DTTable?_bm=y&- geo_id=01000US&-ds_name=DEC_2000_SF3_U&-_lang=en&-mt_name=DEC_2000_SF3_U_ PCT019&-format=&-CONTEXT=dt>.

U.S. Census Bureau, (2007). "2005-2007 American Community Survey (ACS)". Disponível em: <http://factfinder. census.gov/servlet/DTTable?_bm=y&-geo_id=01000US&-ds_name=ACS_2007_3YR_G00_&-_lang=en&-mt_name=ACS_2007_3YR_G2000_B05006&-format=&-CONTEXT=dt>.

U.S. Department of Homeland Security, (2011). 2011 Yearbook of Immigration Statistics. Washington, D.C.: Office of Immigraton Statitics. Disponível em: <htpp://www.dhs.gov/xlibrary/assets/statitica/ yearbook/2010/ois_yb_2010.pdf>.

Table FBP-1. "Profile of Selected Demographic and Social Characteristics: 2000, Population Universe: People Born in Brazil, Geographic Area: United States". 2000. Disponível em: <http://www.digaai.org/wp/ pdfs/dataprofile.pdf >.

WADHWA, V.; SAXENIAN, A.; RISSING, B; GEREFFI, G. (2007). America's New Immigrant Entrepreneurs. Durham, N.C: Duke University.

WELLMAN, B., (1999). "The Networked Community". In Barry Wellman (ed.). Networks in The Global Village, disponível *online* no site do Prof. Wellman, Sociology Department, University of Toronto, Canadá.

WIMMER, A.; SCHILLER, N. G., (2003). "Methodological Nationalism, the Social Sciences, and the Study of Migration: An Essay in Historical Epistemology". International Migration Review, v. 37, n. 3, p. 576-610.

World Bank Group. 2016. Global Economic Prospects, June 2016: Divergences and Risks. Washington, DC: World Bank. Washington, DC: World Bank. doi:10.1596/978-1-4648-0777-0. License: Creative Commons Attribution CC BY 3.0 IGO

ANEXOS

Anexo I – DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO BRASILEIRA POR PAÍS

País	População	População (%)
Estados Unidos	1.315.000	42%
Paraguai	349.842	11%
Japão	179.649	6%
Portugal	166.775	5%
Espanha	128.638	4%
Reino Unido	120.000	4%
Alemanha	113.716	4%
Suíça	81.000	3%
França	70.000	2%
Itália	69.000	2%
Bélgica	48.000	2%
Argentina	47.045	2%
Canadá	39.300	1%
Guiana Francesa	38.700	1%
Bolívia	28.546	1%
Austrália	27.000	1%
Países Baixos	21.948	1%
Colômbia	17.000	1%
Guiana	17.000	1%
China	16.700	1%
Uruguai	15.551	1%
Venezuela	15.433	0%

País	População	População (%)
Irlanda	15.156	0%
Angola	15.000	0%
Líbano	15.000	0%
Suriname	15.000	0%
México	14.000	0%
Chile	12.000	0%
Israel	10.000	0%
Emirados Árabes	9.000	0%
Noruega	7.690	0%
Suécia	6.000	0%
Nova Zelândia	5.600	0%
Áustria	4.729	0%
Moçambique	4.500	0%
Palestina	4.300	0%
Dinamarca	3.206	0%
Equador	3.030	0%
Grécia	3.000	0%
Peru	2.805	0%
Jordânia	2.100	0%
Panamá	2.000	0%
África do Sul	1900	0%
Polônia	1.500	0%
Costa Rica	1.300	0%
República Dominicana	1.243	0%
Hungria	1.050	0%
Catar	1.000	0%
Rússia	1.000	0%
Singapura	1.000	0%
Coreia do Sul	950	0%

País	População	População (%)
Taiwan	907	0%
Finlândia	870	0%
Cuba	750	0%
Indonésia	700	0%
Arábia Saudita	600	0%
República Tcheca	590	0%
Guiné-Bissau	553	0%
Turquia	550	0%
Nicarágua	500	0%
El Salvador	470	0%
Cabo Verde	410	0%
Omã	400	0%
Tailândia	400	0%
Egito	370	0%
Guiné Equatorial	370	0%
Haiti	300	0%
Kuwait	300	0%
Malásia	300	0%
Filipinas	300	0%
Honduras	280	0%
Trinidad e Tobago	260	0%
República Democrática do Congo	240	0%
Índia	235	0%
Guatemala	231	0%
Jamaica	230	0%
Marrocos	209	0%
Croácia	203	0%
Gana	200	0%
Sérvia	178	0%
Namíbia	170	0%

País	População	População (%)
Eslováquia	158	0%
Chipre	150	0%
Quênia	150	0%
Nigéria	150	0%
Timor-Leste	144	0%
Eslovênia	135	0%
Irã	130	0%
Costa do Marfim	130	0%
Romênia	130	0%
Senegal	120	0%
Bahamas	110	0%
Iraque	100	0%
Tanzânia	85	0%
Ucrânia	85	0%
República do Congo	80	0%
Tunísia	65	0%
Albânia	60	0%
Barbados	60	0%
Camarões	60	0%
São Tomé e Príncipe	60	0%
Bulgária	57	0%
Vietnam	55	0%
Paquistão	49	0%
Burkina Faso	45	0%
Cazaquistão	45	0%
Estônia	40	0%
Belize	37	0%
Argélia	30	0%
Azerbaijão	30	0%
Etiópia	30	0%
Nepal	30	0%

País	População	População (%)
Bangladesh	29	0%
Mali	26	0%
Togo	26	0%
Bósnia	25	0%
Gabão	25	0%
Sri Lanka	25	0%
Guiné	24	0%
Geórgia	20	0%
Myanmar	20	0%
Zâmbia	18	0%
Botswana	17	0%
Benin	15	0%
Libéria	12	0%
Belarus	10	0%
Santa Lúcia	10	0%
Vaticano	9	0%
Mauritânia	6	0%
São Cristóvão e Névis	6	0%
Granada	5	0%
Armênia	3	0%
São Vicente e Granadinas	3	0%
Total	3.105.922	100%

Fonte: Ministério das Relações Exteriores - MRE (2014). Brasileiros no Mundo - Estimativas.

Anexo II – DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO BRASILEIRA POR ESTADO

Estados	População (%)
Flórida	20%
Massachusetts	17%
Califórnia	10%
Nova Jersey	9%
Nova York	7%
Texas	4%
Connecticut	4%
Pensilvânia	4%
Geórgia	2%
Maryland	2%
Carolina do Norte	2%
Michigan	2%
Ohio	1%
Nevada	1%
Illinois	1%
Virgínia	1%
Luisiana	1%
Minnesota	1%
Arizona	1%
Nova Hampshire	1%
Utah	1%
Tennessee	1%
Carolina do Sul	1%
Colorado	1%
Washington	1%
Missouri	1%
Rhode Island	1%
Oregon	0%
Novo México	0%

Estados	População (%)
Wisconsin	0%
Distrito de Columbia	0%
Indiana	0%
Alabama	0%
Oklahoma	0%
Dakota do Norte	0%
Arkansas	0%
Iowa	0%
Kansas	0%
Mississippi	0%
Kentucky	0%
Havaí	0% *
Virgínia Ocidental	0%
Nebraska	0%
Dakota do Sul	0%
Maine	0%
Idaho	0%
Alaska	0%
Delaware	0%
Wyoming	0%
Montana	0%
Vermont	0%
Total	**100%**

Fonte: U.S. Census Bureau, 2010-2014 5-year American Community Survey, IPUMS. BRA Division Analysis.

Anexo III – BRASILEIROS PROPRIETÁRIOS DE PEQUENAS EMPRESAS E TRABALHADORES INFORMAIS POR ESTADO

Estados	Trabalhadores Autônomos Informais	Proprietários de Pequenas Empresas Formais	Trabalhadores Autônomos Informais (%)	Proprietários de Pequenas Empresas Formais (%)
Massachusetts	11.160	1.743	23,1%	11,3%
Flórida	8.493	5.526	17,6%	35,9%
Califórnia	4.713	1.294	9,8%	8,4%
Nova Jersey	4.357	1.151	9,0%	7,5%
Connecticut	4.176	638	8,6%	4,1%
Nova York	3.561	1.338	7,4%	8,7%
Texas	1.924	427	4,0%	2,8%
Geórgia	1.833	669	3,8%	4,3%
Pensilvânia	1.372	301	2,8%	2,0%
Maryland	1.232	414	2,6%	2,7%
Carolina do Norte	601	188	1,2%	1,2%
Virgínia	483	180	1,0%	1,2%
Carolina do Sul	480	159	1,0%	1,0%
Washington	342	41	0,7%	0,3%
Luisiana	314	183	0,7%	1,2%
Utah	305	41	0,6%	0,3%
Rhode Island	279	58	0,6%	0,4%
Nevada	237	69	0,5%	0,4%
Distrito de Columbia	211	0	0,4%	0,0%
Ohio	186	77	0,4%	0,5%
Minnesota	186	28	0,4%	0,2%
Colorado	180	23	0,4%	0,1%
Illinois	176	159	0,4%	1,0%
Nova Hampshire	176	43	0,4%	0,3%
Michigan	168	81	0,3%	0,5%

Estados	Trabalhadores Autônomos Informais	Proprietários de Pequenas Empresas Formais	Trabalhadores Autônomos Informais (%)	Proprietários de Pequenas Empresas Formais (%)
Oregon	150	0	0,3%	0,0%
Havaí	112	75	0,2%	0,5%
Alabama	90	97	0,2%	0,6%
Tennessee	89	41	0,2%	0,3%
Novo México	77	0	0,2%	0,0%
Idaho	73	17	0,2%	0,1%
Maine	71	0	0,1%	0,0%
Montana	69	0	0,1%	0,0%
Arizona	60	123	0,1%	0,8%
Kansas	57	0	0,1%	0,0%
Arkansas	49	0	0,1%	0,0%
Oklahoma	45	54	0,1%	0,4%
Indiana	41	0	0,1%	0,0%
Missouri	38	15	0,1%	0,1%
Wisconsin	35	0	0,1%	0,0%
Dakota do Norte	22	0	0,0%	0,0%
Iowa	21	8	0,0%	0,1%
Alaska	14	13	0,0%	0,1%
Vermont	13	0	0,0%	0,0%
Delaware	8	0	0,0%	0,0%
Mississipi	5	29	0,0%	0,2%
Virgínia Ocidental	3	0	0,0%	0,0%
Kentucky	0	53	0,0%	0,3%
Nebraska	0	20	0,0%	0,1%
Wyoming	0	16	0,0%	0,1%
Dakota do Sul	0	0	0,0%	0,0%
Total	**48.287**	**15.392**	**100%**	**100%**

Fonte: U.S. Census. Bureau, 2010-2014 5-year American Community Survey, IPUMS. BRA Division Analysis.

Anexo IV – 50 PRINCIPAIS PAÍSES DE NASCIMENTO DOS IMIGRANTES PROPRIETÁRIOS DE PEQUENAS EMPRESAS

País	Número de Imigrantes Empresários	Percentual de Imigrantes Empresários	Percentual de Imigrantes da classe trabalhadora
México	105.247	12%	31%
Índia	62.526	7%	4%
Coreia	56.073	6%	2%
Cuba	35.769	4%	2%
China	34.181	4%	3%
Vietnam	31.283	4%	3%
Canadá	27.648	3%	2%
Irã	25.289	3%	1%
Filipinas	19.788	2%	5%
Polônia	17.448	2%	1%
Itália	16.910	2%	1%
Colômbia	16.578	2%	2%
Taiwan	15.729	2%	1%
Alemanha	14.980	2%	1%
El Salvador	13.858	2%	3%
Paquistão	13.592	2%	1%
Inglaterra	13.524	2%	1%
Grécia	12.105	1%	0,3%
Brasil	11.929	1%	1%
Israel/Palestina	11.567	1%	0,4%
República Dominicana	11.451	1%	2%
Jamaica	10.659	1%	2%
Outros URSS/Rússia	94.06	1%	1%
Reino Unido	8.943	1%	1%
Guatemala	8.907	1%	2%
Peru	8.769	1%	1%
Líbano	8.432	1%	0,3%

País	Número de Imigrantes Empresários	Percentual de Imigrantes Empresários	Percentual de Imigrantes da classe trabalhadora
Argentina	7.961	1%	0,4%
Equador	7.826	1%	1%
Ucrânia	7.745	1%	1%
Japão	7.568	1%	1%
Hong Kong	6.958	1%	1%
Venezuela	6.706	1%	0,4%
Romênia	6.267	1%	0,4%
Nigéria	6.000	1%	1%
Irlanda	5.713	1%	0,3%
Haiti	5.579	1%	2%
Egito/República Árabe Unida	5.564	1%	0,3%
Iraque	5.414	1%	0,3%
Honduras	5.413	1%	1%
Nicarágua	5.365	1%	1%
África do Sul	5.175	1%	0,2%
Portugal	5.104	1%	0,4%
Turquia	4.940	1%	0,3%
França	4.813	1%	0,4%
Tailândia	4.640	1%	0,5%
Trinidad e Tobago	4.196	0%	1%
Guiana/Guiana Britânica	4.124	0%	1%
Síria	3.932	0%	0,1%
Jordânia	3.908	0%	0,1%
Todos os outros países	112.289	13%	10%
Total	**865.791**	**100%**	**100%**

Fonte U.S. Census Bureau, 2010-2014 5-year American Community Survey, IPUMS. Fiscal Policy Institute Analysis.

Anexo V – PERCENTUAL DE EMPRESÁRIOS IMIGRANTES ENTRE AQUELES VIVENDO NOS EUA POR TEMPO DE ESTADA

País	Percentual de Empresários Imigrantes Vivendo nos EUA por Dez Anos ou Menos	Percentual de Empresários Imigrantes Vivendo nos EUA por Onze Anos ou Mais
Grécia	6%	17%
Israel/Palestina	9%	15%
Síria	6%	14%
Irã	4%	14%
Líbano	6%	13%
Jordânia	6%	13%
África do Sul	4%	12%
Iraque	1%	12%
Turquia	4%	11%
Coreia	7%	10%
Itália	6%	10%
Paquistão	4%	10%
Argentina	5%	9%
Irlanda	4%	9%
Índia	2%	9%
Egito/República Árabe Unida	2%	9%
Cuba	3%	8%
Taiwan	3%	8%
Reino Unido	5%	7%
Venezuela	5%	7%
Canadá	4%	7%
Polônia	4%	7%
Inglaterra	4%	7%
Brasil	4%	7%
Romênia	4%	7%
França	4%	6%

Alemanha	3%	6%
China	2%	6%
Outros USSR/Rússia	2%	6%
Japão	1%	6%
Nigéria	1%	6%
Portugal	4%	5%
Colômbia	3%	5%
Ucrânia	3%	5%
Hong Kong	3%	5%
Todos os outros imigrantes	2%	5%
Tailândia	3%	4%
Vietnam	2%	4%
Peru	2%	4%
Nicarágua	3%	3%
Trinidad e Tobago	3%	3%
Equador	2%	3%
República Dominicana	1%	3%
Jamaica	1%	3%
Guiana/ Guiana Britânica	1%	3%
México	1%	2%
Filipinas	1%	2%
El Salvador	1%	2%
Guatemala	1%	2%
Haiti	1%	2%
Honduras	1%	2%
Nativos	**3,3%**	
Total	**3,5%**	**4,4%**

Fonte U.S. Census Bureau, 2010-2014 5-year American Community Survey, IPUMS. FPI Analysis.

Formato	**15,5 x 22,5 cm**
Mancha gráfica	**11 x 17,5cm**
Papel	**pólen soft 80g (miolo), cartão supremo 250g (capa)**
Fontes	**Fedras Sans (títulos);** **Minion Pro 11,5 (textos)**